



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
RADO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

DANIEL ALMEIDA MARINS

**RUPTURAS E CONTINUIDADES PARADIGMÁTICAS NA
ARQUIVOLOGIA:
UM ESTUDO A PARTIR DE ATAS DO CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS E DE SUA
CÂMARA TÉCNICA DE DOCUMENTOS ELETRÔNICOS**

Salvador
2019

DANIEL ALMEIDA MARINS

**RUPTURAS E CONTINUIDADES PARADIGMÁTICAS NA
ARQUIVOLOGIA:
UM ESTUDO A PARTIR DE ATAS DO CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS E DE SUA
CÂMARA TÉCNICA DE DOCUMENTOS ELETRÔNICOS**

**Dissertação apresentado ao Mestrado em
Ciência da Informação na Linha de pesquisa 2:
Produção, circulação e mediação da
informação, como requisito para a obtenção do
grau de Mestre em Ciência da Informação pelo
PPGCI do Instituto de Ciência da Informação da
Universidade Federal da Bahia.**

Orientadora: Hildenise Ferreira Novo

Salvador
2019

**RUPTURAS E CONTINUIDADES PARADIGMÁTICAS NA
ARQUIVOLOGIA:
UM ESTUDO A PARTIR DE ATAS DO CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS E DE SUA
CÂMARA TÉCNICA DE DOCUMENTOS ELETRÔNICOS**

Marins, Daniel Almeida
M359 Rupturas e continuidades paradigmáticas na Arquivologia: um estudo a partir de atas do Conselho Nacional de Arquivos de sua Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos/ Daniel Almeida Marins.- 2019.
114f. il.

Orientadora: Prof^ª Dra. Hildenise Ferreira Novo
Dissertação (Mestrado) em Ciência da Informação.
Universidade Federal da Bahia, Instituto de Ciência da Informação, Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação, Salvador, 2019.

1. Arquivologia 2. Paradigma na Arquivologia. 3 Arquivo Nacional. 4 Conselho Nacional de Arquivos. I. Universidade Federal da Bahia, Instituto de Ciência da Informação. II. Título

CDU: 930.25

Para citar este documento:

MARINS, Daniel Almeida. **Rupturas e continuidades paradigmáticas na Arquivologia**: um estudo a partir de atas do conselho nacional de arquivos e de sua câmara técnica de documentos eletrônicos. 2019. 110f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCI), Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019. Orientadora: Prof^ª Dr^a Hildenise Ferreira Novo.

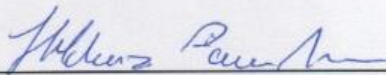
DANIEL ALMEIDA MARINS

RUPTURAS E CONTINUIDADES PARADIGMÁTICAS NA ARQUIVOLOGIA: UM ESTUDO A PARTIR DE ATAS DO CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS E DE SUA CÂMARA TÉCNICA DE DOCUMENTOS ELETRÔNICOS

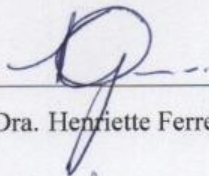
Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Ciência da Informação do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia – PPGCI/UFBA como requisito para obtenção de grau de Mestre em Ciência da Informação.

Aprovado em: 19/12/2019

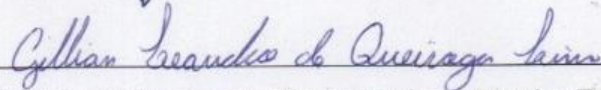
Banca Examinadora



Prof.^a Dra. Hildenise Ferreira Novo – Orientadora- UFBA



Prof.^a Dra. Henriette Ferreira Gomes – Membro Interno Titular – UFBA



Prof. Dr. Gillian Leandro Queiroga Lima – Membro Externo Titular – UFBA

A meus pais, Ana e Rubem

A meu irmão Danilo

A minha toda minha família

AGRADECIMENTOS

Acredito não ser possível materializar toda energia que senti através da meditação que fiz para realizar o presente agradecimento. Mesmo assim:

Agradeço a espiritualidade, que me permite cultivar conhecimentos e fé em momentos tão difíceis como os que passamos em nosso país. Sou privilegiado por poder realizar minha pesquisa.

A minha mãe, pela incrível e infinita manutenção de seu amor por mim, pela serenidade que ajudou a cultivar em mim, não é possível explicar, apenas sentir. A meu pai pelo apoio incondicional e pela fé no meu progresso. A meu irmão, pelas conversas espirituosas que sempre me tiram do lugar. A todos eles por tudo. A minha família.

A minha orientadora e amiga, professora Hildenise Ferreira Novo pelos caminhos aos quais pude seguir, pelas enormes contribuições para minha formação. Pela paciência e compreensão. Sou eternamente grato por tudo.

Ao professor Carlos Alberto Ávila Araújo pelas suas excelentes contribuições na minha qualificação que foram integralmente acatadas e pelos diálogos tão produtivos que temos sempre que nos encontramos.

A banca examinadora deste trabalho, por terem aceitado meu convite. A professora Henriette Ferreira Gomes, a quem cultivo profundo respeito e admiração, agradeço primeiro as contribuições em minha qualificação, que serviram como base para meu trabalho e agradeço por fazer da minha formação de maneira tão significativa. Ao professor Gillian Leandro de Queiroga Lima agradeço, desde já, pelas contribuições que certamente irão me ajudar a fortalecer minha pesquisa.

Ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia, por me proporcionar o ambiente no qual a realização desta pesquisa foi possível. Deixo meu agradecimento aos professores e funcionários.

Agradeço a todos os colegas de turma do mestrado, doutorado e da graduação que contribuíram na luta diária para a construção desta pesquisa através de conversas formais e informais, seja na sala de aula ou nos corredores, cada momento, cada diálogo, de alguma maneira está aqui presente como uma marca. Aproveito para prestar um agradecimento especial a Daniel de Almeida Lima (em memória) colega com quem aprendi muito. Lembro-me de momentos onde a divergência entre nossos pensamentos era considerável, mas, o dialogo nunca

deixava de acontecer. Obrigado por me ensinar mais sobre argumentos e contrapontos. Desejo paz ao seu espírito e conforto à família e aos amigos.

Aos meus amigos e amigas, Mylène, Gabriela, Derek Warwick, Oswaldo pelas contribuições com conversas e direcionamentos. A Aimee, pelas constantes tentativas de compreender o íntimo do meu ser.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. Agradeço imensamente a CAPES pelo apoio financeiro e institucional, que possibilitou um suporte fundamental na realização desta pesquisa.

Espero que meus agradecimentos possam se estender a todos que de alguma maneira, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização desta pesquisa. E que minhas boas energias, minha força para pesquisar e vontade de mudança possam ser pequenas chamas, sempre acesas contra o obscurantismo. Mais uma vez, deixo aqui minha enorme gratidão.

Mais do que na revolução política ou tecnológica, buscarei o remédio para nossos males numa evolução das mentalidades que permitiria recuperar o entusiasmo do projeto democrático e equilibrar melhor seus grandes princípios. (TODOROV).

RESUMO

Em sua origem, a Arquivologia teve seus esforços voltados para trabalhos essencialmente empíricos, sem uma preocupação em refletir sobre os conhecimentos produzidos. Essa tradição contribuiu para a consolidação do campo acadêmico da área. Contudo, esse processo de construção deixou marcas que influenciaram seu pensamento até então e no Brasil, em especial, esse processo, relativamente recente desencadeou um movimento de busca pela formulação de conhecimentos teóricos no intuito de desenvolver seu o campo acadêmico. A partir desse contexto, consolidou-se a seguinte questão de pesquisa: A ruptura paradigmática apontada pela literatura contemporânea da Arquivologia está disposta, de fato, nos ambientes de discussão voltados para a formulação de políticas e diretrizes a partir dos conhecimentos produzidos pela área? Em busca de uma resposta indica-se o seguinte objetivo geral: Compreender o processo de transformação da Arquivologia e das discussões do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) em relação às perspectivas novo-paradigmáticas apontadas pela literatura da Arquivologia e da Ciência da Informação. Este se divide nos seguintes objetivos específicos: Identificar e analisar as discussões e os discursos teóricos apresentados pela Arquivologia a respeito das concepções paradigmáticas; Investigar, as discussões referentes à inserção de novas tecnologias voltadas para os arquivos realizadas no plenário do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) entre períodos de 1994 a 2017 e em sua Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos (CTDE) no período de 2003 até 2017; Correlacionar as transformações das discussões realizadas no âmbito do CONARQ com as transformações apontadas pela literatura da Arquivologia. Para atingir os objetivos propostos o método utilizado foi à pesquisa bibliográfica e documental. Através da pesquisa bibliográfica foram identificadas e analisadas questões referentes à discussão sobre paradigmas na Arquivologia. A pesquisa documental foi feita nas atas do plenário CONARQ e de sua CTDE utilizando a análise de conteúdo como técnica, através da qual termos relacionados à tecnologia (no caso da CTDE) foram extraídos e os debates referentes à inserção de novas tecnologias em arquivos (no caso do plenário) foram agrupados, compondo o material a ser analisado. Assim, a pesquisa constatou que, a) existe um descompasso entre a literatura nacional da Arquivologia e as discussões oriundas do CONARQ, no que diz respeito à inserção das novas tecnologias em arquivos; b) no Brasil, diferente de outros países aos quais a área faz referência, a tecnologia não é o principal fator que determina uma ruptura paradigmática e conseqüentemente a ação política. Nesse caso, a própria política é um dos fatores determinantes para os avanços institucionais e tecnológicos; c) o CONARQ e o Arquivo Nacional não são devidamente reconhecidos e conhecidos por setores estratégicos do Governo, o que faz com que a comunicação entre os setores seja prejudicada. Por fim, recomenda-se a realização de novas pesquisas a partir das atas do CONARQ, a realização de pesquisas de campo, no intuito formular conhecimentos a partir das realidades de arquivo no Brasil e a necessidade de pensar uma Arquivologia que mantenha olhares sobre aspectos políticos do cenário nacional, preocupando-se em construir conhecimento a partir deste cenário.

Palavras-chave: Arquivo Nacional. Conselho Nacional de Arquivos. Paradigma na Arquivologia. Ciência da Informação.

**RUPTURES AND PARADIGMATIC CONTINUITIES IN ARCHIVOLOGY:
A STUDY FROM MINUTES OF THE NATIONAL ARCHIVES COUNCIL AND ITS
TECHNICAL CHAMBER OF ELECTRONIC DOCUMENTS**

ABSTRACT

In its origins Archivology had his efforts focused in empirical works without the concerns to reflects about on the knowledge produced. That tradition contributed to consolidation of his academic field. However this process left marks that influenced until now. Recently in Brazil was triggered a process that seeks to produce Theoretical knowledge in pursuit for the improvement of the field. From this context the following question was consolidated: is the paradigmatic rupture pointed by archivist's books is among the discussion promoted in Conselho Nacional de Arquivos [National Council of Archives] (CONARQ)? In search for this answer following general objective is indicated: To understand the process of transformation of Archivology and the discuss of CONARQ about the new paradigms pointed out by Archival and Information Science literature. It is divided into the following specific objective: To identify and analyze the discussion and theoretical discourses presented by Archivology regarding paradigmatic conceptions; To investigate the discussions regarding the insertion of new technologies for archives held in the plenary of the CONARQ from 1994 to 2017 and in its Câmara Técnica de Documentos eletrônicos [Technical Chamber of Electronic Documents] (CTDE) in 2003 until 2017; To identify the transformations of the discussions carried out within the scope of CONARQ over time, in relation to the transformations pointed out by the archival literature. To achieve the proposed objectives the method used was the bibliographic and documentary research. Through bibliographic research questions related to the discussion of paradigms in Archivology were identified and analyzed. The documentary research was done in the minutes of the CONARQ plenary and its CTDE using content analysis as a technique through which terms related to technology (in the case of CTDE) were extracted and the debates regarding the insertion of new technologies in archives (in case of the plenary) were grouped, composing the material to be analyzed. That way the research found that: a) There is a mismatch between the national literature and the discussions promoted by CONARQ with respect to new technologies in archives; b) In Brazil unlike others countries, technology isn't the main factor that brings to a paradigmatic rupture and policies actions. In this case, policies itself is the determining factor. c) The CONARQ and National Archive aren't acknowledge and know by strategic sectors of the Government, which cause communication impairments among them to be. At last it's recommended to carry out new researches from the minutes of CONARQ and to conduct field researches. in order to formulate knowledge from the realities of archiving in Brazil and the need to think of an archivology that keeps glances on political aspects. of the national scenario, worrying about building knowledge from this scenario.

Keywords: National Archive. National Council of Archives. Archivology Paradigm. Information Science.

LISTADE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Ciência pronta e Ciência em construção	40
Figura 2	Ciência pronta e Ciência em construção (tecnologia)	42
Figura 3	Distribuição das relações do CONARQ dentro do SINAR	47
Figura 4	Divisão e relações do plenário do CONARQ	49
Figura 5	Acervo: Revista do Arquivo Nacional 1994	66
Gráfico 1	Quantidade de reuniões da CTDE	61
Gráfico 2	Terminologia Utilizada pela CTDE	63
Quadro 1	Panorama das principais abordagens da Arquivologia	25
Quadro 2	Fases do projeto InterPARES	29
Quadro 3	Câmaras Técnicas do Conselho Nacional de Arquivos	50
Quadro 4	Câmaras Setoriais do Conselho Nacional de Arquivos	50
Quadro 5	Publicações técnicas do Conselho Nacional de Arquivos	52
Quadro 6	Seleção dos termos a partir das atas da Câmara técnica de documentos eletrônicos	58
Quadro 7	Critérios que guiaram o olhar sob as atas do plenário	59
Quadro 8	Seleção de Publicações técnicas do Conselho Nacional de Arquivos	62

LISTA DE SIGLAS

AHMS	Arquivo Histórico Municipal de Salvador
APEB	Arquivo Público do Estado da Bahia
CI	Ciência da Informação
CONARQ	Conselho Nacional de Arquivos
CTDE	Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos
PPGCI	Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação
UFBA	Universidade Federal da Bahia
SINAR	Sistema Nacional de Arquivos
SOCINFO	Programa Sociedade da Informação
TIC	Tecnologias de informação e comunicação

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	UM PANORAMA DAS TRANSFORMAÇÕES DA ARQUIVOLOGIA: TRAÇADO A PARTIR DA LITERTATURA	20
3	ARQUIVOS, ARQUIVOLOGIA E A COMPLEXIDADE DO EMARANHADO DISCURSIVO	35
3.1	COMO ADENTRAR O EMARANHADO?	40
4	O CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS: APRESENTANDO O OBJETO EMPÍRICO DA PESQUISA	45
5	PERCURSO METODOLÓGICO E MATERIAIS	55
5.1	ADENTRANDO A CTDE	57
5.2	ADENTRANDO O PLENÁRIO DO CONARQ	58
6	ANÁLISES SOBRE OS CONTEÚDOS DAS ATAS DO PLENÁRIO DO CONARQ E DE SUA CTDE: RESULTADOS DA PESQUISA E UM CAMINHO PARA POSSÍVEIS REFLEXÕES	61
6.1	ANÁLISE DAS ATAS DA CTDE	61
6.2	ANÁLISE DAS ATAS DO PLENÁRIO DO CONARQ	65
7	REFLEXÕES A PARTIR DOS RESULTADOS	88
8	CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES	92
	REFERÊNCIAS	95
	ANEXO - Censo de arquivos brasileiros: públicos e privados	110

1 INTRODUÇÃO

De sua gênese até o presente momento a Arquivologia passou por um longo processo de transformação inserido em uma tradição histórica voltada para trabalhos essencialmente empíricos, nos quais a principal preocupação era solucionar os problemas sem uma preocupação maior em formular conhecimento sobre eles. Essa tradição contribuiu para criar as bases necessárias à construção do campo acadêmico do qual é possível desfrutar em tempos recentes. Na contemporaneidade a ampliação da produção de conhecimentos, voltados à construção de um domínio, vem se debruçando sobre propostas teóricas e metodológicas que contribuem como fundamento para ação, além de contribuir para o escopo referencial da própria área.

O processo de surgimento da área deixou marcas que influenciam suas práticas e seu pensamento. Constituindo entendimentos diferentes e divergentes sobre o seu próprio estado atual, configurando diferentes abordagens. Nesse sentido, buscou-se aprofundar a compreensão a respeito do conhecimento formulado pela área sobre si própria, no sentido de explorar dimensões referentes à sua construção histórica e ao papel dos próprios arquivos dentro da sociedade. Entende-se que as discussões voltadas para a epistemologia da área são necessárias para construir um movimento que leve ao seu autoconhecimento e sua autocrítica no sentido de constituir bases teórico-metodológicas que facilitem cada vez mais a comunicação entre os pesquisadores da área.

Base na qual o conhecimento possa avançar e contribuir de fato com o complexo movimento que dinamicamente atinge a sociedade como um todo, principalmente no tocante ao acesso e uso da informação, veiculada nos mais variados suportes, espaços sociais e culturais. Essa dinâmica vem se alterando com o passar do tempo, a partir do momento em que existem alterações cada vez mais significativas nas tecnologias pelas quais a informação é registrada e difundida.

O contexto contemporâneo da Arquivologia (que pode ser considerado, em seu momento de maior efervescência, a partir dos anos de 1980), contribuiu para que parte significativa da literatura da área aponte à existência de uma ruptura paradigmática na estrutura da área. Essa ruptura é compreendida de diferentes perspectivas, mas, de maneira geral, a compreensão é de que o surgimento e a penetração das novas tecnologias de informação e comunicação (TIC) ocasionaram transformações nos trabalhos ligados aos arquivos, como o surgimento dos documentos eletrônicos e digitais por exemplo. E, essas alterações, por sua vez, desencadearam modificações significativas na estrutura de conhecimento que até então vinha

sendo produzido pela área e conseqüentemente na aplicação da prática nos arquivos. Essas modificações chegam ao ponto de questionar a própria necessidade de utilização do conhecimento arquivístico, na solução de problemas práticos nos acervos, a partir do momento em que os ambientes digitais passam a impressão de que os documentos digitais vão substituir os documentos que tem o papel como seu suporte.

A ideia de ruptura paradigmática utilizada pela literatura da Arquivologia é proveniente dos estudos do filósofo das ciências Thomas Kuhn (2011). Para este autor, a ideia de ruptura advém de seus estudos sobre a história das ciências, no qual, grosso modo, as áreas científicas passam por um momento de revolução no qual os conhecimentos anteriormente estabelecidos passam a ser questionados em função de uma nova maneira de compreender os fenômenos estudados.

A partir desse contexto, e da linha de raciocínio traçada, consolidou-se a seguinte questão de pesquisa: A ruptura paradigmática apontada pela literatura contemporânea da Arquivologia está disposta, de fato, nos ambientes de discussão voltados para a formulação de políticas e diretrizes a partir dos conhecimentos produzidos pela área?

Em busca de uma resposta indica-se o seguinte **objetivo geral**: Compreender o processo de transformação da Arquivologia e das discussões do CONARQ em relação às perspectivas novo-paradigmáticas apontadas pela literatura da Arquivologia e da Ciência da Informação. Este se divide nos seguintes **objetivos específicos**:

- a) identificar e analisar as discussões e os discursos teóricos apresentados pela Arquivologia a respeito das concepções paradigmáticas;
- b) investigar, as discussões referentes à inserção de novas tecnologias voltadas para os arquivos realizadas no plenário do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) entre períodos de 1994 a 2017 e em sua Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos (CTDE) no período de 2003 até 2017;
- c) correlacionar as transformações das discussões realizadas no âmbito do CONARQ com as transformações apontadas pela literatura da Arquivologia.

Procurou-se, além do aporte teórico da Arquivologia, considerar a importante relação com a Ciência da Informação, no sentido de constituir-se como a área que abriga parte significativa da produção arquivística nacional. Buscando assim, um “lugar” onde a pesquisa pudesse encontrar indícios dos caminhos do desenvolvimento da Arquivologia Contemporânea no Brasil. Por outro lado, no intuito de compreender como as compreensões teóricas se

manifestam em outros campos, optou-se por investigar no conteúdo das atas do plenário do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) de sua Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos (CTDE), o processo de transformação ao qual parte significativa da literatura da Arquivologia faz referência.

A partir daqui, segue a maneira pela qual a presente pesquisa encontra-se estruturada no intuito de fornecer encadeamento lógico à realização dos objetivos. Contando com a presente introdução o trabalho está dividido em oito capítulos.

No segundo capítulo foi feito um panorama sobre as transformações ocorridas na Arquivologia durante seu processo de construção. A partir da perspectiva de Schmidt, foi feito um levantamento das abordagens contemporâneas da Arquivologia, compreendendo seu traçado a partir da concepção paradigmática apontada pela literatura. Em sequência fez-se uma contextualização de problemas encontrados com a inserção das novas tecnologias voltadas aos arquivos a partir da visão de pesquisadores como Cook e Ribeiro, os autores indicando que a Arquivologia está passando por uma ruptura paradigmática, na qual é necessário que conceitos sejam reformulados para acompanhar o novo contexto no qual os arquivos estão inseridos.

Além disso, apresentou-se a perspectiva de Duranti, que se configura como um contraponto as propostas que indicam essa cisão, demonstrando que não seria possível estabelecer uma ruptura significativa com uma tradição histórica tão significativa como a da diplomática por exemplo. Propondo assim o retorno a concepções seculares, no intuito compreender o momento presente. Identifica-se aí, que em muitos casos, principalmente no Brasil, abordagens distintas podem fazer parte do mesmo contexto, através de um transporte conceitual descuidado.

O terceiro capítulo por sua vez, trata-se do aprofundamento do debate em uma perspectiva crítica e mais ampla no que diz respeito à sociedade. Sua segunda seção demonstra a maneira pela qual pretendeu-se abordar a complexidade e os pontos que estão colocados pela pesquisa. Para tal, utiliza-se Latour, no que diz respeito às interações complexas envolvendo a sociedade e as tecnologias e propõe-se uma porta de entrada para a discussão, a porta que se refere à Arquivologia como uma ciência em construção e não como uma ciência construída.

Após a contextualização histórica seguida de uma perspectiva reflexiva, o quarto capítulo vem apresentar o contexto no qual se encontra o objeto empírico da pesquisa. Sendo assim apresentado o Conselho Nacional de Arquivos em sua estrutura e composição, de sua criação até tempos mais recentes. Indicando sua contribuição no que diz respeito à formulação de diretrizes, normas técnicas, legislações e políticas públicas arquivísticas de maneira geral. Entende-se o papel crucial do CONARQ e do Arquivo Nacional (AN) em relação ao exercício

democrático no Brasil, por configurar-se como a instituição responsável diretamente com a proteção e organização do patrimônio, e da memória registradas nos documentos de Arquivo.

O quinto capítulo diz respeito ao percurso metodológico, como também ao material utilizado para a análise. A respeito da metodologia, para a realização desta pesquisa, utilizou-se dos métodos bibliográfico e documental. O primeiro para além da fundamentação teórica, foi onde buscou-se a compreensão a respeito das discussões que envolvem a concepção paradigmática através das abordagens reveladas pela área. O segundo momento utiliza-se o estudo documental, visto que para atingir o objetivo preestabelecido ele apresenta as características que melhor se ajustam a proposta deste trabalho.

Logo, o objeto de estudo compreende atas de reunião do Plenário do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) e da Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos (CTDE) está última sendo uma câmara setorial do próprio Conselho. As atas serviram de subsídio na busca de evidências que indiquem a configuração dos ambientes onde os conhecimentos arquivísticos são colocados em discussão. Os aspectos observados referem-se às tecnologias voltadas para os arquivos. Compreendendo as especificidades de cada uma das egrégias, sendo o Plenário composto por atas de maior volume de conteúdo e temporalidade, diferente das atas da CTDE que se apresentam em menor volume de conteúdo. Por esse motivo, a maneira de analisá-las foi proporcionalmente distinta.

A técnica de coleta de informações utilizada foi a análise de conteúdo, por fornecer técnicas adequadas para a coleta das informações presentes nas atas. Através da qual os termos encontrados, a exemplo dos relacionados à tecnologia, foram extraídos das atas para então ser possível analisar a evolução das discussões.

Nesse sentido, realizou-se um estudo em todas as atas da CTDE disponibilizadas no site do AN, onde foram extraídos termos relacionados à tecnologia, o que possibilitou uma análise da recorrência com a qual esses termos foram utilizados ao longo do tempo, contribuindo significativamente para a análise. Para a análise do Plenário do CONARQ foi feita uma seleção de atas de acordo com períodos históricos relevantes para a produção do Conselho em relação às discussões referentes à inserção das novas tecnologias. A análise foi feita a partir de trechos extraídos das atas, assim, os textos foram copiados do seu contexto original. A justificativa para essa seleção se deu pela objetividade e o direcionamento das discussões da CTDE em relação à amplitude e ao volume de informação disposta nas atas da plenária do CONARQ que são significativamente mais extensas. Por questões éticas e, referente ao recorte proposto, os nomes dos conselheiros presentes nas discussões foram substituídos por letras.

O sexto capítulo apresenta os resultados da pesquisa, ou seja, a análise realizada a partir dos conteúdos encontrados nas atas do Plenário do CONARQ e da CTDE a partir das perspectivas predefinidas pelo método e matérias. Nesse momento a análise se deu em duas dimensões. A primeira, construída a partir das atas da CTDE. A análise do contexto da CTDE demonstrou a objetividade de suas discussões e conseqüentemente dos registros em atas, que são extremamente pontuais. Assim termos relacionados às tecnologias foram extraídos e constituíram um gráfico no qual foi possível compreender sua disposição ao longo das discussões registradas em atas, contribuindo para demonstrar a existência uma mudança no discurso e na terminologia a partir do momento em que as novas tecnologias adentram o debate.

Na segunda dimensão, constituída através da análise de discussões ocorridas no Plenário do CONARQ. Foi possível perceber que em determinados momentos históricos - como em 1994, no início dos debates a respeito da revisão da legislação da microfilmagem (sancionada em 1968) – o debate acadêmico da Arquivologia, acabou ultrapassando as discussões referentes à formulação de diretrizes e políticas arquivísticas, promovendo um debate estritamente acadêmico sobre um novo contexto tecnológico a respeito do qual os arquivos em geral encontravam-se apartados, sendo a microfilmagem uma tecnologia tão relevante naquele período. Para além desses deslocamentos, foram exploradas questões políticas ligadas ao relacionamento do Conselho com outros órgãos do governo em momentos importantes como o da implementação do projeto Sociedade da Informação oriundo do Ministério da Ciência e Tecnologia.

A reflexão a partir dos resultados (capítulo sete) apontam a complexidade de fatores a serem analisados quando se pretende buscar uma resposta que relacione o campo político e o acadêmico-institucional através de uma pesquisa cujo objeto empírico é composto por atas de reunião.

Nesse capítulo, indica-se que os trabalhos realizados pelo CONARQ são essenciais para a os avanços da Arquivologia brasileira, assim como, para a ampliação dos debates referentes às políticas públicas para os arquivos. Apesar dos problemas encontrados durante a investigação (que envolvem conhecimento e reconhecimento dentro da estrutura governamental e desníveis temporais em comparação com a literatura), ressalta-se o papel fundamental que o Conselho cumpre na contribuição do exercício democrático. Caso o conselho estivesse em seu local de reconhecimento, certamente os trabalhos voltados aos arquivos tomariam outra forma neste país.

Assim, a pesquisa conclui que,

a) a busca por uma literatura internacional na compreensão dos fenômenos pesquisados pela Arquivologia (seja o documento eletrônico, digital, etc.) cumpre um papel histórico na evolução dos debates nacionais, mas, no que diz respeito à ruptura paradigmática apontada por parte da literatura arquivística a partir da isenção das novas tecnologias em arquivos precisa ser superada por interpretações que valorizem as realidades arquivísticas nacionais e sua temporalidade;

b) no Brasil, diferentemente de outros países aos quais parte da literatura da Arquivologia faz referência, a tecnologia não é o principal fator que determina uma ruptura paradigmática e conseqüentemente a ação política. Nesse caso, a própria política é um dos fatores determinantes para os avanços institucionais e tecnológicos;

c) o CONARQ e o Arquivo Nacional não são devidamente reconhecidos e conhecidos por setores estratégicos do Governo, o que faz com que a comunicação entre os setores seja prejudicada.

A respeito da relação dissonante entre os argumentos da literatura arquivística e as discussões realizadas no âmbito do Plenário do CONARQ (envolvendo de um lado os computadores e do outro os microfimes). Uma das possibilidades para que isso ocorra, é o fato dos estudos estarem ligados muitas vezes a teorias que foram transportadas de realidades fora do Brasil e foram desenvolvidas em diferentes períodos sócio históricos, em diferentes contextos acadêmicos (ou não) e em diferentes condições políticas. É necessário reduzir as comparações com outros países quando elas não contribuem de maneira significativa para as discussões. O contexto brasileiro carrega suas especificidades e é apenas observando-o de maneira sensível que será possível compreendê-lo e, a partir daí, agir.

A falta de comunicação do CONARQ com os próprios órgãos do governo demonstra o contexto de instabilidade no qual o Conselho encontra-se inserido, onde, para além da falta de comunicação com outros órgãos, existe uma falta de conhecimento. O Conselho deveria ser visto pelas hierarquias mais altas como parte fundamental e estratégica da nação, ou melhor, deveria ser parte das hierarquias mais altas, por tratar-se de um órgão estratégico e relevante no que diz respeito à implementação de políticas públicas voltadas aos arquivos. Ou seja, o itinerário da gestão documental nas esferas estaduais e municipais.

A mudança terminológica apresentada na análise da CTDE não necessariamente é retratada de maneira mais radical nos desdobramentos das ações do CONARQ que envolvem outros órgãos, justamente pelo fato de não existir um reconhecimento de sua relevância. A ausência do CONARQ nas discussões referentes à elaboração do Livro Verde da Sociedade da Informação (diferente do Livro Verde de Portugal, onde os arquivos são colocados) contribui

para embasar este argumento. Sendo assim, o Conselho não é visto pelos órgãos que o cercam como tendo relevância política.

No oitavo capítulo (conclusão e recomendações), a pesquisa propôs trazer, através da epistemologia, uma contribuição com a área da Arquivologia e da Ciência da Informação (CI) (tendo as duas áreas como relacionadas) na formulação de um olhar cuidadoso e sensível, para que tenha em si, a percepção de que é fundamental promover uma articulação profunda e contínua com a sociedade. Assim será possível produzir embasamento necessário para compreender o arquivo como um equipamento social e cultural complexo inserida no campo social como parte integradora, superando a ideia de enxergá-lo unicamente como um serviço ao cidadão.

A pesquisa também pretendeu contribuir com o fortalecimento das discussões teóricas promovidas pela Arquivologia e pela Ciência da Informação. Gerando assim uma percepção das instituições arquivísticas em relação ao discurso apontado e identificado previamente pela literatura. Sendo assim, o discurso sobre os arquivos nunca pode ser previamente estabelecido, a área deve caminhar incessantemente como uma ciência em vias de construção.

É necessário buscar, uma relação cada vez mais aprofundada entre as pesquisas realizadas pela academia e os movimentos ligados às instituições mantenedoras de arquivos, sejam elas públicas ou privadas. Isso pode contribuir de maneira profunda para uma qualificação cada vez maior dos debates teóricos realizados pela área, para que seja fundamental consultar especialistas com pesquisas voltadas para a área da Arquivologia e da Ciência da Informação no intuito de buscar soluções que contemplem a complexidade de problemas reais e estruturais não apenas nas políticas e nas teorias, mas acima de tudo, nas realidades de arquivo.

Por fim, indica-se a fecundidade que as atas do CONARQ configuram para a possibilidade de novas pesquisas que possam analisar o mesmo, ou diferentes fenômenos através de olhares diversos. Constata-se a necessidade de pensar uma Arquivologia nacional que esteja preocupada em contemplar as complexidades dos arquivos e do cenário político brasileiro. E, recomenda-se a realização de pesquisas de campo que possam produzir informações sobre as realidades de arquivo de maneira mais específica e localizada. Possibilitando assim, um contraponto à ideia de uma Arquivologia que aparentemente está na porta da frente, apresentando-se como uma ciência profundamente estabelecida. Contudo, mais do que nunca, neste cenário, é preciso compreender a necessidade de adentrar continuamente pela porta de trás, pela porta de uma Ciência que se mantenha em vias construção.

2 UM PANORAMA DAS TRANSFORMAÇÕES DA ARQUIVOLOGIA: TRAÇADO A PARTIR DA LITERATURA

Dentre outros momentos históricos aos quais seja possível nos reportar, o final do século XVI foi marcado pela Revolução Francesa. Período no qual houveram várias lutas e onde iniciou-se a percepção e posterior implementação de importantes conquistas que acabaram por causar fortes mudanças em termos de relação social para parte do continente europeu e consequentemente para o ocidente. Essas fortes mudanças fizeram desse momento um marco referencial muito forte ao qual sempre é possível se reportar como um momento de grandes avanços em termos de relação social.

Através das diversas conquistas políticas alcançadas encontra-se a percepção de que era necessário abrir os arquivos ao público para que todos tivessem acesso aos documentos que até então eram pertencentes única e exclusivamente aos domínios da monarquia. A modificação ocorrida no arquivo da França, que passou a ser compreendido como arquivo da nação, é referenciada como um marco histórico fundamental para à área da Arquivologia, a saber:

As instituições arquivísticas, como hoje as concebemos, remonta à criação, em 1789, do Arquivo Nacional da França, primeiramente como arquivo da Assembleia Nacional e depois transformado, em 24 de junho de 1794, no estabelecimento central dos arquivos do Estado, ao qual foram subordinados os depósitos existentes nas províncias. Nestes depósitos deveriam ser recolhidos os documentos produzidos pelos diferentes níveis da administração pública na França. (FONSECA, 2005, p. 39).

Assim, tem-se para a Arquivologia, o momento histórico no qual foi dado um passo importante para o entendimento da concepção de arquivo, proposta pela área, ou seja, a maneira pela qual o arquivo é enxergado, através do seu escopo de conhecimento. O arquivo passa a ser considerado como uma instituição pública responsável pela guarda e manutenção de documentos provenientes das atividades e do funcionamento do Estado em suas diferentes esferas e, fundamentalmente, configurando-se como um espaço de interesse político e social.

Isso marca o histórico da concepção de arquivos, antes de seu refinamento terminológico ao longo do tempo, como um histórico de período de lutas. Assim passou a existir um compartilhamento da relevância e da responsabilidade da instituição de arquivo que, passou a fazer parte da sociedade, no entendimento de um sentimento de pertencimento emergente naquele momento, que foi se aprimorando ao longo do tempo.

Posteriormente, outro acontecimento considerado como um marco histórico fundamental para a concepção de arquivo na ótica da Arquivologia foi à proposição do *respect*

des fonds (respeito aos fundos). Noção criada pelo jurista francês Joseph-Natalis de Wally durante seus trabalhos como arquivista no Arquivo Nacional da França que tem início em 1830.

Da experiência dos Arquivos Nacionais, ele retira as grandes séries funcionais e institucionais. No interior destas séries, reagrupa os fundos das instituições que possuem funções similares. Assim, emerge a noção de fundo, conjunto de documentos produzidos por uma pessoa, e o princípio de respeito aos fundos. (DELMAS, 2012, p. 18).

Delmas continua (agora dando voz ao próprio Wally),

Não podemos deixar de recorrer ao texto de Wailly: “reunir os diferentes documentos por fundos, quer dizer, formar **coleções** de todos os títulos que provêm de um órgão, de um estabelecimento, de uma família ou de um indivíduo”. (WAILLY apud DELMAS, 2012, p. 18, **grifo nosso**).

No decorrer do texto, Delmas (2012) demonstra de maneira sutil a ambiguidade temporal de termos como “assunto” em relação à evolução dos conceitos da Biblioteconomia. Waillys utilizava esse termo sempre pensando nas ações e funções administrativas que originam o documento. O *respect des fonds* consagrou-se posteriormente como um princípio basilar para Arquivologia.

Por conseguinte, houve a produção de manuais clássicos para a área, como o Manual de arranjo e descrição de arquivos, publicado pela Associação dos Arquivistas Neerlandeses em 1898, popularmente conhecido como Manual dos Holandeses, o Manual de administração de arquivos de Hilary Jenkinson (1922), dentre outros. Esses momentos são perspectivos, no sentido de não existir a formulação de um vasto campo de conhecimento academicamente difundido até então. Em sua pesquisa, Schmidt aponta alguns fatores deste período:

Após a Revolução Francesa inicia-se o que classificamos como período da Arquivologia Clássica, do arquivo como instituição e serviço, se desdobrando até a Segunda Guerra Mundial (início década de 1940). Essa fase pode ser caracterizada pela centralização dos arquivos, constituição dos Princípios da Proveniência e da Ordem Original, manual dos Holandeses, ideia de Custódia contínua e de verdade arquivística por Jenkinson, manuais de Casanova e Brenneke, independência do Fazer nos arquivos em relação à biblioteca. **Também reflète a primazia do contexto frente ao conteúdo.** (SCHMIDT, 2013, p. 5, **grifo nosso**).

Na história dos arquivos existiu uma série de manuais que contribuíram de maneira significativa aos contextos para os quais sua aplicação se voltou. Aqui a reflexão é trazida

apenas como uma forma de ilustrar esse contexto de fecunda produção dos materiais que em muitos casos serviram não apenas como parte de um trabalho isolado de organização desses contextos, mas também como base referencial da emergência dos estudos voltados aos arquivos e, conseqüentemente, do esforço por formulações cada vez mais sistematizadas.

Apesar dos arquivos serem uma necessidade socialmente compreendida desde muito tempo, principalmente em países da Europa, a Arquivologia tardou a se institucionalizar como disciplina independente, pois, seu caminhar era visto como dependente de outras áreas.

Até meados do Século XX, predomina o entendimento do arquivo histórico como objeto privilegiado da Arquivologia que se estrutura então como 'ciência auxiliar' da História. O fazer arquivístico exige do arquivista não apenas a teoria arquivística em seu estado de construção. Exige também conhecimentos da História e do Direito. (JARDIM, 2012, p. 137).

Talvez a significativa preocupação da História e do Direito construírem seus conhecimentos cada vez mais com base nas evidências documentais tenha feito com que a Arquivologia se aproximasse de maneira significativa dessas áreas, fazendo com que seus conhecimentos servissem exclusivamente como uma maneira de organizar a documentação para que essas áreas as utilizassem. Não existia, de modo geral, uma reflexão sobre si mesma, a respeito do seu próprio fazer.

Cabe aqui esclarecer uma diferença que é aparentemente muito evidente, principalmente para os pesquisadores da área. É importante definir que hora se trata da Arquivologia, hora trata-se dos arquivos e as duas alternativas se entrelaçam. Arquivos configuram-se como uma preocupação milenar e a Arquivologia é uma disciplina relativamente moderna. A Arquivologia apresenta seu escopo de conhecimento a respeito dos arquivos e dos seus documentos. Os arquivos encontram-se dentro de uma estrutura de formulação comunitária, responsável pela sua construção que envolve o tecido social (e como parte dela, existem diversos cidadãos, pesquisadores e profissionais de diferentes áreas do conhecimento interessados em sua produção, manutenção e consulta). Cabe então à Arquivologia compreender a estrutura de construção e organização dos arquivos ao longo do tempo, compreendendo também seu contexto de produção para utilizar os métodos que melhor transmita seus sentidos ao longo do tempo a quem interessar.

Torna-se aos poucos mais evidente, para outros campos das ciências sociais, a distinção entre pesquisa em arquivos (elaborada por cientistas sociais de maneira geral) e pesquisa em Arquivologia (produzido por arquivistas

indagam sobre as diversas dimensões do fenômeno arquivística). (JARDIM, 2012, p. 136).

Nesse caso, para além de separar dois debates, estão sendo separadas duas perspectivas. Uma voltada às realidades de arquivos e outra voltada às elaborações teóricas advindas de um contexto acadêmico. A busca por relacionar essas perspectivas é fundamental.

Em sua trajetória a Arquivologia passou a iniciar uma estruturação cada vez mais acentuada nos espaços acadêmico-institucionais. Isso acaba por desenvolver um ambiente propício a diversas discussões de cunho filosófico e ideológico dentro da área, como as apontadas por Terry Cook (2001) através da identificação de diversos enunciados de produções teóricas voltadas aos arquivos. Essas inúmeras contribuições acabam por gerar um ambiente propício a constituição e constante fortalecimento de uma epistemologia emergente para a área.

Dentre as principais discussões promovidas pela área, as que envolvem a utilização do conceito de paradigma cunhado pelo filósofo e historiador das ciências Thomas Kuhn tomam destaque. Nesse território de produções acadêmicas, identifica-se que:

O modelo de análise da história da ciência elaborado por Thomas Kuhn em *A estrutura das revoluções científicas* tem sido bastante usado pelos teóricos da arquivologia ao discutirem a ruptura de paradigma vivida pela área atualmente. Segundo eles, a arquivologia vive um momento de “revolução científica”. (FONSECA, 2005, p. 57).

Segundo esse modelo analítico proposto por Kuhn (2011) todo o processo toma início num momento intitulado de Ciência Normal onde os pesquisadores de determinado campo científico produzem conhecimentos que apresentam uma continuidade estrutural, período no qual os trabalhos vão acontecendo de acordo com os fundamentos que os pesquisadores vão depositando em seus trabalhos a partir de suas crenças, criando assim um traçado paralelo em comum no qual a comunidade científica estabelece uma conexão de conhecimentos e práticas na qual existe o compartilhamento de uma linguagem comum entre eles. Em seguida, ocorre uma quebra nessa estrutura que caracteriza o surgimento de um novo contexto conhecido como período revolucionário dentro da ciência, onde os cientistas começam a questionar seus trabalhos de acordo com a inserção de novos elementos para a discussão, buscando novas respostas que fundamentem suas pesquisas. Este é o período ao qual é possível identificar uma quebra de paradigma.

A respeito desses momentos, intitulados de paradigma, no qual a comunidade científica estabelece suas pesquisas a partir dos conhecimentos e crenças compartilhadas Kuhn (2011, p.

13) compreende de maneira resumida que são “[...] as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência. ”.

O modelo analítico elaborado por Kuhn (2011) é significativamente recorrente quando se trata de produzir uma compreensão a respeito da Arquivologia no que tange ao seu processo de desenvolvimento ao longo da história. É de fundamental importância destacar aqui, que os processos envolvendo a História dos arquivos e a História da Arquivologia são processos distintos, mas que mantêm uma série de pontos em comum e se encontram em diversos momentos. O fato dos arquivos existirem desde muito tempo não significa necessariamente que os envolvidos no trabalho de sua guarda, organização e manutenção estivessem preocupados em sistematizar um conhecimento que se coloque como universalmente padronizado.

Schmidt e Smit (2014) demonstram como a Arquivologia contemporânea divide-se em inúmeras abordagens que surgiram a partir dos anos de 1980 e comportam grupos de pesquisadores que buscam solucionar os problemas advindos da administração moderna dos arquivos assim como sistematizar conhecimento que sirva de suporte e padronização normativa e conceitual aos trabalhos voltados aos arquivos ao redor do mundo. Essas abordagens (Quadro 1 – a seguir) são oriundas de diferentes tradições e apresentam-se de diversas maneiras no que diz respeito ao seu país de origem e a forma com a qual compreendem a própria natureza conceitual dos seus trabalhos.

Quadro 1 – Panorama das principais abordagens da Arquivologia

Abordagem	País/localização	Período	Natureza científica	Objeto científico	Representantes
Abordagem do Record Continuum	Austrália	A partir metade década de 1990	Ciência	Informação gerada pelos processos	LiviaLacovino; Frank Upward; XiaomiAn; Peter Marchal; Jay Kennedy; Cherry Schauder; Sarah Flynn; Adrian Cunnigham; Barbara Reed; Dagmar Parer; Ann Pederson; Sue Mckemmish; Michael Piggot; Chris Hurley
Abordagem Pós-Custodial	Portugal	Final da década de 1990	Disciplina subordinada à Ciência da Informação	Informação social	Armando Malheiro; Fernanda Ribeiro
Abordagem Arquivística Integrada	Montreal – Quebec / Canadá	Década de 1980	Disciplina autônoma inserida nas Ciências da Informação, dividindo o espaço deste campo de conhecimento, ainda mais virtual que real, com a biblioteconomia, a museologia e os estudos de comunicação. (Couture; Martineau; Ducharme, 1999, p. 17).	Informação Orgânica	Luis Carlos Lopes; Carol Couture; Jean Yves Rousseau; Jacques Ducharme
Abordagem Tipologia Documental e Identificação	Espanha	Década de 1980	Arquivo – enquanto conjunto de documentos de arquivo; documento de arquivo	Informação gerada pelos processos	Vicenta Cortés Alonso, Maria Luiza Conde Villaverde
Abordagem Diplomática Arquivística ou Contemporânea	Canadá inglês; Itália	Final década de 1980	Ciência Autônoma	Documento de Arquivo	Luciana Duranti (italiana); Bruno Delmas; Paola Carucci (italiana); Robert Henri-Bautier - pioneiro, década de 1960; - Christopher Brooke
Abordagem Arquivística Funcional ou Pós-Moderna	Canadá inglês; Itália	Final década de 1980	Disciplina científica	Process Bound information informação gerada pelos processos administrativos e organizadas com vistas a recuperar o contexto; Vínculo processual	Terry Cook; Hugh Taylor - proclamou a mudança, é inglês, mas em 1965 se mudou para o Canadá; Tom Nesmith; Laura Millar; David Bearman; Eric Ketelaar - Holandês (Archivalization); -Hans Booms; Verne Harris; Ciaran B. Trace (EUA); Barbara Craig

Fonte: Adaptado a partir de Schmidt e Smit, 2014.

O Quadro 1 apresenta de maneira resumida e sistematizada informações a respeito das diferentes abordagens que constituem parte da fundamentação do conhecimento arquivístico ao redor do mundo. A localização territorial dessas abordagens demonstra a ligação com escolas ou institutos, contudo, existe uma variedade de pesquisadores ao redor do mundo que se relacionam com os estudos provenientes desses contextos, independentemente de sua nacionalidade.

O Brasil está incluído nesse contexto com o exemplo de Luis Carlos Lopes, pesquisador histórico dentro da Arquivologia que realizou seu Pós-doutorado no Canadá e encontra-se mais próximo da abordagem intitulada Arquivística Integrada que congrega autores como Carol Couture e Jean Yves Rousseau (SCHMIDT, 2013).

[...] Luís Carlos Lopes, tem formação em história e pós-graduação tanto em história como em ciência da informação. Esse autor tem três livros citados nos planos das disciplinas, dos quais apenas um não explicita definição alguma de arquivo. Trata-se do livro intitulado *A gestão da informação: as organizações, os arquivos e a informática aplicada*. Nesse livro, o autor discute metodologias para elaboração de diagnósticos de arquivo visando à gestão documental e o fez indicando as possíveis imbricações que envolvem esse tipo de atividade. Os outros dois livros contêm uma discussão a respeito dos conceitos de arquivo e informações arquivística; o primeiro foi editado em 1996 e o outro saiu quatro anos mais tarde e fez uma síntese do pensamento expresso em textos anteriores, com acréscimos e novas reflexões. (CALDERON, 2013, p. 142).

Dentre as contribuições de Lopes está a divulgação dos termos Informação Orgânica e Informação Arquivística no Brasil, advindos dos seus estudos no Canadá. Entende-se nesse contexto que o primeiro termo faz parte da base teórica que fundamenta os trabalhos de Carol Couture e Jean Yves Rousseau e é entendido como uma informação elaborada ou recebida no âmbito de determinada organização quem mantém relação direta ou indireta com seus arquivos. Esse termo (Informação Orgânica) representa o conceito que foi produzido no intuito de contemplar informações que não necessariamente compõem documento de arquivo a partir de suas relações orgânicas, ou seja, a relação que os documentos ou, nesse caso, as informações mantêm entre si como parte do mesmo contexto de produção. Para tanto, é possível que essas informações passem a ser consideradas parte dos registros de arquivo dessa organização. (ROUSSEAU E COUTURE, 1998). Pode-se considerar que essa elaboração seja uma resposta ao contexto onde a inserção das TIC nos arquivos demanda um cuidado ao considerar os novos caminhos pelos quais as informações organizacionais percorrem.

Já a Informação Arquivística, por sua vez, foi introduzida por Lopes como um termo similar a Informação Orgânica, de maneira geral, porém, sua utilização encontra-se semanticamente pulverizada na literatura nacional, ou seja, como um termo de diferentes significados de acordo com o autor que o utiliza e, que não necessariamente mantém uma relação com a essência do termo cunhado originalmente. “[...] no caso da informação ser arquivística ou orgânica, é importante deixarmos claro que não estamos trabalhando necessariamente com sinônimos [...]” (SCHMIDT, 2013, p. 4).

Dentre seus estudos que ressaltam a perspectiva informacional a respeito das novas tecnologias em arquivos, Lopes compartilha que,

Por mais importantes que sejam estes inventos, eles ainda não conseguem resolver problemas técnicos, como os da ordenação e avaliação de documentos de arquivo. Ao contrário, os computadores têm aumentado o número de documentos e permitido a multiplicação e reprodução ad infinitum das informações geradas neste século e nos anteriores. (LOPES, 1994, p. 359).

O autor assim defende a ideia de que os avanços tecnológicos causam mudanças drásticas no cenário aos arquivos, sendo necessário manter estudos na busca de enfrentar essas mudanças. Contudo, questões como a da avaliação não podem ser solucionadas apenas porque um computador superpotente acaba de chegar ao ambiente dos arquivos.

As diversidades de abordagens configuram-se de maneiras distintas nas várias expressões da literatura. Através desta perspectiva, propõem-se uma reflexão a partir de duas dessas abordagens no intuito de demonstrar pontos de vista diferentes a respeito de compreensões históricas e conceituais. Com o intuito de compreender pontos fundamentais que a literatura coloca e conseqüentemente, facilitar o entendimento do presente estudo.

Observando o Quadro 1, quanto a abordagem intitulada por Pós-Custodial advinda de Portugal e sendo representada predominante pelos pesquisadores Armando Malheiro, Fernanda Ribeiro e a abordagem conhecida como Diplomática Arquivística ou Diplomática Contemporânea representada por sua vez por pesquisadores como Luciana Duranti, Bruno Delmas e Paola Carucci, dentre outros. Apesar das duas serem consideradas muitas vezes como parte do mesmo contexto em muitos casos no campo acadêmico, diferentes visões estão colocadas nessas perspectivas.

A seguir serão consideradas algumas divergências dentro das especificidades de cada uma dessas abordagens, com a intenção de demonstrar a complexidade do debate quando se trata das correntes contemporâneas.

Fernanda Ribeiro é uma pesquisadora da Universidade do Porto em Portugal e tem suas pesquisas voltas ao acesso da informação nos arquivos e à epistemologia da Arquivologia. Em seus estudos sobre as concepções históricas da Arquivologia, Ribeiro (2011) aponta para o surgimento da Arquivística como disciplina e conseqüentemente como disciplina aplicada na Ciência da Informação. Seu estudo tem como base a ideia de ruptura paradigmática sendo seu processo histórico tomado por um paradigma inicial, que caracteriza a *fase sincrética e custodial* (séc. XVII - 1898) nos arquivos, seguida de uma *fase técnica e custodial* (1989 – 1980) até a *fase científica e pós-custodial* (1980 – até hoje). Nesse cenário, a custódia indica a posse da documentação em estruturas mais rígidas com o documento em suporte papel com um balcão onde os usuários solicitam sua informação e aguardam para saber o que está disponível sem uma interferência significativa no que buscam, nesse sentido podemos dizer que a instituição a qual o usuário se reporta mantém não apenas a custódia física dos documentos, mas também a custódia da estrutura que permite caminhar pelos seus conteúdos.

A última fase da elaboração de Ribeiro (2011) implicaria em um contexto informacional para os arquivos, onde o conhecimento arquivístico avança para os sistemas de informação através das novas TIC. Este último paradigma toma início em 1980 e caminha pelos dias atuais onde a tecnologia tem um avanço sem precedentes.

O pensamento expresso por Ribeiro (2011) partilha a lógica de que os processos históricos de produção do conhecimento arquivístico se dão a partir de rupturas com o conjunto de conhecimentos estabelecidos previamente em momentos históricos anteriores. Mesmo que parte desse conhecimento permaneça presente no fazer dos profissionais e determinados princípios se mantenham como lastro dele, a área vai se transformando de maneira significativa a partir de rupturas com tradições anteriores.

É possível tomar o modelo proposto por Kuhn (2011), já exposto anteriormente nesse capítulo e fazer aqui um transporte desse modelo dentro do entendimento de Ribeiro (2011) a respeito das transformações ocorridas dentro da epistemologia da Arquivologia desde sua gênese até o modelo predominante nos dias atuais.

Nessa linha, colocada nos moldes da teoria paradigmática de Kuhn (2011), é possível compreender a existência de um centro paradigmático na *fase técnica e custodial*, no qual a comunidade envolvida no interesse pelos arquivos formula conhecimentos de caráter técnico a respeito da organização dos arquivos. Em determinado momento, a comunidade começa a buscar uma padronização cada vez maior nas linguagens que utiliza para compreender as metodologias que aplica, culminando por sua vez na *fase científica e pós-custodial*, que, acaba por caracterizar um novo período de ciência normal.

Por sua vez, o arquivista canadense Terry Cook (1997) advindo da abordagem intitulada Arquivística Funcional (Quadro 1) registra o pânico causado pela inserção das novas tecnologias nos ambientes organizacionais no período entre as décadas de 1970 e 1980. Isso provoca um mal-estar em grande parte dos profissionais da área, com a possibilidade - apontada por muitos - dos seus trabalhos não serem mais necessários. A produção desse entendimento, além de questionável, parece demonstrar um problema de desconhecimento aprofundado das funções e do potencial da área, já que o surgimento de novas tecnologias, ao invés de contribuir para o seu desenvolvimento, acabaria por produzir sua extinção. Logo, o pânico alertado por Terry Cook pode ser interpretado inicialmente como uma resistência institucional aos avanços que seriam inevitáveis para a sociedade.

Seguindo a reflexão aqui proposta a respeito das abordagens tem-se a intitulada de Diplomática Arquivística ou Diplomática Contemporânea, que pode ser representado aqui pela professora Duranti, uma pesquisadora Italiana que mantém suas pesquisas na *University of British Columbia* no Canadá e é diretora do projeto *International Research on Permanent Authentic Records in Electronic Systems* (InterPARES), que pode ser traduzido literalmente como Pesquisa Internacional sobre Documentos Arquivísticos Autênticos Permanentes em Sistemas Eletrônicos. O projeto de envolve mais de dez países do mundo, incluindo o Brasil, que tem relação direta com o projeto através do Arquivo Nacional (AN).

Quadro 2 – Fases do projeto InterPARES

Fases	Objetivo resumido
InterPARES 1 (1999-2001)	Identificar requisitos conceituais para avaliar e manter a autenticidade dos documentos digitais.
InterPARES 2 (2002-2007)	Teve como foco documentos arquivísticos digitais gerados através de atividades artísticas e governamentais, em sistemas experimentais, interativos e dinâmicos.
InterPARES 3 (2007-2012)	Aplicar o conhecimento teórico-metodológico desenvolvido nas duas fases anteriores para capacitar programas e organizações responsáveis pela produção e manutenção de documentos arquivísticos digitais.
InterPARES 4 (2013-2018)	InterPARES Trust: responsável por investigação sobre documentos arquivísticos digitais produzidos e mantidos no ambiente da Internet, em especial envolvendo nuvem e mídias sociais.

Adaptado a partir de: Arquivo Nacional (2016).

A primeira fase do projeto (Quadro 2) contemplou a relação que os pesquisadores têm com o entendimento dos conceitos necessários para verticalizar o trabalho, seguida de uma fase

onde esses conceitos passam a ser experimentos em ambientes que permitem seu teste. Na terceira fase os conhecimentos produzidos nas fases anteriores são novamente aplicados. A última fase do projeto intitulada *InterPARES Trust* divulgou os relatórios de seus estudos em um sítio específico. Os resultados e produtos de cada uma das fases do projeto estão disponíveis no sítio eletrônico do seu site.

A fim de esclarecer de maneira breve questões conceituais relacionadas ao objeto de estudo do projeto, o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística define documento digital como: “Documento codificado em dígitos binários, acessível por meio de sistema computacional.” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 75) e documento eletrônico como: “Gênero documental integrado por documentos em meio eletrônico ou somente acessíveis por equipamentos eletrônicos, como cartões perfurados, disquetes e documentos digitais.” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 75). Aqui, essas duas ideias são trazidas como base para que os conceitos tenham margem de liberdade para se apresentarem em suas complexidades.

Fazendo uma pequena reflexão a respeito dos assuntos tratados pelo InterPARES, pode-se indicar que a pesquisa tem uma relação direta com o que é possível chamar de disposição física e disposição lógica dos documentos, considerando a primeira como o local onde o documento físico se encontra, que pode ser em uma gaveta, por exemplo, diferente da segunda disposição que indica como os documentos se organizam independentemente de onde eles estejam fisicamente.

Duranti (2007), em seu clássico artigo intitulado *Archives as a Place*, publicado originalmente em 1996, na revista *Archives & Manuscripts*. Que pode ser traduzido como “Arquivos como um lugar”, defende basicamente que, o abandono da ideia de custódia pode fazer com que seja impossível a tutela dos arquivos, não apenas pelos arquivistas, mas também pelo povo. Pode-se dizer que esse artigo apresenta uma resposta aos pós-custodialistas¹.

Ao se deparar com a possibilidade de uma ruptura dentro do cenário institucional apontada por Cook, que antes de tudo caracteriza como uma forma de compreensão da realidade e não necessariamente como um reflexo da realidade em si mesma, a autora retorna os argumentos perguntando de maneira provocativa:

Is this vision realistic? Are we going to witness the end of a worldview that has inspired six thousand documented years of law and tradition, in the Middle East first, and in the Eastern and Western civilizations later? Is such an end inevitable? Is it desirable? (DURANTI, 2007, p. 446).

¹ O termo pós-custodialistas faz referência aos pensadores da Arquivologia cujo pensamento é orientado pela ideia de uma ruptura paradigmática que coloca os trabalhos e o pensamento Arquivístico em um novo patamar, onde a custódia tradicional dos documentos é revogada a partir da inserção das novas tecnologias nos arquivos.

Tem-se então a raiz de um pensamento que não busca de maneira alguma uma ruptura entre os processos, mas, antes de tudo, uma compreensão e reflexão a respeito da realidade na qual o surgimento de novas preocupações não produz uma alteração significativa na concepção tradicional, mas sim, produz um retorno a ela.

A provocação de Duranti (2007) é colocada de maneira exagerada, provavelmente para chamar a atenção para a tentativa de ruptura com uma tradição vista por parte da literatura, de algum modo como negativa, uma tradição que formulou durante grande parte do tempo orientações de como proceder nos centros de documentação ao longo da história. O conceito de Informação arquivística, por vezes trabalha em detrimento do documento de arquivo, no sentido de pulverizar o foco do entendimento do registro, não compreendendo distinções conceituais entre documento e territorialidade e, documento e informação. Entende-se que os conceitos tradicionais podem ser diluídos de forma a fazer com que o documento de arquivo perca sua identidade por abranger escopo de definição demasiado, contribuindo para uma generalização que não delimita exatamente o que se quer dizer com os termos informação, documento, informação arquivística, documento arquivístico, tanto para a comunicação entre pesquisadores de dentro quanto para fora da área da Arquivologia. É fundamental definir o que se pretende tratar quando se faz necessário falar sobre.

Mais à frente a autora explicita o que para ela seria o abandono da ideia de custódia dos documentos.

The abandonment of the connection between archival documents and a central official place of preservation under a distinct jurisdiction would imply the impossibility of exercising precisely that guardianship so dear to Jenkinson's heart, the moral defense of archives, not only by the archivist but also by the people. There is no doubt in my mind that moral defense passes through and is inseparable from physical defense. (DURANTI, 2007, p. 465).

Os estudos elaborados por Duranti apresentam-se bem delineados por serem ligados diretamente a uma tradição que retoma a própria relação da Arquivologia com a História, o Direito e a Diplomática. Pode-se dizer que essa é uma perspectiva de formulações conservadoras, que busca criar um antagonismo em relação as perspectivas de ruptura paradigmática. Mas, uma análise mais detalhada do contexto do qual advêm essas considerações pode fornecer novos elementos.

A relação entre custódia e pós-custódia dos arquivos certamente é uma discussão complexa que envolve diversos autores dentro da literatura contemporânea da Arquivologia,

mas, ao observar outro momento histórico, é possível compreender que a própria ideia de custódia já apresenta uma séria de questões problemáticas, pois,

Ao formular esse princípio de custódia responsável, Jenkinson provavelmente pensava na possibilidade de esta ser estabelecida na base dos rolos da Chancelaria, da Fazenda e dos tribunais de Justiça. Em se tratando de documentos produzidos sob modernas condições de governo, a prova da “linha imaculada de custódia responsável”, ou da “custódia ininterrupta” não pode ser tomada como um teste de caracterização dos arquivos. Os documentos modernos existem em grande volume, são de origem complexa e sua criação é, muitas vezes, casual. A maneira pela qual são produzidos torna infrutífera qualquer tentativa de controlar os documentos de per si, ou, em outras palavras, de seguir “linhas imaculadas” de “custódia intacta”. Isto é uma verdade, não importa o sistema de arquivamento usado. Por conseguinte, se forem oferecidos documentos modernos a um arquivo, serão aceitos como arquivos, desde que satisfaçam os outros quesitos essenciais, na “suposição razoável” de que sejam documentos do órgão que os oferece. (SHELLEMBERG, 2006, p. 39).

Shellemborg demonstra que existem diferenças claras entre a concepção de Jenkinson (1922) e a sua proposta em relação à estrutura do Estado Moderno. Isso é caracterizado basicamente por uma diferença temporal. O fenômeno da produção de grandes massas documentais oriundo do período pós-segunda guerra ao qual Shellemborg (2006) encontra-se inserido pode ser compreendido como um período de larga mudança em relação ao entendimento de como tratar novas formas de produção documental em um cenário tão complexo e certamente sem precedentes. Muitas vezes a maneira de compreender o objeto ao longo do tempo se altera muito mais do que o próprio objeto em questão. No entanto, dinâmica tempo-espaco demonstra como é imprescindível compreender onde se encontra cada ator históricos em momentos distintos.

Jenkinson (1922), assim como Shellemborg (2006) tiveram seu tempo e enfrentaram problemas parecidos em alguns aspectos, porém com especificidades completamente diferentes. A inseparável relação entre defesa moral e defesa física dos arquivos colocada por Duranti (2007) traz uma reflexão a respeito do novo cenário “informacional” para os arquivos. Onde é necessário criar uma distinção entre a lógica intelectual e lógica física dos documentos, pois as duas mantêm uma relação direta com sua essência, e talvez, esteja aí uma possível resposta ao enfrentamento teórico de mais um novo contexto.

Essa reflexão nos coloca a possibilidade de pensar um cenário maior para os arquivos, no intuito de demonstrar a relevância de se pensar o contexto geral no qual os arquivos estão inseridos, antes de pensar nos próprios arquivos em si. Seguindo essa linha, ao tratar das

políticas públicas de informação, Jardim (2006) nos fornece um caminho de entendimento à interpretação dessa discussão, indicando que,

É necessário que se defina o universo geográfico, administrativo, econômico, temático, social e informacional a ser contemplado pela política de informação. Da mesma forma, devem ser previstos os diversos atores do Estado e da sociedade envolvidos na elaboração, implantação, controle e avaliação dessas políticas. (JARDIM, 2006, p. 9).

Não deveriam existir formulações fora do contexto dos arquivos, sejam elas teóricas ou legislativas que abarquem a complexidade de um cenário setorial de arquivos como uma realidade vivida, sem que ela esteja direcionada ao próprio objeto, os arquivos! Assim, o contexto é parte predominante desse processo. Antes de se perguntar qual seria o trabalho a ser feito, seria interessante perguntar também: Para qual local nosso trabalho está direcionado nesse momento? Ou seja, os arquivos são compreendidos assim como uma estrutura disposta no espaço e no tempo. Problemas diferentes podem existir em contextos distintos e, certamente soluções diversas irão se apresentar.

Essa é apenas uma interpretação sobre algumas das abordagens predominantes no pensamento arquivístico ocidental. Outras abordagens existem em diferentes localidades, pois a produção de registros documentais data de milênios e caminha numa estrutura que preserva determinadas características culturais de cada civilização através de seus registros, que, por sua vez configuram-se quase como que inerentes as práticas humanas. Outras reflexões a partir das mesmas abordagens aqui dispostas também são possíveis.

A necessidade de afirmação científica pode ser uma justificativa plausível para a utilização da concepção paradigmática e da ideia de ruptura, tendo em vista que o termo é utilizado por diversas outras áreas do conhecimento (aqui isso não será explorado com mais detalhes). Contudo, na Arquivologia, a percepção de uma ruptura paradigmática aparece de uma maneira marcante. Nessa linha reflexiva, em contraponto a obsessão pela ideia de ruptura paradigmática oriunda de diversas leituras de Kuhn, o movimento proposto pelo pensador, em seu ensaio demonstra a relevância de questionar “[...] não pela relação entre as concepções de Galileu e as da ciência moderna, mas antes pela relação entre as concepções de Galileu e aquelas partilhadas por seu grupo, isto é, seus professores, contemporâneos e sucessores imediatos nas ciências.” (KUHN, 2011, p. 22). Mesmo preocupado com o desenvolvimento científico, Kuhn faz questão de relacionar os pesquisadores a seus próprios contextos de produção a partir de uma perspectiva localizada. Nesse caso, o autor pretende demonstrar os erros aos quais se

expõem as pessoas que pretendem traçar paralelos através de perspectivas temporais longínquas.

O traçado histórico proposto pela literatura da Arquivologia normalmente aponta uma comparação entre contextos históricos distintos, por vezes sem uma justificativa consistente e fundamentada. Um exemplo disso seria a comparação entre o contexto de produção da documentação suméria e sua função (tabletes de argila) e a nossa perspectiva, na qual as TIC encontram-se em considerável nível de inserção (o que inclui os tabletes digitais). De certo modo, essas análises acabam por não contemplar fatores relevantes e/ou minimamente interessantes para o desenvolvimento da área. Isso ocorre não apenas nas concepções históricas, mas refere-se também as realidades sociais. Por este motivo, o presente trabalho buscou responder à seguinte questão:

A ruptura paradigmática apontada pela literatura contemporânea da Arquivologia está disposta, de fato, nos ambientes de discussão voltados para a formulação de políticas e diretrizes a partir dos conhecimentos produzidos pela área?

Destaca-se aqui, o fato da ruptura paradigmática apontada pela literatura da área ser frequentemente associada, de um lado aos avanços tecnológicos, o que causa impacto direto no exercício das funções ligadas ao trabalho realizado nos arquivos. E por outro lado, a abertura dos arquivos para a sociedade, esse segundo aspecto é marcado pelo entendimento de que o arquivo e o seu potencial informativo não pertencem apenas a poucos especialistas ou é uma tarefa de exclusiva produção governamental, nesse caso o arquivo é parte integrante do tecido social. Considera-se os dois aspectos como intrinsecamente relacionados, na medida em que a penetrabilidade das novas tecnologias causa transformações nos arquivos e nas relações sociais.

No seguimento deste texto e antes mesmo da apresentação do campo empírico, se considerou necessária a apresentação, no capítulo três, da maneira pela qual pretendeu-se abordar o emaranhado discursivo que deu origem a uma “nova” lógica de relações documentais e conseqüentemente de comunicação e informação nos arquivos. Assim, o capítulo seguinte trata-se de uma reflexão a respeito da complexidade que envolve os arquivos e a Arquivologia em relação à epistemologia dos mesmos, ou seja, a produção de conhecimento que os envolve. Sugere-se aqui, uma maneira de abordar a discussão que contemple aspectos de sua diversidade.

3 ARQUIVOS, ARQUIVOLOGIA E A COMPLEXIDADE DO EMARANHADO DISCURSIVO

Após a segunda grande guerra, novas estratégias de enfrentamento nacional passaram a ser preocupação primordial dos países que estavam apreensivos com o desenvolvimento nacional. De certa maneira, essa preocupação configurou-se como uma tentativa de reviver o humanismo para que as sociedades pudessem ter uma forma de afirmar-se como “a opção que deu certo” - de maneira perspectiva em seu traçado e -, conseqüentemente, a opção a ser seguida em relação às demais formas de sociedade que as cercavam. Nessa linha de pensamento, todo o esforço voltou-se novamente – ou nunca deixou de estar voltado – para a informação e sua organização.

O período do pós-guerra, associado por muitos autores ao surgimento da ciência da *informação*, foi marcado pela polarização entre Estados Unidos e a União Soviética, ou seja, a Guerra Fria. Os esforços contínuos para manter as respectivas lideranças num mundo dividido em dois blocos hegemônicos geraram uma produção científica e tecnológica sem precedentes. A chamada “explosão da informação” exigia meios cada vez mais sofisticados e rápidos para que a informação científica e tecnológica pudesse ser usada como recurso econômico e político. (FONSECA, 2005, p. 17).

Pode-se notar que o esforço para trabalhar nas questões referentes à documentação e às informações produzidas nesse período já estava presente em outros momentos históricos, se configurava como parte intrínseca de outras sociedades ao longo do tempo. O interessante aqui é notar a maneira como é vital para estes países retomar uma lógica interna que os façam parecer maiores para o lado de fora. Uma lógica que envolve a ampliação de seus conhecimentos voltados para a comunicação, o autoconhecimento através dos centros de informação e o reconhecimento do inimigo pelos centros estratégicos. Denominando o que pode ser lido, acessado e como as visões de mundo devem ser construídas para se afirmar cada vez mais uma hegemonia em detrimento de outras opções.

A análise dos grandes marcos históricos pode-nos ajudar a compreender como ocorre os processos de transformação e percepção dos arquivos e a importância de seus documentos para o funcionamento de uma sociedade. De certa maneira, no Brasil, essas análises não apresentam uma relação direta com as realidades de arquivo como na produção de conhecimento apresentada pelos pensadores europeus e norte-americanos sobre seus próprios contextos. Nesse sentido, nosso pensamento acaba sofrendo uma forte influência de versões

históricas e de contextos históricos extremamente diferentes aos da realidade do Brasil, seja de ordem cultural, social, econômica ou política.

Contudo, com o passar do tempo uma nova ordem veio se estreitando cada vez mais, fazendo com que o mundo passasse a se aproximar, encurtando as distâncias e alterando a própria percepção do tempo por parte dos sujeitos, ou seja, alterando o próprio tempo e o espaço no qual a pessoa humana está inserida.

Se essa época hoje parece irremediavelmente esgotada, não é porque os homens, levados por um ânimo decadente, não mais estivessem dispostos a cumprir sua tarefa literária nacional; a época do humanismo nacional-burguês chegou ao fim porque a arte de escrever inspiradoras cartas de amor a uma nação de amigos, ainda que fosse exercida da maneira mais profissional possível, já não bastaria para atar os laços telecomunicativos entre os habitantes de uma moderna sociedade de massas. (SLOTTERDIJK, 2000 p. 13-14).

Em um mundo onde o novo aparentemente é impossível e tudo parece já ter sido realizado é possível encontrar uma maneira pela qual o poder parece transformar-se, adaptar-se encontrando novas maneira de atuar sobre as pessoas. A nova lógica de comunicação imposta nesse período acabou por transformar as demandas da sociedade que agora passa a consumir informações de uma maneira cada vez mais acentuada como parte do seu cotidiano.

Assim, temos duas perspectivas distintas, ou de duas ideias complexas, complementares. As ideias do poder, de quem produz o mundo e as ideias das sociedades, de quem consome essa produção. Isso leva a distinção entre o período no qual uma tecnologia é desenvolvida e o momento no qual ela passa a ser incorporada, de modo geral, produzindo uma sociedade de massas, oriunda do período Pós-Segunda Guerra Mundial.

Perceber a manipulação da mídia moderna voltada para a sociedade de massas não parece fornecer uma resposta completa para esse complexo cenário. As políticas que envolvemos processos de implementação de uma nova tecnologia deveriam ser mais importantes para o debate do que a própria inserção de uma destas tecnologias como algo imperativo e inevitável. Nesse sentido, a tecnologia não pode ser uma variável determinante no processo de construção dos arquivos, ela configura-se como parte fundamental da manutenção e do acesso aos documentos, sendo, contudo, uma peça auxiliar nesse processo de construção.

Ao considerar que um avanço tecnológico acaba por configurar um novo cenário para áreas do conhecimento, de maneira geral, deixa-se de levar em consideração os interesses por trás da construção desse novo cenário. Uma tecnologia não se apresenta no mercado aleatoriamente sem um planejamento para sua disseminação, venda e penetração nos diversos

campos da sociedade, sem um interesse que monitora esse processo. Os arquivos, como parte inerente ao processo de construção da sociedade moderna pode ser visto aqui a frente de um complexo emaranhado, manipulável e construído de acordo com os interesses de quem toma as decisões.

Destarte, durante seu percurso de desenvolvimento, os arquivos foram fortemente marcados pelas concepções históricas referentes à sua evolução e função em determinados períodos. Isso implica em uma abordagem que valoriza a organização da sociedade e do seu pensamento de maneira geral, independente da abordagem teórica ou da maneira pela qual esse processo repousa em um campo de entendimento. O processo de construção dos registros documentais orgânicos ocorre dentro das sociedades sem que necessariamente um conhecimento rebuscado seja produzido a respeito disto.

Do senso comum para as ciências e das ciências para o senso comum a ideia de ruptura com o pensamento tradicional vem sendo percebida e evidenciadas (SANTOS 2005). Talvez essa percepção faça parte da própria compreensão humana do mundo e do avanço inevitável. Contudo, não é possível ter noção completa do paradigma emergente no campo social, como indica Santos (2005) ao tratar do paradigma emergente:

A configuração do paradigma que se anuncia no horizonte só pode obter-se por via especulativa. Uma especulação fundada nos sinais que a crise do paradigma atual emite, mas nunca por eles determinada. (SANTOS, 2005, p. 74).

Entende-se que o caminho percorrido pela história dos arquivos e conseqüentemente pela Arquivologia não se dissocia do contexto mais amplo e socialmente situado demonstrado nos parágrafos anteriores. Sendo assim, a fundamentação teórica basilar desta pesquisa parte inicialmente de uma abordagem teórica referente aos estudos relacionados à Filosofia, Antropologia e Ciência da Informação (CI), tendo nesta última, a inserção dos estudos da Arquivologia, pelo fato da produção da maior parte dos trabalhos arquivísticos publicados no Brasil, serem realizados nos programas de pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCI).

A área da Arquivologia parece muitas vezes embotada em um fazer representativo dos seus próprios saberes. Isso implica em uma dificuldade de perceber a si mesma como potência no campo social, já que sua capacidade parece demasiadamente clara para os envolvidos em suas produções. O olhar externo e perspectivo permite imaginar outras possibilidades dentro dos arquivos, “Imaginar? Mas a qual Imaginação nos referimos quando estamos diante de textos, imagens e sons que são apenas uma parte - quem sabe residual - de uma experiência

etnográfica transformada em objeto de nossa atenção?” (CUNHA 2005, p. 9). O questionamento de Cunha ao se deparar com os arquivos (de natureza etnográfica) é pertinente e pode causar inquietações ao fazer e ao saber arquivístico. Contudo, antes de ser uma crítica ao olhar sob os arquivos, esse questionamento configura-se como uma crítica ao próprio método etnográfico já que:

Num, segundo momento, tais impasses no meu contato com esses registros se transformaram numa pergunta: afinal, para que servem, se a experiência etnográfica é sobretudo uma relação e, como tal, uma vez limitada pelas vicissitudes do seu contexto, do presente e dos sujeitos envolvidos, não se presta a ser reproduzida sob a forma de uma fonte de uso historiográfico? (CUNHA 2005, p. 10).

A etnografia dos arquivos nesse momento parece produzir uma espécie de “metaconhecimento” a respeito dos arquivos. Destarte, é interessante notar que, uma reflexão ou uma crítica promovida a área da Arquivologia não paira sozinha e nem isolada em relação às críticas historiográficas e/ou antropológicas.

Certamente a discussão proposta pela literatura das áreas da Arquivologia e da Ciência da Informação em relação ao novo paradigma ou paradigma emergente envolve uma análise relacionada diretamente com a história. Em determinado momento da história o trabalho nos arquivos ganha interferências significativas e parece apontar para a percepção de uma ruptura, contudo:

É certo que, no actual período de viragem, a Arquivística continua a ser pensada, praticada e difundida como a disciplina técnica que ensina a lidar com os “Serviços de Arquivo”, uma vez que o paradigma custodial, patrimonialista e tecnicista é ainda dominante. (SILVA, 2010, p. 71).

Outros momentos apontam continuidades pertinentes, como se houvesse um momento de ruptura que ainda estar por vir ou que ainda não foi realizado em sua totalidade, como se o momento histórico pelo qual a Arquivologia passa estivesse marcado por um campo nebuloso onde seria difícil perceber seu real estado. Em complemento a afirmação anterior, Cook destaca um aspecto interessante para a discussão ao tratar da questão quando afirma que:

Pode a princípio parecer contraditório afirmar uma mudança paradigmática, ao mesmo tempo em que também se sugere que os arquivistas deveriam permanecer focados nas suas pesquisas eruditas e formulações teóricas dos princípios fundamentais tradicionais - aqueles centrados na “origem, *Respect des Fonds*, contexto, evolução, interrelações, [e] ordem” dos documentos. (COOK, 2012, p. 125-126)

E continua:

A referência aos princípios fundamentais arquivísticos não soa como uma radical mudança de paradigma! Porém, os resultados de pesquisas realizadas por arquivistas preocupados com estes fundamentos tradicionais, são agora tão diferentes das suposições que dominaram a profissão durante a maior parte dos dois séculos passados, que eu acredito que uma mudança de paradigma está realmente ocorrendo. (COOK, 2012, p. 126).

Qual seria a principal percepção que nos levaria a crer em uma ruptura, cientificamente falando? A linha entre a ideia de ruptura e continuidade parece muito tênue. De um lado, os teóricos buscam justificativas nas tradições para desenvolver percepções referentes a inserção do documento digital, dentre outras tecnologias de impacto para a área, que é o caso da abordagem Diplomática Arquivística ou Contemporânea. Por outro lado, alguns teóricos buscam o caminho oposto, refutando conhecimentos pré-estabelecidos e desenvolvendo novas formulações na busca de uma solução nesse caso os pós-modernos. (SCHMIDT; SMIT, 2014).

Nesse momento a fundamentação teórica parece compor campo de problematizações, na medida em que a marcação da teoria paradigmática apresenta-se. Em outra perspectiva, tomamos uma percepção de Capurro no intuito de ampliar o debate. Nesse caso o autor demonstra que “Kuhn identifica a existência de uma situação ‘pré-paradigmática’ na qual não se produzem progressos científicos, como seria o caso das ciências sociais, incluindo também a ciência da informação.” (KUHN apud CAPURRO, 2003, apud MARINS, 2016, p. 54).

A indicação de Capurro nos faz caminhar para uma reflexão mais aprofundada a respeito do assunto, já que ao definir o conceito, Kuhn faz a seguinte exposição: Considero “paradigmas” as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência. (KUHN, 2011, p. 13). Parece ser relevante ao debate a questão científica, principalmente por Kuhn trabalhar com a ideia de ciência e voltar o desenvolvimento de sua pesquisa exclusivamente às ciências naturais. A discussão da cientificidade da Arquivologia também é pertinente nesse momento, pois, para ser considerada alvo da teoria paradigmática, a mesma necessita encontrar-se estabelecida no quadro científico.

Desse modo, entender o emaranhado discursivo do domínio da área passou a ser uma inquietação do pesquisador antes mesmo de adentrar no campo empírico, ou de conhecer e revelar o conteúdo dos documentos analisados. Não se trata, contudo, de análise do discurso, isso seria objeto de outra pesquisa. A seção seguinte trata de uma breve reflexão sobre como se deu a abordagem, de maneira geral, nesta pesquisa.

3.1 COMO ADENTRAR O EMARANHADO?

As discussões teóricas propostas pela Arquivologia sem dúvida apresentam uma enorme linha de diversidade e pluralidade a respeito da compreensão de seus processos históricos, da formulação dos seus conceitos, dentre outros temas. Em parte, as abordagens contemporâneas oriundas da área que, apresentam uma perspectiva de que a área da Arquivologia se encontra em um novo paradigma, têm seus discursos associados predominantemente à inserção de novas tecnologias nos ambientes de trabalho. Aqui, buscou-se compreender a maneira pela qual se deu o processo de abordagem da presente pesquisa de uma forma mais ampla.

Latour (2011), em seus trabalhos voltados em parte para a pesquisa de campo em laboratórios, auxilia nosso entendimento a respeito dos processos pelos quais a presente pesquisa adentrou, na perspectiva de que seu trabalho toma como base livros, documentos e a observação. Logo no início do seu livro intitulado “Ciência em Ação: Como Seguir Cientistas e Engenheiros Sociedade afora”, Latour trata da primeira regra metodológica a ser seguida tratando-se do seu caminho proposto, indicando que, “Essa é a primeira decisão que temos de tomar: nossa entrada no mundo da ciência e da tecnologia será pela porta de trás, a da ciência em construção, e não pela entrada mais grandiosa da ciência acabada.” (LATOURE 2011, p. 17).

Figura 1 – Ciência pronta e Ciência em construção



FIGURA 1.1

Fonte: Latour (2011) p. 16.

A Figura 1 demonstra os dois tipos de Ciência das quais a humanidade pode se servir. Do lado esquerdo a Ciência pronta, acabada e pode-se dizer também, a Ciência glamorosa, dessas que se lê na maior parte das reportagens sobre pesquisas com embasamento científico, contudo, o que se diz dessas pesquisas não necessariamente é o que elas representam para uma comunidade de cientistas. Existem estruturas interessadas nas pesquisas e elas são anteriores a

sua própria realização. As estruturas anteriores a comunicação do resultado de uma pesquisa científica pode ser colocada como a Ciência em construção, representada pelo lado direito da Figura 1, configurando o trabalho anterior a todos os resultados, os processos que levaram a situação que foi divulgada, seja um excelente resultado ou uma pesquisa. Esse processo envolve pesquisadores e não pesquisadores e é ele que aqui ganha o nome de emaranhado. Ou seja, o cenário complexo no qual os atores se estabelecem e agem.

Tratando-se da Arquivologia nacional, existem algumas conclusões que muitas vezes são naturalizadas e passam a ser aceitas como verdades pré-estabelecidas dentro da epistemologia da área, sem maior aprofundamento teórico. Um exemplo disso pode ser visto no alerta feito por Clarissa Schmidt ao tratar da compreensão a respeito do objeto de estudo da Arquivologia no Brasil, onde conclui que “[...] muito se refere ao que é ou deve ser considerado, e pouco se dedica a fundamentá-lo, justificá-lo, explicá-lo.” (SCHMIDT, 2013, p. 13).

Um discurso não pode ser compreendido como algo isolado de um contexto de produção. Se, como indica Cook (2007) a tecnologia é um fator que transforma radicalmente os ambientes de trabalho, antes de tudo é necessário perguntar quais seriam esses ambientes. Ou seja, onde eles se localizam geograficamente? Qual sua constituição material? Quais as pessoas envolvidas nesses trabalhos? Quais são estes trabalhos?

Contudo, ao observar textos clássicos da Arquivologia que indicam alterações significativas, muitas vezes não se tem informações sobre a completude ou ao menos parte do cenário no qual a trama se desenrola, ou seja, é como se o entendimento gerado fosse parte de um componente especulativo. Parece que o arquivo se configura como um ambiente onde ninguém esteve presente antes da formulação, sem necessariamente uma relação direta com os fatos da realidade. Mais uma pergunta se acrescenta: Quais são, em maiores detalhes, as tecnologias envolvidas nesse processo de transformação que alteram de maneira tão significativa o trabalho com os arquivos?

Na Figura 2 (a seguir), existem os dois rostos da figura anteriormente exibida na Figura 1. O da ciência pronta em detrimento da ciência em construção. Para a ciência pronta a tecnologia seria a causa, a partir da qual os projetos seriam executados passando a fazer parte de uma realidade de trabalho sendo colocada assim, como uma variável determinante dessa construção. Por outro lado, a ciência em construção apresenta o contraponto dessa visão de mundo, por assim dizer. Para ela, por sua vez, a execução dos projetos é que colocam a ciência e a tecnologia como forças propulsoras de seu movimento, ou seja, a partir da ação dos grupos na tentativa de solucionar um problema em determinada realidade, essas forças propulsoras apresentam-se como parte fundamental da engrenagem.

Figura 2 - Ciência pronta e Ciência em construção (tecnologia)



FIGURA 4.2

Fonte: Latour (2011) p. 287.

Mas nesse caso, seria possível pensar que uma dessas maneiras é a correta? A resposta é simples. Não se trata de analisar duas possibilidades, trata-se de considerar anteriormente duas existências e escolher um caminho de entrada e observação do emaranhado social, ou nesse caso, mais especificamente, emaranhado arquivístico. A escolha de um caminho de entrada não anula a existência do outro, apenas faz com que a opção seja pelos fragmentos da construção, de uma discussão, de uma política e não pela ideia pronta.

Parte do esforço desta pesquisa é não apenas o de adentrar pela porta dos fundos, mas, também, de compreender se os discursos da Arquivologia não podem estar saindo demasiadamente pela porta da frente. Em um país onde os debates nacionais voltados para diferentes setores acabam por não responder ou melhor, representar realidades tão complexas e diversas.

O trabalho de Latour (2011), voltado para a compreensão do discurso elaborado pelas ciências é pertinente no sentido de demonstrar de maneira mais aprofundada e de certa forma empírica, como se constrói um discurso solidificado dentro de um campo de pesquisa, um discurso difícil de ser combatido mesmo carregando inúmeras controvérsias consigo, como indica o próprio autor ao dizer que,

Uma sentença pode ser tornada mais fato ou mais ficção dependendo da maneira como está inserida em outras. *Por si mesma, uma sentença não é nem fato nem ficção; torna-se um ou outra mais tarde graças a outras sentenças.* Ela será tornada mais fato se for inserida numa premissa fechada, óbvia, consistente e amarrada, que leva a alguma outra consequência menos fechada, menos óbvia menos consistente e menos unificada. (LATOUR, 2011, p. 35).

Através de sua pesquisa Latour, de certa maneira, atualiza algumas questões colocadas por Kuhn (2011) em relação a sua teoria paradigmática, no sentido de que a base de pesquisa de Kuhn é predominante bibliográfica e documental e a de Latour envolve muitas vezes a observação ou a ação na pesquisa, sendo assim, Latour se aproxima mais da perspectiva antropológica enquanto Kuhn está direcionado com mais veemência para a filosofia das ciências.

Contudo, ambos conseguem perceber que o conhecimento produzido pelas ciências não é proveniente única e exclusivamente de descobertas sobrepostas. Mas sim através da configuração de um complexo campo político com variáveis inconstantes, onde o exercício do poder é parte determinante do processo. Como um discurso verdadeiro poderia se solidificar em um campo científico? Para além de fundamentação e coerência, certamente ele necessita da aprovação dos grupos envolvidos. “Dependendo dos interesses em jogo, eles pendem mais para o fato ou para a ficção, substituindo assim multidões de aliados duvidosos por formações bem alinhadas de partidários obedientes.” (LATOURE, 2011 p. 51).

Tratando-se da relação entre políticas e tecnologias e predominantemente do crescimento do interesse nas discussões recentes a respeito das políticas públicas arquivísticas, tem-se a elaboração de Jardim a respeito dos fatores pelos quais as políticas públicas arquivísticas foram discutidas de maneira emergente no cenário internacional.

Um deles é a ampliação dos novos modos de produção, conservação e uso da informação sob a crescente utilização das tecnologias da informação e comunicação. Mesmo em países do capitalismo periférico, com maiores dificuldades de acesso às tecnologias da informação e comunicação, há um profundo impacto nas organizações e, é claro, nas administrações públicas. Não por acaso, o tema dos documentos eletrônicos e das novas formas de uso da informação arquivística no ambiente web tem ocupado tanto a agenda arquivística internacional. (JARDIM, 2006, p.6).

A complexidade do emaranhado discursivo se amplia à medida que novos elementos são colocados na discussão. Explorar a maneira pela qual as discussões a respeito dos arquivos avançam significa buscar a compreensão de um cenário no qual a diversidade apresenta-se de maneira significativa, seja no cenário nacional ou internacional. O caminho de linearidade histórica de desenvolvimento da Arquivologia é fundamental para isolar determinados fatores e compreender as interferências políticas e tecnológicas a partir do campo epistemológico, contudo, muitas vezes, isolar os fatores, em determinados recortes, acaba por simplificar a compreensão de um debate que se configura como praticamente irreduzível.

De maneira geral, a literatura da Arquivologia aponta para uma perspectiva de ciência construída, na medida em que cada uma das diferentes abordagens traça uma perspectiva que se volta para a justificação do seu próprio “império”, o que é normal dentro de ciências que possuem séculos de conhecimentos formulados, a partir da comunicação científica, mas não tão comum em campos mais recentes. Aqui busca-se apontar os horizontes para uma ciência em vias de construção.

Desse modo, uma área dedicada aos arquivos como parte intrínseca da sociedade e não apenas preocupada com a guarda, mas, sobretudo com a circulação da informação, envolvendo também o atendimento dos usuários, prevendo suas necessidades frente às demandas de trabalho nos variados campos, incluindo o científico. Assim tratando-se não apenas da teorização das novas tendências da Arquivologia, incluindo as tecnologias, esperou-se, para além da literatura, que as atas do plenário do CONARQ e de sua Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos (CTDE) possibilitem adentrar em um universo em construção e suas possibilidades de pesquisa e trabalho. Universo este, que será inicialmente apresentado no capítulo a seguir.

4 O CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS: APRESENTANDO O OBJETO EMPÍRICO DA PESQUISA

Em 8 de janeiro de 1991 foi sancionada a lei de nº 8.159/1991 que ficou conhecida no senso comum como a lei de arquivos, lei que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados em nosso país. No decorrer do seu texto, a lei define, de maneira geral, conceitos básicos voltados para o entendimento do trabalho em arquivos, além de dividir e definir os arquivos em públicos e privados. Configurando-se assim como uma lei de relevância para a sociedade brasileira, por se voltar às políticas responsáveis pelo registro das decisões e ações que estabelecem o desenvolvimento nacional em diferentes contextos.

Em sentido mais específico, a lei caracteriza-se como um marco basilar de fundamental importância para o desenvolvimento de políticas e diretrizes voltadas aos arquivos de todas as esferas governamentais, sejam eles públicos (incluindo aqui instituições arquivísticas federais, estaduais, do Distrito Federal e municipais) ou privados, sendo que estes, podem ser considerados como de interesse público e social através de processo estabelecido pela própria lei e caracterizado de maneira detalhada através da resolução de número 17 do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ).

É inegável a relevância de um marco como a lei de arquivos (nº 8.159/1991) para as políticas públicas voltada aos arquivos em suas inúmeras dimensões e desdobramentos. Nesse sentido, destaca-se também o papel social que as políticas arquivísticas têm no contexto de uma democracia recente como a brasileira, onde se faz necessário promover o acompanhamento para firmar os avanços.

Em seu aspecto conceitual, aqui,

[...] entende-se por políticas públicas arquivísticas o conjunto de premissas, decisões e ações - produzidas pelo Estado e inseridas nas agendas governamentais em nome do interesse social - que contemplam os diversos aspectos (administrativo, legal, científico, cultural, tecnológico, etc.) relativos à produção, uso e preservação da informação arquivística de natureza pública e privada. (JARDIM, 2006, p. 10).

O conceito elaborado por Jardim (2006) gera a possibilidade de refletir sobre diferentes aspectos das políticas públicas arquivísticas ou políticas públicas voltadas aos arquivos. Destacando-se o âmbito científico e acadêmico dessas políticas, pode-se fazer um paralelo entre os campos de pesquisa da Arquivologia, que contemplam desde linhas mais voltadas à administração dos ambientes de arquivo, em seu detalhamento institucional até linhas que ampliam as discussões a respeito dos usos sociais dos arquivos envolvendo demissões ligadas

às novas tecnologias, patrimônio e cultura. Através desses delineamentos, as políticas arquivísticas vêm tomando espaço significativo no escopo das discussões, no entendimento de que estas fazem parte do constante e necessário exercício de manutenção da democracia. Assim, a política pode ser vista como um aspecto transversal no processo de construção da relação Estado/Sociedade.

Em um âmbito mais geral, ao tratar do interesse emergente das políticas públicas informacionais, Jardim indica que,

Ainda no caso da América Latina, o reencontro com a democracia e discussão do direito à informação favoreceu em alguns casos um debate renovador sobre a função dos arquivos como recurso social. Como tal, as políticas públicas arquivísticas ganharam maior espaço de reflexão e concretização. (JARDIM, 2006, p.6).

Como explicitado anteriormente, o fato do Brasil ter estabelecido seu pacto democrático em tempos mais recentes do que países com tempo histórico de maior dilatação e maturação, pode ser a causa para que uma série de demandas sociais emergentes estejam colocadas em um cenário demasiadamente complexo.

Esse é o caso, por exemplo, da lei nº 12.527/2011, conhecida como lei de acesso à informação, que integra parte do processo das políticas arquivísticas e é responsável por regular o acesso à informação nas esferas governamentais, configurando-se como “um convite à construção de zonas inéditas de transparência informacional.” (JARDIM, 2013, p. 401). Zonas pelas quais os cidadãos poderão observar as movimentações do Estado, criando assim possibilidades de contribuição aos avanços do processo democrático. Dito isto, é fundamental ressaltar, como ainda indica Jardim (2006, p.10), o fato de que, “A legislação arquivística fornece elementos normalizadores à política arquivística, mas não é em si mesma uma política.” e continua mostrando que,

Muitas vezes a legislação arquivística tende a ser considerada o marco zero de uma nova era arquivística. É compreensível tal expectativa já que uma legislação adequadamente concebida pode ser um poderoso instrumento a favor da gestão, uso e preservação dos arquivos. (JARDIM, 2006, p. 10).

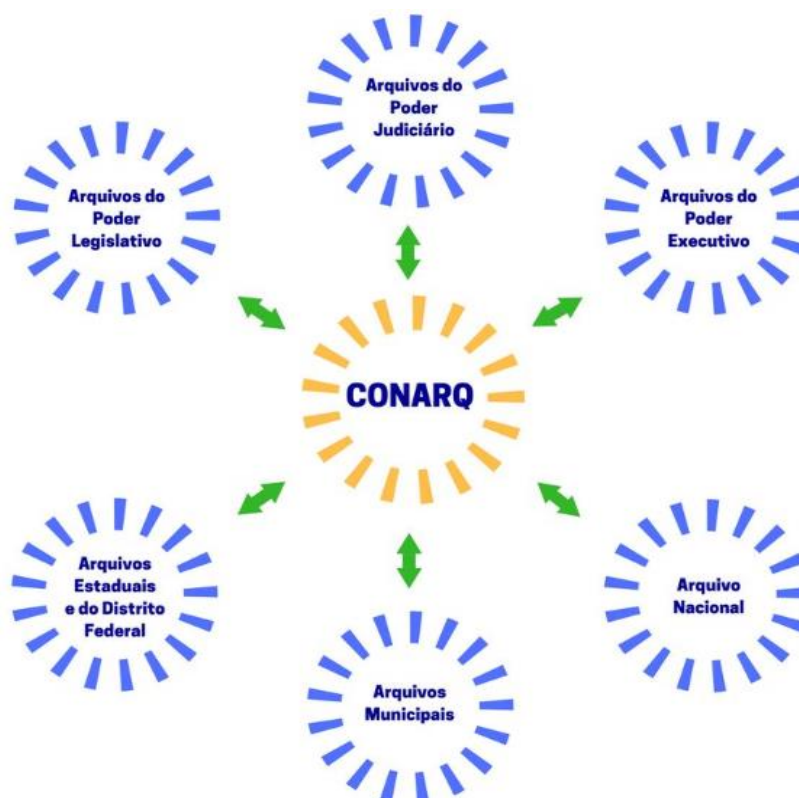
O entendimento de legislações arquivísticas como marco fundamental dos processos de implementação de políticas arquivísticas é demasiadamente sedutor, no sentido de propor a possibilidade de um novo contexto para a ação, para o movimento profissional legitimado pelo

Estado. Contudo, não é possível deixar de colocar no horizonte, o fato de que as políticas arquivísticas fazem parte de um contexto de maior amplitude e complexidade.

No seu artigo 26 a lei 8.159, de 8 de janeiro de 1991 comunica que, “Art. 26 - Fica criado o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), órgão vinculado ao Arquivo Nacional, que definirá a política nacional de arquivos, como órgão central de um Sistema Nacional de Arquivos (SINAR).” (BRASIL, 1991). O CONARQ, então, configura-se como o órgão através do qual, as políticas públicas arquivísticas encontram espaço de ampla discussão e reflexão, para serem então aprovadas e posteriormente acompanhadas.

Vinculado ao Arquivo Nacional (AN) e conseqüentemente ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, o CONARQ também tem por competência, estabelecer as diretrizes para o funcionamento do SINAR, criado em 25 de setembro de 1978 pelo Decreto nº 82.308, sendo ele, por sua vez, composto pelas seguintes instituições: Arquivo Nacional; arquivos do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário Federal; arquivos estaduais dos Poderes Executivos, Legislativo e Judiciário; arquivos do distrito federal dos três poderes e arquivos municipais dos Poderes Executivo e Legislativo. O SINAR também pode integrar arquivos de direito privado mediante acordo prévio com o CONARQ.

FIGURA 3 – Distribuição das relações do CONARQ dentro do SINAR



O SINAR caracteriza-se basicamente pela complexa interação entre instituições do poder público na busca de padronização normativa e diálogo entre si. Na Figura 3 estão dispostas, de certa maneira, as relações existentes entre os arquivos dos diferentes poderes e o CONARQ. Pode-se perceber que essa relação se configura de maneira mútua. As diretrizes elaboradas pelo CONARQ são enviadas para outras instituições, contudo, essas instituições arquivísticas têm autonomia representativa para se relacionar com o Conselho e fazer suas propostas, adaptações, etc. O CONARQ funciona de fato como um “conselheiro” responsável por fornecer orientações relacionadas às questões técnicas. De acordo com seu regimento interno aprovado em 2011, no artigo 3º o CONARQ é composto por:

- [...] dezessete membros conselheiros, sendo:
- I - o Diretor-Geral do Arquivo Nacional, que o presidirá;
- II - dois representantes do Poder Executivo Federal;
- III - dois representantes do Poder Judiciário Federal;
- IV - dois representantes do Poder Legislativo Federal;
- V - um representante do Arquivo Nacional;
- VI - dois representantes dos Arquivos Públicos Estaduais e do Distrito Federal;
- VII - dois representantes dos Arquivos Públicos Municipais;
- VIII - um representante das instituições mantenedoras de curso superior de Arquivologia;
- IX - um representante de associações de arquivistas; e
- X - três representantes de instituições que congreguem profissionais que atuem nas áreas de ensino, pesquisa, preservação ou acesso a fontes documentais. (CONARQ, 2011).

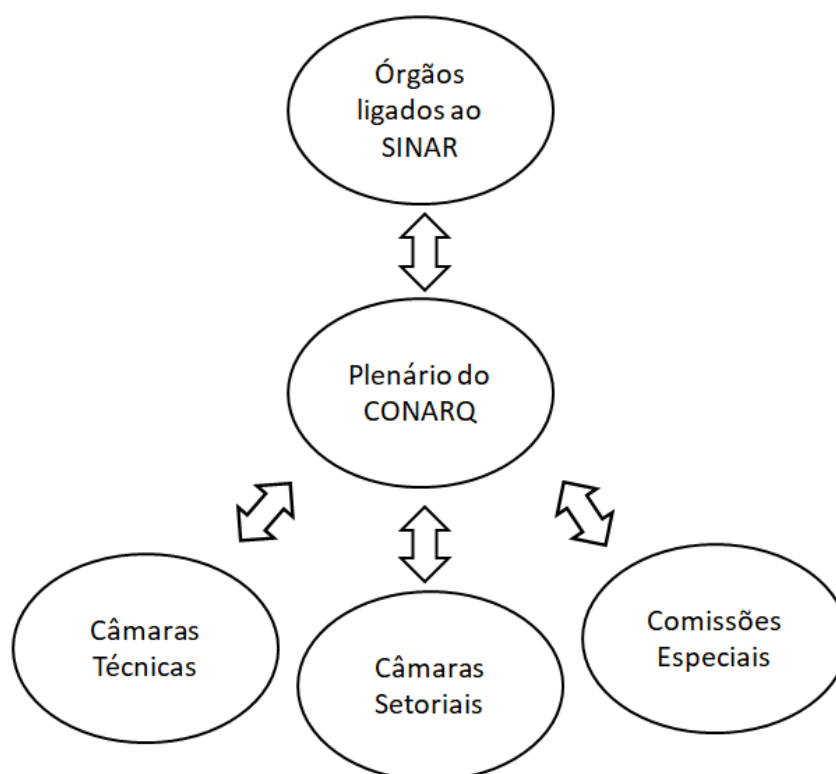
Para cada conselheiro existirá um membro suplente que será seu eventual substituto no caso da impossibilidade de comparecimento do titular nas reuniões sendo que, este, tem por obrigação informar ao suplente. No caso da ausência do conselheiro ou do suplente por mais duas reuniões durante um ano, haverá uma comunicação do ocorrido para que sejam tomadas as devidas providências. O exercício das atividades dos conselheiros não está sujeito a remuneração.

Referente à estrutura básica para o seu funcionamento o regimento interno do CONARQ em seu artigo 5º indica que o Conselho está subdividido em: Plenário, Câmaras Técnicas, Câmaras Setoriais e Comissões Especiais. Nessa estrutura, o Plenário seria o órgão superior de deliberação, ao qual compete definir, mediante os órgãos envolvidos que o auxiliam, a política nacional de arquivos, sejam eles públicos ou privados. Dentre as competências do Plenário do CONARQ, está a de criar ou extinguir as Câmaras e as Comissões Especiais de acordo com

suas necessidades de trabalho e consultas, além de estabelecer o prazo de duração destas congregações.

Além disso, o Plenário deve reunir-se de maneira ordinária, no mínimo uma vez a cada quatro meses e extraordinariamente através da convocação de seu Presidente ou por requerimento de dois terços de seus conselheiros. A pauta contendo os assuntos a serem tratados na reunião será encaminhada aos conselheiros com no mínimo, quinze dias de antecedência, acompanhando os estudos necessários para as deliberações. As deliberações, por sua vez, podem ser feitas com o mínimo de dez conselheiros presentes.

FIGURA 4 – Divisão e relações do Plenário do CONARQ



Fonte: Elaborado pelo autor

A Figura 4, de maneira geral, ilustra as relações existentes entre o Plenário do CONARQ, as Câmaras Técnicas, Setoriais, Comissões Especiais e os órgãos ligados ao SINARQ (Arquivo Nacional, Arquivos dos três poderes, do Distrito Federal e dos Municípios. Nesse caso, as Câmaras e Comissões, além de fazerem parte do CONARQ, dão suporte ao funcionamento e ao andamento do Plenário, a partir do momento em que fornece material de embasamento que, por sua vez, ajuda na reflexão sobre as diretrizes e formulação de novas políticas, configurando-se como um suporte fundamental às atividades. Pode-se dizer que existe

uma interação mútua entre essas instâncias, fazendo com que todos possam contribuir de maneira singular com o todo.

Na sequência apresenta-se uma sequência com dois quadros nos quais estão denominadas nominalmente todas as Câmaras Técnicas e Setoriais criadas pelo Plenário do CONARQ (em ordem cronológica de sua criação), até o momento de produção desta pesquisa.

Quadro 3 - Câmaras Técnicas do Conselho Nacional de Arquivos

Ano de criação	Nome da Câmara Técnica
1995	Câmara Técnica de Preservação de Documentos - CTPD
1995	Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos (CTDE)
1996	Câmara Técnica de Capacitação de Recursos Humanos (CTCRH)
2001	Câmara Técnica de Normalização da Descrição Arquivística (CTNDA)
2010	Câmara Técnica de Documentos Audiovisuais, Iconográficos, Sonoros e Musicais (CTDAISM)
2011	Câmara Técnica de Paleografia e Diplomática (CTPAD)
2017	Câmara Técnica de Gestão de Documentos (CTGD)

Fonte: Elaborado pelo autor.

Quadro 4 - Câmaras Setoriais do Conselho Nacional de Arquivos

Ano de criação	Nome da Câmara Setorial
2002	Câmara Setorial sobre Arquivos Privados (CSAP)
2002	Câmara Setorial de Arquivos de Instituições de Saúde (CSAIS)
2003	A Câmara Setorial sobre Arquivos do Judiciário (CSAJ)
2003	A Câmara Setorial sobre Arquivos Municipais (CSAM)
2017	Câmara Setorial dos Arquivos Públicos do Poder Executivo dos Estados e do Distrito Federal (CSAEDF)

Fonte: Elaborado pelo autor.

Desde o ano de 1995 o Conselho criou sete Câmaras Técnicas e cinco Câmaras Setoriais. Analisando as informações presentes nos Quadros 3 e 4, a disposição das Câmaras criadas ao longo do tempo pode indicar a necessidades e os interesses de discussão e desenvolvimento em períodos históricos distintos. Existindo também a possibilidade dessa disposição indicar interesses de pesquisa em diferentes campos. Em resumo, os quadros demonstram as transformações ocorridas na estrutura do CONARQ a partir do seu funcionamento.

Tratando-se da diferença básica entre as Câmaras e as Comissões Especiais é possível afirmar que as Câmaras Técnicas são compostas com o intuito de contemplar diferentes campos de pesquisa envolvendo os arquivos e, as Câmaras Setoriais são forma das para contemplar seguimentos específicos dos arquivos a partir de suas esferas de atuação. Ambas são compostas por especialistas, conselheiros ou não, designados pelo Presidente do Conselho, sujeito a aceitação do Plenário. As Câmaras e Comissões Especiais têm seus presidentes eleitos através

de votação interna tomada por maioria simples, sendo suas decisões tomadas da mesma maneira.

No caso das Comissões Especiais, por terem sua criação em momentos específicos no qual um assunto determinado precisa ser debatido, não são constituídas de caráter permanente como as Câmaras; apresentando assim uma inconstância em suas atividades. Nesse caso, por terem maior volatilidade em sua atuação, não é necessária uma formulação de seu histórico.

A composição do CONARQ sendo estabelecida desta maneira acaba por garantir que suas decisões sejam tomadas com base nas elaborações e estudos de especialistas nos assuntos que venham a ser pautados. Sendo assim, é possível refletir que o conjunto de decisões envolvendo o projeto da lei nº 8.159/1991 se desdobra posteriormente na criação de um órgão responsável por dar forma às diretrizes da lei através da sua complexa atuação, que envolve a formulação de produtos e respostas concretas que fundamentem a ação através da realidade. Porém,

Um conjunto de decisões governamentais no campo da informação não resulta necessariamente na constituição de uma política pública de informação. Uma política de informação é mais que a soma de um determinado número de programas de trabalho, sistemas e serviços. (JARDIM, 2006, p. 9).

Jardim (2006) coloca em pauta mais uma reflexão a respeito desse processo de construção coletiva. É inegável o número de dificuldades apresentadas para a construção de uma efetiva política pública ligada ao campo da informação e, nesse caso mais específico, ligada ao campo das políticas públicas voltadas aos arquivos. Não são apenas decisões, legislações, diretrizes, reuniões, instâncias e órgãos produtores de conteúdo que determinam uma política pública arquivística, não de maneira isolada.

Como visto anteriormente, os produtos editados pelo CONARQ fazem parte do escopo de regulamentação da lei nº 8.159/1991. Composto os produtos elaborados pelos especialistas ligados as atividades do Conselho, a partir de reflexões coletivas. As contribuições geraram a materialização de instrumentos normativos de diferentes naturezas que ao longo do tempo foram servindo de suporte e consulta para as instituições ligadas ao SINAR em suas diferentes esferas de atuação.

Quadro 5 - Publicações técnicas do Conselho Nacional de Arquivos

Nº	Publicação	Nome da publicação
1	2000	ISAD-G - Norma geral internacional de descrição arquivística
2	2000	Recomendações para a Construção de Arquivos
3	2000	Diretrizes gerais para a construção de websites de instituições arquivísticas
4	2001	Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos - Projeto CPBA
5	2001	Classificação, Temporalidade e Destinação de documentos de Arquivo Relativo às Atividades-Meio da Administração Pública
6	2004	Descrição Arquivística - Referências Bibliográficas
7	2004	ISAAR (CPF) - Norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias
8	2005	Recomendações para a Produção e o Armazenamento de Documentos de Arquivo
9	2005	Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística – DIBRATE
10	2005	Carta para a Preservação do Patrimônio Arquivístico Digital
11	2006	Norma brasileira de descrição arquivística – NOBRADE
12	2007	Planos de Classificação e Tabelas de Temporalidade de Documentos para as Administrações Públicas Municipais
13	2008	ISDF - Norma internacional para descrição de funções
14	2009	ISDIAH - Norma internacional para descrição de instituições com acervo arquivístico
15	2010	Recomendações para Digitalização de Documentos Arquivísticos Permanentes
16	2011	Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos - e-ARQ Brasil
17	2012	Relatório da I Conferência Nacional de Arquivos – CNARQ
18	2012	Recomendações para o resgate de acervos arquivísticos danificados por água
19	2012	Diretrizes para a Gestão Arquivística do Correio Eletrônico Corporativo
20	2012	Diretrizes para a presunção de autenticidade de documentos arquivísticos digitais
21	2014	Análise do papel reciclado fabricado no Brasil para produção de documentos arquivísticos
22	2014	Princípios de acesso aos arquivos
23	2014	Criação e desenvolvimento de arquivos públicos municipais: transparência e acesso à informação para o exercício da cidadania
24	2014	Guia resumido de como criar um Arquivo Público Municipal
25	2015	Diretrizes para a Implementação de Repositórios Arquivísticos Digitais Confiáveis - RDC-Arq
26	2018	Diretrizes para a gestão de documentos musicográficos em conjuntos musicais do âmbito público
27	Sem data	Diretrizes do produtor e do preservador
28	Sem data	Folder da Campanha de Criação e Desenvolvimento de Arquivos Públicos Municipais

Fonte: Elaborado pelo autor.

O Quadro 5 apresenta as publicações técnicas do CONARQ dispostas em sua linha temporal. As publicações técnicas do CONARQ demonstram a variedade de interesses temáticos sobre os quais se pretende intervir no intuito de contemplar as complexidades das necessidades. Essa variedade acrescenta ao debate o fator da diversidade na qual os acervos

encontram-se no cenário nacional, sendo construídos de maneira orgânica e muitas vezes seguindo os padrões técnicos estabelecidos a partir de critérios oriundos do seu próprio contexto, sem a observância de padrões normativos mais gerais. Assim, as contribuições do CONARQ são fundamentais no sentido que,

[...] o início de um processo de formulação de uma política pública arquivística contribua para um maior conhecimento da diversa realidade arquivística brasileira. Supondo, é claro, que tenhamos uma compreensão de que essas políticas, num contexto democrático, suscitam indagações e busca de respostas dos mais diversos atores do Estado e da sociedade e não apenas das instituições arquivísticas. (JARDIM, 2009, p. 49).

Aqui contempla-se em parte os processos que estruturam e definem o Conselho em suas atividades. Portanto, seu objetivo é abarcar as especificidades de cada local ao qual se pretende intervir, compreendendo os aspectos gerais da norma na busca por fixar a padronização de seguimentos tão variados.

Além das vinte e oito publicações técnicas, que envolvem também traduções de materiais estrangeiros o CONARQ elaborou e aprovou uma série de legislações, o que envolve leis, decretos, resoluções, atos, dentre outros instrumentos normativos voltados aos arquivos, contemplando as especificidades de sua natureza e da área de conhecimento ou atuação profissional ao qual estejam direcionados.

Através dessa explanação demonstrativa e reflexiva a respeito das funções e das possibilidades apresentadas sobre o CONARQ, é possível dizer que ele se configura como um espaço de extrema relevância para a sociedade brasileira. De um lado, em seu papel fundamental e mais específico de promover diretrizes, regulamentação, recomendações e acompanhamento para assim possibilitar o ambiente complexo no qual as políticas públicas arquivísticas vão tomando forma e saindo do campo das ideias. Do outro, ilustra parte da complexidade do caminho pelo qual os documentos de arquivo se configuram sua trajetória, desde o momento de sua criação até sua destinação, seja para fins de consultas posteriores para fins de prova, seja para consultas em períodos mais distantes, servindo como prova dos acontecimentos históricos que não podem de maneira alguma ficar no esquecimento.

Jardim fornece elementos para a presente reflexão indicando que,

Do ponto de vista democrático, diversos setores devem estar envolvidos também na formulação, implantação e avaliação das políticas públicas arquivísticas. Supõe-se que mecanismos legais e institucionais sejam forjados e concretizados de forma a garantir a representatividade de agentes do Estado

e da Sociedade Civil nesse processo. Prevê-se a presença, nesse processo, de agentes públicos das áreas de ciência, tecnologia, administração, educação e cultura, bem como dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário em distintos níveis de governo. Numa cultura política permeada por valores como participação social e transparência a representatividade da sociedade civil deverá ser assegurada, ao menos quantitativamente, em grau que impeça a hipertrofia a favor do Estado no processo político decisório. Agentes representantes dos diversos tipos de usuários dos arquivos, bem como dos arquivos privados, de instituições de ensino e pesquisa fora do aparelho de Estado e de organizações profissionais arquivísticas devem ter assegurado a sua participação. (JARDIM, 2006, p. 12-13).

Nesse contexto mais amplo de discussão o CONARQ configura-se como um instrumento legítimo da democracia. Uma instância através da qual o Estado e Sociedade Civil encontram-se em vias de relação, tendo espaço para expor suas ideias, dar contribuições e observar as ações de diferentes instâncias. Para tal, é basilar que diferentes setores estejam representados dos dois lados, pois, apenas assim, apesar das inúmeras dificuldades é possível garantir um processo justo e democrático para todos.

Acompanhar o processo democrático, dispostos nas discussões promovidas pelo Conselho é comprometer-se com a disponibilização de informações fundamentais para a evolução e desenvolvimento da Arquivologia e dos arquivos. Assim se pensou nas atas de reunião como a melhor maneira de observar o objeto da pesquisa. Cada passo da análise foi amparado por um traçado metodológico, que se apresenta no próximo capítulo.

5 PERCURSO METODOLÓGICO E MATERIAIS

A presente pesquisa é caracterizada pelos métodos bibliográfico e documental sendo que, esta última, “assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A única diferença entre ambas está na natureza das fontes.” (GIL, 2008, p. 51). Assim, além das fontes secundárias (livros e artigos publicados em periódicos científicos especializados), a pesquisa se vale de documentos de fonte primária, sendo estes registrados no decorrer de uma atividade, nesse caso, as reuniões realizadas pelo CONARQ. As atas das reuniões do plenário do Conselho e as atas das reuniões de sua CTDE. As atas da CTDE foram selecionadas para análise por se tratar da câmara especificamente responsável pela implementação dos documentos eletrônicos e digitais nos ambientes de arquivo.

A opção pela abordagem escolhida para a presente pesquisa, diz respeito à ideia de não considerar a entrada pela Arquivologia como ciência pronta, ou seja, com seus conceitos formulados de maneira verticalizada e compreendidos universalmente. Observar a Arquivologia como uma ciência em construção não significa dizer que o seu escopo de conhecimento é incipiente para torná-la ciência, a discussão a respeito de sua cientificidade não é objeto dessa pesquisa. Observar a construção significa compreender o campo no qual os discursos são construídos e disputados pelas inúmeras correntes teóricas que divergem em determinados pontos, mas, convivem transformando-se e influenciando os campos acadêmico-institucionais e pragmático-profissionais, que essencialmente podem ser considerados campos políticos. (LATOUR, 2011).

Tratando-se do método bibliográfico, foi realizado um levantamento de textos referentes às reflexões inerentes ao desenvolvimento proposto. Os textos selecionados remontam o período inicial das discussões em torno das concepções novo-paradigmáticas da Arquivologia, demonstrando a maneira com a qual o discurso a respeito da ruptura paradigmática se estabelece no contexto acadêmico, assim como o seu contraponto, que tem uma ligação com a Diplomática e não compreende o processo como uma ruptura. Os textos foram lidos e fichados, constituído assim o aparato teórico-conceitual da pesquisa.

Em seguida partiu-se para o período de seleção e análise do material documental com maior aprofundamento. Nesse momento da pesquisa, para além das formulações teóricas necessárias à fundamentação da pesquisa, os trabalhos se voltaram para a pertinência da seleção dos documentos utilizados.

Nesse contexto, para além das questões referentes às novas tecnologias puderam ser observadas outras dimensões referentes às discussões realizadas no âmbito da análise. Sendo assim, os aspectos observados foram divididos nos seguintes agrupamentos:

a) buscar as discussões em torno da inserção das novas tecnologias no âmbito dos arquivos;

E em meio a essas discussões,

b) buscar indícios de como o CONARQ se relaciona com outras instâncias do governo através dessas discussões.

Entende-se que o ponto “b” é um desdobramento do ponto “a” considerando que as novas tecnologias são discutidas a partir da formulação de diretrizes e projetos que são oriundos da ação política dos atores envolvidos.

Em relação ao levantamento voltado à documentação a ser investigada, foi selecionada uma amostra das atas de reunião do Plenário do CONARQ do período de 1994 até 2017 que compõe um total de 90 atas. E foram consideradas todas as atas divulgadas até o momento pela Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos (CTDE) do período de 2003 até 2017 totalizando 114 atas. A respeito das atas da CTDE, é fundamental destacar que estão disponíveis no *site* do CONARQ, 60 documentos em formato *Portable Document Format* (PDF) que registram todas as 114 reuniões. As reuniões estão dispostas de maneira que, um dos documentos pode registrar até três reuniões, diferentemente das atas do plenário que foram disponibilizadas em 90 documentos também no formato PDF, nesse caso, cada documento representa uma reunião.

Essa documentação foi analisada no intuito de identificar indícios do processo de transformação das discussões que envolvem o enfrentamento ao contexto das novas tecnologias voltadas aos arquivos. Assim justifica-se o período analisado. O procedimento utilizado para a coleta de dados e informações das atas foi o da análise de conteúdo dos seus textos, pois segundo Bardin (2010), análise de conteúdo é:

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. (Bardin, 2010, p.44).

Nessa linha, a análise de conteúdo configura-se como um procedimento com o qual é possível extrair informações pertinentes que se vinculam diretamente ao contexto no qual os conteúdos foram produzidos mantendo seus vínculos orgânicos e institucionais.

O plenário aborda questões mais gerais envolvendo o trabalho do CONARQ como um todo em suas diretrizes, já a CTDE faz parte de um cenário de discussão mais específico. Considera-se também o volume de informação disposta nas atas das duas egrégias, que no caso da CTDE é muito menor e apresenta uma síntese significativa de seus conteúdos, diferentemente do plenário que comporta um grande volume de informações abrangendo temáticas extremamente variadas. Isso fez com que as análises tomassem características diferentes, pois, o volume de informações e a diversidade dos temas acabam por interferir nos resultados.

Ressalta-se que não fez parte do intuito desta pesquisa desenvolver uma história do CONARQ a partir das atas. Apesar das informações coletadas servirem como suporte para fundamentar alguns argumentos a respeito da instituição, de maneira alguma, essas informações contemplam uma abrangência que busque considerar um arco significativo da constituição e desenvolvimento do CONARQ ao longo dos seus anos de existência. Considera-se que existem diversas facetas, diversas maneiras de compreender e interpretar os conteúdos que foram registrados durante as reuniões, os caminhos são demasiadamente variados.

A seguir serão detalhados os critérios preestabelecidos que deram início as análises das atas da CTDE e do Plenário do CONARQ, no entendimento de que essas documentações comportam diferentes especificidades, pois, apesar de serem provenientes do mesmo contexto macro, foram produzidas em diferentes egrégias a partir do trabalho de atores distintos.

5.1 ADENTRANDO A CTDE

Assim, foi realizada uma investigação no intuito de compreender como a CTDE está inserida no campo das discussões, considerando as implicações dispostas em parte da literatura da Arquivologia, que indicam um contexto informacional emergente e novo-paradigmático. As investigações se atêm a terminologia utilizada pelos membros que compõem as representações das plenárias no intuito de compreender a visão que se apresenta a respeito do contexto histórico no qual estiveram atuando na vigência das representações.

A análise de conteúdo das atas da CTDE se deu pela escolha dos seguintes termos e seus respectivos agrupamentos de palavras possíveis de serem encontradas:

Quadro 6 – Seleção dos termos a partir das atas da Câmara técnica de documentos eletrônicos

Procurado	Agrupamento de palavras possíveis
tecn	Tecnologia, tecnológicos e palavras derivadas
digit	Digital, Digitalização e palavras derivadas
eletr	Eletrônico e palavras derivadas
INTERPARES	INTERPARES
microf	Microfilme, microfilmagem e palavras derivadas

Fonte: Elaborado pelo autor

A abreviatura das palavras facilitou com que fossem encontrados todos os termos que pudessem contemplar a procura, facilitando a chegada ao contexto da discussão da maneira mais abrangente possível, contemplando um grau maior de possibilidades no intuito de saber se o termo foi utilizado.

Os termos encontrados foram agrupados onde existiram maior pertinência e relevância do seu contexto. Por exemplo: onde o termo Eletrônico aparece na nomenclatura “Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos” foi desconsiderada sua existência, por fazer parte do nome da própria câmara e suas citações não estarem ligadas a aplicação do termo em discussões voltadas para tecnologias. Assim como nos momentos onde existiu o registro de leis vinculadas à tecnologia na íntegra ou em parte, pelo fato da lei ter a recorrente utilização desses termos sem que uma discussão estivesse sendo feita.

5.2 ADENTRANDO O PLENÁRIO DO CONARQ

O critério de seleção para as atas do plenário do CONARQ foi feito com base em períodos específicos onde ocorreram discussões sobre atualização das tecnologias voltadas aos arquivos e conseqüentemente às discussões a respeito da formulação de diretrizes necessárias ao enfrentamento desse cenário.

De um total de 90 atas compondo um vasto volume de informação, buscou-se estabelecer um critério que facilitasse a busca de informações relevantes para o debate. Assim, as atas selecionadas fazem parte de um conjunto que compõem a elaboração de diretrizes referentes ao processo de informatização ao qual os arquivos estão presentes.

Quadro 7 – Critérios que guiaram o olhar sob as atas do plenário

Período	Motivação da busca	Detalhamento
1994-1996	Tecnologias emergentes	Início do CONARQ e os debates emergentes
2000-2001	Livro Verde	Impacto social das tecnologias
2016-2017	Relações com o governo	Compreensão das relações com o governo

Fonte: Elaborado pelo autor.

O Quadro 7 demonstra os critérios que guiaram de maneira geral a busca pelos conteúdos durante a leitura das atas do Plenário, o que se chamou de motivo da pesquisa. O CONARQ tem sua ata inaugural registrada em uma reunião que ocorreu no ano de 1994, momento no qual o debate sobre tecnologia nos arquivos ainda se encontrava em efervescência no cenário internacional, e o Brasil buscava acompanhá-lo. A virada de século também se caracteriza como um momento relevante sob a perspectiva de significativas alterações nas tecnologias de informação e comunicação. Assim, nos anos 2000 existe um importante debate sobre o Livro Verde, oriundo de um programa do Governo Federal intitulado Programa Sociedade da Informação (SocInfo) (ambos serão contextualizados e devidamente explicados mais a frente), compondo um cenário de preocupações com a tecnologia para toda a sociedade que abarca por sua consequência os arquivos. Atas com proximidades a essas datas também foram lidas e analisadas, mas não necessariamente continham informações que pudessem contribuir para a presente proposta.

Os textos que representam os debates encontrados que tiveram relevância para a discussão em diversos momentos apresentam citações de nomes dos conselheiros representantes do Plenário do CONARQ e diversas pessoas que foram convidadas para as reuniões. Nesta pesquisa optou-se pela supressão dos nomes das pessoas citadas durante os textos por questões éticas. Então os textos foram transcritos da maneira com a qual constavam nas atas e os nomes de pessoas que apareciam no decorrer do texto foram suprimidos, sendo substituídos pelo nome conselheiro, acompanhado de uma letra alfabética de acordo com a sequência com a qual os nomes foram apresentados no decorrer do texto e exemplo: “Conselheiro A, Conselheiro B”, etc. Além disso, a numeração das linhas em cada parágrafo que consta em ata também foi retirada, no intuito de facilitar a leitura e organização das informações ali presentes.

A partir das necessidades impostas pela proposta da presente pesquisa, não se deu uma ênfase aprofundada em atas mais recentes durante as análises. Isso se deu pelo fato de que a

discussões oriundas da literatura que tratam desta temática tomam início em países desenvolvidos entre os anos de 1970 e 1980 (COOK, 1997), e atualmente, apesar das referências históricas, não são mais tratadas com o mesmo “pânico” em torno de um contexto inovador como nos períodos anteriores.

O próximo capítulo trata-se respectivamente da análise realizada nas atas da CTDE e do Plenário do CONARQ. Como já mencionado aqui as análises carregam especificidades diferentes, mas mantêm uma relação por fazerem parte de um contexto muito próximo. Na análise com as atas do Plenário, trechos das atas foram transcritas e comentados.

6 ANÁLISES SOBRE OS CONTEÚDOS DAS ATAS DO PLENÁRIO DO CONARQ E DE SUA CTDE: RESULTADOS DA PESQUISA E UM CAMINHO PARA POSSÍVEIS REFLEXÕES

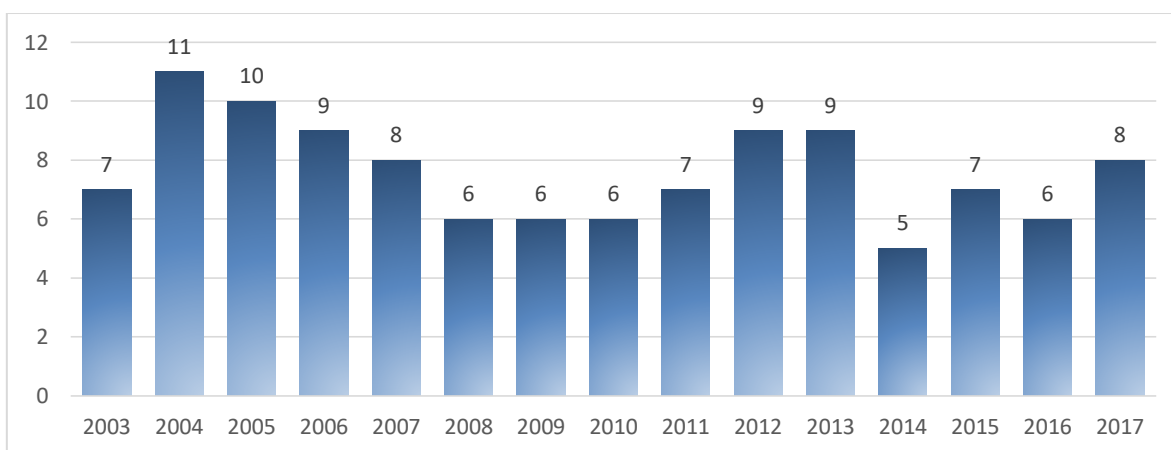
No primeiro momento as análises se detiveram respectivamente a CTDE e em seguida a plenária principal do CONARQ. Tendo em vista que até o momento foram utilizados procedimentos diferentes para chegar a esses resultados.

De um lado a análise de conteúdo (CTDE) e do outro (plenária do CONARQ), uma análise voltada às informações discursivas registradas nas atas. Isso se deu também pelo fato do volume de informações dispostas nas 85 atas da plenária do CONARQ e do foco em buscar termos ligados a tecnologia no ambiente onde essas discussões são mais centralizadas. A próxima seção trata-se da análise das informações.

6.1 ANÁLISE DAS ATAS DA CTDE

A partir da análise das 114 atas disponibilizadas pela CTDE no site do Arquivo Nacional, foi possível extrair informações que nos ajudem a compreender o funcionamento da Câmara ao longo do tempo e como as discussões estão situadas no tempo. Para tanto foram construídos gráficos que permitiram reunir os elementos oriundos das atas, que facilitaram a análise.

Gráfico 1 – Quantidade de reuniões da CTDE



Fonte: Elaborado pelo autor

O Gráfico 1 demonstra a quantidade de vezes que os membros da CTDE se reuniram ao longo dos anos para discutir as questões que lhes são pertinentes. É possível notar que de 2004

a 2007 o número de reuniões encontra seu maior pico e, durante os próximos anos as reuniões se estabilizaram, voltando a crescer em 2012 e 2013. Um dos motivos para essa quantidade de reuniões em 2004 é a elaboração do documento intitulado “Carta de Preservação do Patrimônio Arquivístico Digital”. Documento no qual é feito um alerta a respeito da obsolescência tecnológica e dos riscos aos quais os registros estão submetidos nesse ambiente, além de fornecer caminhos propositivos para a situação.

É a partir do ano de 2005, que as preocupações emergentes a respeito das novas tecnologias voltadas aos arquivos começam a se materializar em diretrizes, normas, recomendações. Um exemplo disso é a intensificação das publicações técnicas que de alguma forma tem relação com o assunto, isso pode ser constatado antes mesmo do contato com as atas. Publicações oriundas da CTDE podem exemplificar esse ponto:

Quadro 8 – Seleção de Publicações técnicas do Conselho Nacional de Arquivos

Publicação	Nome da Publicação
2005	Carta para a Preservação do Patrimônio Arquivístico Digital
2010	Recomendações para Digitalização de Documentos Arquivísticos Permanentes
2011	Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos - e-ARQ Brasil
2012	Diretrizes para a Gestão Arquivística do Correio Eletrônico Corporativo
2012	Diretrizes para a presunção de autenticidade de documentos arquivísticos digitais
2015	Diretrizes para a Implementação de Repositórios Arquivísticos Digitais Confiáveis - RDC-Arq

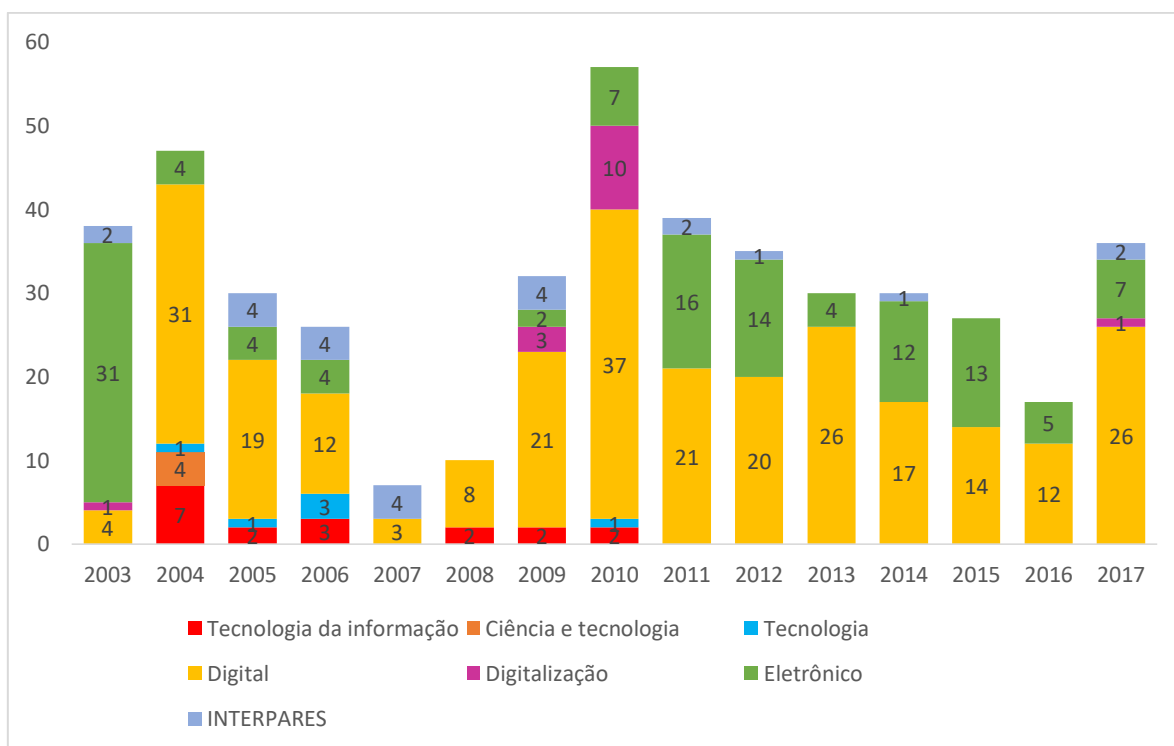
Fonte: Informações organizadas a partir da “Quadro 5” deste trabalho.

O Quadro 8 apresenta uma seleção de publicações do CONARQ feita a partir das publicações apresentadas no Quadro 5. Nota-se, a existência de uma relação entre as datas dessas publicações e as datas das reuniões dispostas no Gráfico 1. As publicações do Quadro 8 são advindas dos trabalhos da CTDE, as datas de lançamento dessas publicações mantem uma relação de proximidade com períodos onde a quantidade de reuniões por ano aumentou. Por exemplo, no ano de 2005 (lançamento da “Carta para a Preservação do Patrimônio Arquivístico Digital”) é possível perceber a proximidade com o período de aumento no número de reuniões representado no Gráfico 1 pelo mesmo período. Isso pode se dar também, pelo fato das publicações passam ao longo do tempo por um afinilamento em suas especificidades.

As publicações parecem apresentar uma organização que partem de problemas mais gerais e vão se afinilando para debates mais especializados e em ambientes cada vez mais específicos referentes ao tratamento dos documentos arquivísticos digitais. Isso demonstra a evolução dos debates advindos

da CTDE desde a “Carta para a Preservação do Patrimônio Arquivístico Digital” até as “Diretrizes para a Implementação de Repositórios Arquivísticos Digitais Confiáveis - RDC-Arq”.

Gráfico 2 – Terminologia Utilizada pela CTDE



Fonte: Elaborado pelo autor

É fundamental destacar, de início, que os termos “microfilme” e “microfilmagem” derivados do prefixo “microf” (descritos na metodologia deste trabalho) não foram encontrados em nenhuma das atas da CTDE, esse fato pode encontrar justificativa no período no qual a câmara inicia seus trabalhos, momento marcado por um interesse emergente nos documentos eletrônicos. É possível pensar que a partir desse momento, a microfilmagem deixou de ser um problema para câmara, ou seu próprio objetivo de origem (documentos eletrônicos e consequentemente os digitais) seja um fator para ausência do microfilme.

O Gráfico 2 demonstra a quantidade dos termos que foram citados pelos membros da CTDE ao longo de seus quatorze anos de reuniões. Digital é o termo mais utilizado durante a maior parte do tempo, encontrando no gráfico na cor amarela. Nota-se que no ano de 2003 o termo eletrônico apresenta uma demasiada utilização em contraponto ao ano de 2004 onde o termo digital passa a tomar conta do cenário, sendo o mais citado daí para frente. Essa alteração na terminologia pode indicar uma modificação no pensamento dos conselheiros, mas também pode estar demonstrando, de maneira mais profunda uma transferência da preocupação de profissionais e pesquisadores envolvidos nos trabalhos em arquivos.

Nota-se também que em 2011 e 2012 o termo eletrônico ressurge e passa a ser citado novamente. Nesse contexto, o termo é colocado de uma maneira muito diferente da que se apresenta no ano de 2003. Durante os primeiros debates da CTDE, as referências são feitas ao documento eletrônico ou ao documento arquivístico eletrônico. Trata-se de um debate embrionário em torno de uma terminologia que não demorou muito para ser atualizada.

Em 2011 por sua vez, o termo aparece predominantemente como alusão ao correio eletrônico (ou e-mail), que tem uma relação direta com o ano de produção do Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos (e-ARQ Brasil), lançado em 2011. Inclusive, em um reunião ocorrida em 4 de maio de 2011 “Avaliou-se a oportunidade de se realizar um evento para o lançamento da versão impressa do e-ARQ Brasil, que estava sendo finalizada pelo setor de editoração do Arquivo Nacional, e a ideia foi aprovada por todos.” (CONARQ – CTDE, 2011, p. 2).

Nos anos seguintes o termo eletrônico continua aparecendo predominantemente como referência ao correio eletrônico, configurando o desenvolvimento que se deu em torno dessa discussão, onde os desafios continuam, a saber:

A respeito da proposta de orientação técnica sobre mensagens de correio eletrônico, a equipe responsável identificou dificuldades para encontrar fontes de referência sobre o assunto. Planejou-se, então, trazer uma proposta, na primeira reunião do segundo semestre (provavelmente, em setembro), para definir se serão estudados os metadados de preservação ou os possíveis formatos de preservação dos e-mails. (CONARQ – CTDE, 2014, p. 2)

Outro ponto de destaque se dá às citações referentes ao INTERPARES. O projeto de pesquisa internacional liderado pela professora e arquivista canadense Luciana Duranti, que conta com a participação pesquisadores de diversos países incluindo o Brasil. O projeto está em vigor desde o ano de 1999 até os dias atuais e já passou por três fases diferentes, atualmente encontra-se em sua quarta fase. Suas pesquisas direcionam-se para a formulação conhecimentos a respeito dos registros documentais em ambientes eletrônicos, visando a preservação da documentação para que ela esteja disponível durante um longo prazo. Para tal, são desenvolvidos estudos conceituais e terminológicos que buscam facilitar a comunicação entre os pesquisadores envolvidos no intuito de contribuir para criar embasamento para o campo da Arquivologia em seu viés epistêmico facilitando assim seus desdobramentos práticos. A escolha da busca a essas referências se dá pela relevância do projeto no que diz respeito à preservação e os estudos epistemológicos voltados para documentos de arquivos em ambientes eletrônicos e digitais.

As citações referentes ao projeto INTERPARES são fundamentais para o crescimento da CTDE. Elas indicam uma aproximação com um grupo internacional que debate de maneira atualizada questões voltadas ao documento no âmbito digital. Para, além disso, existe uma aproximação dos pesquisadores da CTDE com a perspectiva epistemológica apontada pela Luciana Duranti nas pesquisas de autores nacionais, que inclusive já foram Conselheiros da CTDE. Essas relações podem ser evidenciadas no ponto de uma reunião ocorrida em 2014 onde “Foi informado a respeito da oficina que a professora Luciana Duranti ministrará no dia 1º de dezembro no Arquivo Nacional com o título: *Trusting records in online and hybrid environments*. “A oficina ocorrerá na parte da tarde, no horário de 14:00 às 18:00” (CONARQ – CTDE, 2014 p.2).

Contudo, tanto em suas pesquisas, quanto no debate nacional de maneira geral os conceitos não se apresentam de uma forma tão ortodoxa de acompanhamento da tradição diplomática como nas pesquisas de Duranti (2007) que combate de maneira enfática as perspectivas que apontam para uma ruptura paradigmática com tradições arquivísticas as quais ela se volta para compreender o momento presente, como a diplomática por exemplo.

Na subseção seguinte os olhares e reflexões se voltam para as atas das reuniões plenárias. Serão feitas análises dos principais pontos encontrados nas atas referentes ao escopo da investigação. As citações apresentam-se datadas, mas nem sempre seguindo a ordem cronológica, pois, a dimensão temporal das discussões se entrelaça em diversos aspectos. Os textos provenientes das atas foram transcritos fazendo parte do corpo do texto durante o relato, devido à análise dos conteúdos.

6.2 ANÁLISE DAS ATAS DO PLENÁRIO DO CONARQ

Em relação às atas da plenária do CONARQ, foram extraídas algumas discussões referentes às novas tecnologias e a organização política do Conselho (observado os critérios do Quadro 7). Aqui, serão trabalhadas questões ligadas a essas duas dimensões entendendo-as com complementares no sentido de avanço tecnológico no que diz respeito aos arquivos.

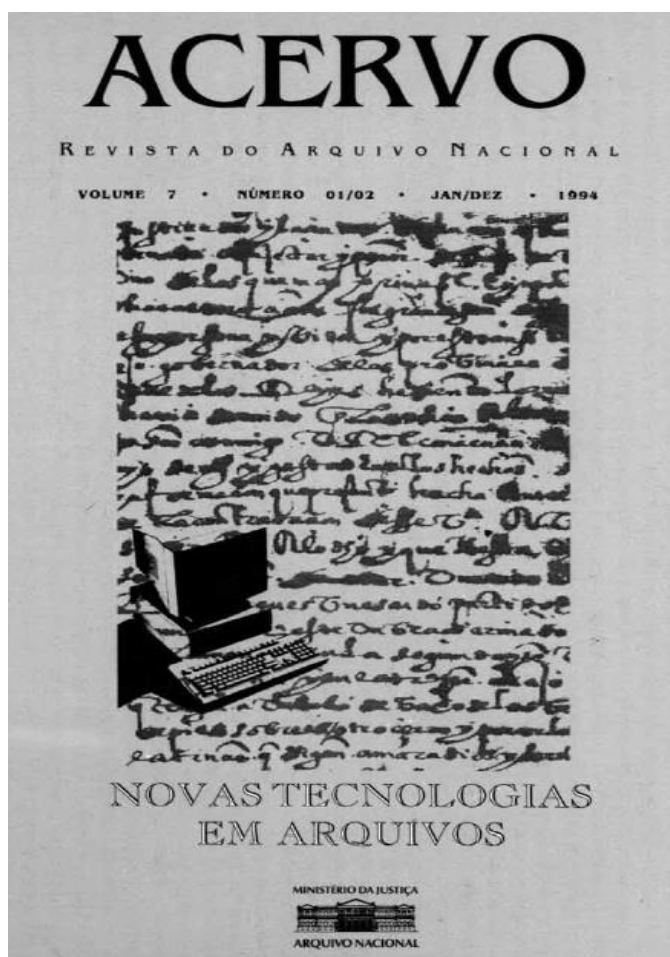
Em 1994 o CONARQ realizou sua primeira reunião plenária ordinária. Nessa reunião ocorreram discussões importantes envolvendo o Regimento Interno do Conselho e a formulação das câmaras técnicas integradas pelos especialistas de suas respectivas áreas de atuação. Também foi colocado em discussão as Comissões Especiais, responsáveis por discutir assuntos pontuais, a saber: “Quanto às Comissões Especiais foram aprovadas as que se seguem: Acesso à Informação de Arquivos Públicos e Privados, Terminologia e Revisão da Legislação sobre o

Microfilme.” (CONARQ, 1994, p. 3). A presença da Comissão de Revisão da legislação sobre microfilmagem é extremamente importante para as reflexões a seguir.

O fato da discussão sobre a legislação de microfilmagem ser uma pauta da primeira reunião do CONARQ em 1994 demonstra o contexto no qual as discussões desse momento estão situadas. Em um momento onde as novas tecnologias voltadas para arquivos encontram-se sem uma penetrabilidade considerável na maior parte dos arquivos dos quais o CONARQ tem seu foco reflexivo direcionado (os arquivos que compõem o SINAR, Federais, Estaduais e Municipais).

A Figura 5 apresenta um antigo exemplar da revista Acervo, organizada e publicada pelo AN, a revista tem por finalidade discutir temas relacionados às pesquisas que envolvem a documentação de seus acervos, como também discutir temas referentes aos arquivos de maneira geral.

Figura 5 – Acervo: Revista do Arquivo Nacional 1994



Fonte: Arquivo Nacional, 1994.

Aqui foi proposta uma discussão envolvendo a revista, contudo, destaca-se o fato de que os conteúdos da revista não foram objeto de discussões pelos membros do plenário do CONARQ. Esse volume da revista *Acervo* de 1994 contém um artigo escrito pelo norte americano Doutor em História Charles N. Dollar intitulado “O impacto das tecnologias de informação sobre princípios e práticas de arquivos: algumas considerações” traduzido do original *The impact of information technologies on archival principles and practices: some considerations* publicado em Macerata no ano de 1990. É interessante notar o computador na capa dessa edição da revista.

O título da revista “Novas tecnologias em arquivos”, demonstra de fato o debate que se quer fazer e o debate que foi traçado daí para frente. Contudo, essa nomenclatura surge à existência de um ambiente onde as tecnologias devem ser implantadas o quanto antes, de fato. Mas esse ainda não é o contexto apontado pelo CONARQ em sua plenária, e não necessariamente precisa ser, não antes de uma reflexão mais aprofundada.

Nesse texto Dollar (1994) discute questões pertinentes ao novo contexto de trabalho ao quais os arquivistas e outros profissionais estão submetidos. Ele desenvolve uma série de pensamentos voltados ao delineamento das transformações estabelecidas a partir da implementação das novas tecnologias. Ele reflete sobre conceitos importantes que viriam a tomar forma e contaminar o debate no próximo século. Indicando por exemplo que, “Um 'documento virtual' consiste num conjunto de relações ou indicadores para pedaços de texto numa base de dados e não existe como uma entidade física na própria base de dados.” (DOLLAR 1994 p. 5).

Dollar trabalha com a ideia de imperativos tecnológicos. Nesse sentido ele desenvolve seu pensamento no intuito de demonstrar inevitabilidade da inserção das novas tecnologias nos ambientes de arquivo. Assim, para ele, é como se fosse praticamente impossível não adentrar o fluxo de transformação propiciado pelas novas tecnologias nos ambientes de registro arquivísticos.

[...] não obstante, para os propósitos desse trabalho identifiquei três generalizações sobre as mudanças que nos cercam e que eu denomino de **imperativos tecnológicos**. Esses imperativos são: a natureza mutável da documentação; a natureza mutável do trabalho e a mudança da própria tecnologia. (DOLLAR 1994 p. 4, grifo nosso).

Ao colocar a mudança da própria tecnologia como um imperativo, é possível perceber como, para ele, nos tornamos como que reféns desse processo. As modificações apontadas por

Dollar (1994) em seu trabalho apresentam-se como compreendidas de uma maneira universal, porém, de qual contexto o autor poderia estar tratando se não do seu próprio? Nesse caso, é possível produzir um questionamento muito interessante: quem – ou o quê – regula o processo de implementação das novas tecnologias? Temos então uma via de dois caminhos de um lado a ideia de que a tecnologia transforma o mundo e do outro a ideia de que o interesse das pessoas através da tecnologia é o que o transforma.

O fundamental aqui é que existem dois ambientes de discussão. De um lado a revista *Acervo* voltada para o ambiente acadêmico e do outro a plenária do CONARQ, formada de uma representação mais ampla, incluindo membros da sociedade civil e a própria academia. A questão é: Poderiam os dois contextos se encontrar no tempo?

A resposta poderia ser: eles já se encontraram, porém de maneira paralela e não transversalmente. Um contexto não está atravessando o outro nesse momento. A tradução do texto de Dollar demonstra que a preocupação do espaço não está associada à preocupação do tempo, ou seja, a preocupação da revista é diametralmente oposta a do Plenário em diversos aspectos e o mais central deles é o contexto onde se produzem as informações e o outro é para quem elas servem. Assim, a pergunta “quem – ou o quê – regula o processo de implementação das novas tecnologias?” pode ser colocada de uma forma que englobe os dois cenários - “tempo e espaço”: quem – ou o quê – regula o debate acadêmico e político-institucional a respeito da implementação das novas tecnologias nos arquivos? Na formulação da segunda pergunta a palavra arquivo está presente pelo fato de que na primeira buscou-se o cenário mais abrangente voltado à produção das tecnologias, cenário ao qual Dollar faz parte, sendo oriundo de um país que é referência neste assunto. A produção das tecnologias não é objeto deste trabalho, assim, conserva-se a segunda pergunta.

No decorrer deste capítulo e ao final desta pesquisa existirá a tentativa de obter essa resposta de maneira implícita, assim, a pergunta será deixada aqui, não sendo feita novamente.

Continuando, a respeito da microfilmagem é pertinente salientar que a lei a seu respeito, lei de nº 5433, é datada de 8 de maio de 1968. O debate em torno da microfilmagem remonta um tempo muito anterior às discussões aqui presentes e a preocupação com as novas tecnologias no que diz respeito à documentação de arquivos. Na segunda reunião o presidente da comissão responsável pela revisão da legislação da microfilmagem faz uma fala interessante sobre as novas tecnologias.

Foi convidado o Prof. Conselheiro A, presidente da Comissão Especial para Revisão da Legislação sobre Microfilmagem, para relatar o andamento dos trabalhos desenvolvidos. Informou estarem em estágio avançado os estudos

para simplificação do Decreto regulamentador da Lei Nº 5.433, de 8 de maio de 1968, modernizando-o decorridos 27 anos de sua promulgação, ajustando o novo texto com as novas tecnologias. (CONARQ, 1995 p. 3).

Como os avanços tecnológicos não param de acontecer, suas alterações com a inserção de novos materiais acabam por gerar novas práticas que por sua vez influenciam nas preocupações dos conselheiros no intuito de contemplar da melhor maneira possível as complexidades apresentadas durante o caminhar das discussões, sempre ajustando o texto da legislação para que melhor reflita a realidade da melhor maneira possível, configurando um auxílio efetivo às práticas. Nesse período, a microfilmagem era uma tecnologia muito importante para os arquivos, principalmente por contar com amparo legal, como colocado na quarta reunião realizada pelo conselho:

[...] a utilização da microfilmagem torna-se cada vez mais imperiosa e aconselhável por se tratar de uma tecnologia com amparo legal, cuja Lei nº 5433, de 8.5.68, está sendo objeto de nova regulamentação proposta por este Conselho, por intermédio da Comissão Especial para Revisão da Legislação sobre Microfilmagem, já encaminhada ao Governo Federal para exame e sanção presidencial. (CONARQ, 1995, p.7).

Na reunião seguinte o projeto é então encaminhado ao Governo Federal para que seja aprovado.

Dentre eles destacou o projeto de decreto sobre a microfilmagem de documentos, o qual está sendo encaminhado ao Governo Federal para sanção presidencial, bem como a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo e o Código de Classificação de Documentos, ambos relativos às atividades-meio da Administração Pública, os quais serão objeto de exame nesta reunião. (CONARQ, 1995 p. 7).

No início do ano seguinte, o presidente do conselho confirma a atualização oficial da legislação sobre microfilmagem.

O Presidente do CONARQ teceu comentários sobre o CONARQ INFORMA, distribuído durante a sessão, que registra as ações do Conselho no primeiro quadrimestre deste ano, a saber: 1) sanção presidencial do Decreto nº 1799, de 30 de janeiro de 1996, dando nova regulamentação à Lei nº 5433, de 8 de maio de 1968, que dispõe sobre a microfilmagem de documentos oficiais, resultado de trabalho desenvolvido por Comissão Especial criada pelo CONARQ; (CONARQ, 1996, p. 3).

A respeito desse processo de revisão da legislação sobre a microfilmagem, destaca-se o fato de que não está claro nas atas desse período que o processo foi realizado através de consulta pública envolvendo as entidades relacionadas com os arquivos (sejam pessoas que trabalham nos arquivos e tenham interesse em contribuir ou até mesmo os cursos de Arquivologia). Caso esse processo tenha ocorrido, não ficou claro nas atas. A respeito dos cursos pode-se inferir que se trata de um período onde existe uma demanda emergencial pela criação dos mesmos. O que fica evidenciado no registro feito na mesma ata da citação anterior quando um conselheiro propôs “que o CONARQ pressione os órgãos executivos do MEC para a criação de novos cursos de Arquivologia no país.” (CONARQ, 1996 p. 8-9)

Nesse período os cursos de Arquivologia encontravam-se em processo de construção, como indica Calderon (2013) ao relatar que “[...] a maioria surgiu a partir da década de 1990.”. A ausência de uma presença significativa de cursos pode justificar o fato de registros sobre uma consulta pública não terem sido encontrados. Contudo, é fundamental destacar que, em um processo de consulta pública a respeito da revisão de uma legislação, instituições relacionadas aos arquivos devem ser ouvidas e incentivadas a enviar propostas.

Na sequência, é pertinente essa fala do Presidente da Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos no período a respeito da relação importância de compreender os conceitos referentes a documentação em ambiente eletrônico.

Presidente da Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos, relatando seus trabalhos, centrados no estudo da atribuição de valor legal ao documento eletrônico. Discorreu tecnicamente sobre o que seria o documento eletrônico, enfatizando a diferença entre reprodução eletrônica de um documento original produzido em outro meio e documento produzido originalmente em computador. Nesses dois conceitos é que deve ser norteada a construção dos dispositivos legais e técnico-metodológicos para a aceitação jurídica do meio eletrônico. Entretanto, a criação desses dispositivos deve ser acompanhada das mudanças nos códigos legais, de forma a remover os obstáculos a uma melhor admissibilidade legal, não só dos meios eletrônicos como, também, do microfilme. (CONARQ, 1996 p. 5-6).

Assim como o relato seguinte ainda da quinta reunião.

Continuando, salientou a importância da aplicação dos conceitos, metodologias e práticas arquivísticas nos sistemas de gestão de documentos informáticos, no sentido da obtenção de qualidade arquivística da informação. Lembrou, ainda, que a "melhor tecnologia da informação" a ser adotada no trato da gestão documental não deve se prender apenas a uma tecnologia específica. Da mesma forma, não se deve considerar que a invenção mais recente é a melhor. (CONARQ, 1996 p. 6).

Ambos os relatos destacam fatores importantes que acabam por se relacionar no que diz respeito às tecnologias utilizadas em arquivos. Sobre o primeiro relato, os documentos eletrônicos certamente apresentam um contexto novo a ser enfrentado no que diz respeito à autenticidade e ao valor de prova, inclusive judicial, incluindo os critérios necessários para que eles possam carregar esse valor sem que existam brechas que os atribuam falsificações. A microfilmagem apresenta-se ainda como uma tecnologia mais solidificada no que diz respeito ao amparo legal, por exemplo, como foi possível notar nas discussões anteriores. O segundo relato alerta para a importância de sistemas informáticos que garantam a aplicação de metodologias arquivísticas, destacando ainda que uma nova invenção tecnológica nem sempre pode ser considerada a melhor opção. Sobre a relação entre os dois relatos, pode-se destacar o relato a seguir, indicando que:

A tendência dos países mais desenvolvidos em gestão documental e na tecnologia da informação é utilizar sistemas híbridos, isto é, combinar documentos convencionais com microfilme e meios eletrônicos. No entanto, ressaltou que a informática é o grande instrumento da área de documentação e arquivo para a racionalização das massas documentais. O Presidente da Câmara apresentou, ainda, proposta de criação de uma comissão especial para redação de dispositivo legal regulamentando a utilização dos meios eletrônicos na documentação. (CONARQ, 1996 p. 6).

Caracteriza-se aqui um momento onde uma transição parece estar acontecendo. A transição pode ser considerada um fato, mas as posturas tomadas a partir desse fato são o que determinam o entendimento sobre o contexto, ou seja, como os avanços são percebidos. Outro destaque aqui se dá ao fato da preocupação com a tendência difundida por países desenvolvidos, estes apresentam um contexto como o enfrentado por Dollar (1994) e não necessariamente tem relação com os problemas enfrentados no Brasil. Não apenas os países em desenvolvimento tendem a copiar demandas de países desenvolvidos, outro fenômeno interessante também ocorre, na medida em que os países desenvolvidos buscam fazer com que, o que parece melhor para o seu contexto, apareça como solução para os demais.

Assim, os trabalhos em torno do novo contexto continuam.

O Conselheiro B elogiou o exaustivo trabalho de pesquisa realizado pela Câmara, informando que, recentemente, foi criado grupo interministerial, junto à Presidência da República, para elaborar projeto de lei sobre a produção, acesso e sigilo de documentos eletrônicos. Sugeriu que, ao invés de se constituir uma comissão especial para elaborar projeto de lei sobre a questão legal dos documentos em meios eletrônicos, dever-se-ia constituir,

dentro da própria Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos, grupo de trabalho que aprofundasse os estudos já realizados, indicando os pontos fundamentais que deveriam estar presentes em qualquer proposta de lei sobre a matéria. Esta sugestão foi aprovada pelo Plenário. (CONARQ, 1996 p. 6-7).

A preocupação com o documento eletrônico aos poucos vai tomando forma e os trabalhos da CTDE com o intuito de apresentar soluções viáveis que facilitem a produção de políticas para os arquivos no que diz respeito ao cenário das tecnologias emergentes vão se intensificando ao longo do tempo.

Na sequência tem-se a discussão a respeito de um parecer técnico do CONARQ que trata da devolução de documentos do Arquivo Estadual de Minas Gerais para o Arquivo Municipal de Ouro Preto. A saber:

Parecer técnico do Conselho Nacional de Arquivos, solicitado pela Secretária de Estado da Cultura de Minas Gerais, Dr.^a Conselheiro C, sobre a proposição de devolução, ao Município de Ouro Preto, dos documentos produzidos e acumulados pela sua Câmara Municipal, nos séculos XVIII e XIX, e sob a guarda do Arquivo Público Mineiro, em Belo Horizonte, aprovado pelo Plenário da Entidade em sua Reunião Ordinária, realizada no Rio de Janeiro, na Sede do Arquivo Nacional, no dia 21 de maio de 1996. (CONARQ, 1996 p. 12).

A seção três desse parecer, intitulada *Os Arquivos e a questão da Informação* trata de aspectos ligados às tecnologias. Nessa seção é feito um alerta sobre sua compreensão a respeito das transformações oriundas dos avanços tecnológicos ocorridos até o período dessa discussão, indicando que:

Diante do universo de trabalho a ser realizado, é preciso dirigir o olhar para trás ou para frente? Uma decisão consciente sobre esta questão deve levar em conta qual é a finalidade e o objetivo, hoje, de uma instituição arquivística. Com o advento das modernas tecnologias de controle e recuperação da informação, a visão do arquivo como instituição de guarda de documentos foi substituída por aquela que o situa enquanto gestor de sistema de informação, integrado a outros sistemas, com o objetivo maior de garantir o acesso do usuário às informações demandadas. (CONARQ, 1996 p. 15).

Mas o que seria dos documentos físicos nesse caso? É pertinente retomar aqui o pensamento de Dutanti (2007), quando em 1996 (mesmo ano dessa reunião) se depara com questões parecidas ao enfrentar abordagens que prevêm um novo paradigma para a Arquivologia a partir da inserção das novas tecnologias nos arquivos. E questiona: “Is this vision realistic?” (2007, p. 446). “Essa visão é realmente realista?” De fato, é possível compreender que os

gestores da informação poderiam substituir a visão dos arquivos como local de guarda dos documentos? O relato segue:

A tecnologia disponível hoje é capaz, inclusive, de garantir o acesso on-line ao próprio documento, a partir do escaneamento e digitalização de imagens, dependendo, é claro, dos recursos disponíveis em cada caso. Mesmo no caso de não haver infra-estrutura econômica que possibilite o uso deste recurso tecnológico, a simples troca de instrumentos de pesquisa em listagem já garante o acesso do usuário, não ao documento, mas à sua referência, auxiliando enormemente sua pesquisa. (CONARQ, 1996 p. 15).

A pergunta feita anteriormente com base no questionamento da própria Duranti (2007) pode ser respondida com um não, porém, é possível contextualizar essas ideias com o próximo exemplo, a partir da conclusão do parecer que é feita da seguinte maneira:

A utilização do microfilme como recurso tecnológico de garantia da preservação e do acesso a conjuntos documentais é opção largamente utilizada, inclusive internacionalmente, e possibilita a complementação de acervos sem sua transferência física. Este é inclusive o objetivo de comissão internacional formada a partir de protocolo firmado entre Brasil e Portugal, que prevê a microfilmagem, pelas instituições portuguesas, de documentos sobre o Brasil existentes em seus arquivos e a contrapartida brasileira, microfilmando documentos trazidos por D. João quando da transferência da corte portuguesa para o Brasil e aqueles produzidos pela administração portuguesa no Rio de Janeiro no início do século XIX, com a troca de rolos entre os dois países, a fim de complementar seus acervos. (CONARQ, 1996 p. 16-17).

Assim fica evidenciada a relevância que o microfilme tinha para este período. Mesmo com todo o discurso em torno dos sistemas de informação, muitas vezes advindo de um debate acadêmico que desconsidera as realidades de arquivos em grande parte do tempo, o microfilme configura-se como uma das principais maneiras de garantir a preservação dos documentos neste período. Por fim, os documentos não foram transferidos, considerando que mesmo no arquivo Estadual, eles continuariam disponíveis ao seu universo de usuários, nesse sentido, a transferência não foi considerada uma necessidade técnica, além de poder causar riscos a documentação.

Agora quatro anos à frente na décima oitava reunião estabelecida pelo Conselho, configurando-se como a segunda reunião do conselho realizada no ano 2000. Foi estabelecida uma comissão especial com o objetivo de realizar uma análise do Livro Verde através da ótica de representantes ligados ao Conselho.

Foram apresentadas duas sugestões: 1ª Constituição de uma Comissão Especial, Grupo de Trabalho ou Câmara Técnica sobre a Sociedade da Informação, com a finalidade de estudar o "livro verde", já disponível na Internet e que, em breve, sairá também em papel. O resultado de tais estudos é fundamental para que os arquivos possam integrar o livro branco, que será a última versão do documento. 2ª Face aos excelentes resultados obtidos na Mesa Redonda de Arquivos, realizada em julho de 1999, sugere que, em 2001, seja promovida a 2ª Mesa Redonda Nacional de Arquivos, cujo tema central seja a Sociedade da Informação. (CONARQ, 2000 p. 1).

A respeito da 2ª Mesa Redonda Nacional de Arquivos não foi encontrado material referente às discussões realizadas nesse âmbito tampouco foram registradas discussões posteriores ou anteriores ao período entre 2000 e 2001 sobre o Programa Sociedade da Informação ou sobre o livro verde nas reuniões do plenário. Após o ano de 2001 essas discussões deixaram de ocorrer.

Na reunião seguinte,

[...] o Presidente deu início à leitura do Extrato da 18ª Reunião, acrescentando informações complementares, algumas ocorridas após a reunião. A propósito do item 2 Comissão Especial para criação de "sites" na Internet, mais precisamente sobre a deliberação 2.2.1 que propõe a constituição de uma Comissão Especial com a finalidade de examinar o "Livro Verde", editado como parte do Programa Sociedade da Informação, o presidente informou que a Coordenação do CONARQ já iniciou as sondagens junto aos profissionais indicados para compor a referida Comissão, bem como encaminhou correspondência à Conselheiro C.1 informando sobre a constituição da nossa Comissão, que deverá apresentar, até março, as sugestões da comunidade arquivística a serem incluídas no Livro Branco, última versão do documento. (CONARQ, 2000 p. 4).

O Livro Verde é um produto oriundo do Programa Sociedade da Informação (SocInfo), programa este que foi instituído pelo governo federal no ano de 1999 a partir de um estudo realizado pelo Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CCT) no contexto do Plano Plurianual 2000–2003 (PPA) tendo previsto em seu orçamento a quantia de R\$ 3,4 bilhões. O projeto foi coordenado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) tendo um compartilhamento de responsabilidade entre governo, iniciativa privada e sociedade civil.

O projeto teve por objetivo principal a utilização das tecnologias de informação e comunicação de maneira a gerar inclusão social de todos os brasileiros na nova sociedade da informação contribuindo para que a economia do país se tornasse mais competitiva no cenário internacional. O trabalho estrutura-se no intuito de contemplar os seguintes pilares: “mercado, trabalho e oportunidades; universalização de serviços para a cidadania; educação na sociedade da informação; conteúdos e identidade cultural; governo ao alcance de todos; P&D,

tecnologias-chave e aplicações; e infraestrutura avançada e novos serviços”. (MENEZES, 2001, p. 1)

Já sobre o Livro Branco do qual o conselheiro se refere, não existe uma especificação mais detalhada sobre. Apenas é indicado em reunião posterior que "sugestões da comunidade arquivística a serem incluídas no documento final do Programa SUCINFO, sob o título de "Livro Branco", pelos Srs. Conselheiro D e Conselheiro E." (CONARQ, 2001, p.4). Trata-se do *Livro Branco: Ciência, Tecnologia e Inovação*, publicado em 2002 pelo Ministério da Ciência e Tecnologia. Contudo, ao fazer uma busca na versão publicada pelos termos, arquivos e documento, constatou-se a inexistência do termo arquivo e o termo documento aparece apenas duas vezes em um contexto onde não existe relação alguma com a terminologia da área.

A respeito do programa SocInfo:

Com relação à “educação na sociedade da informação”, o programa prevê apoio aos esquemas de aprendizado, de educação continuada e a distância baseados na Internet e em redes, através de fomento a escolas, capacitação dos professores, auto-aprendizado e certificação em tecnologias de informação e comunicação em larga escala; implantação de reformas curriculares visando ao uso de tecnologias de informação e comunicação em atividades pedagógicas e educacionais, em todos os níveis da educação formal. (MENEZES, 2001, p. 1).

A ideia de sociedade da informação é proveniente de debates oriundos do final do século XX. Aqui não será trazida uma definição conceitual do que vem a ser a Sociedade da Informação até porque, para um dos principais pesquisadores do assunto, Manuel Castells (1999), já existe uma série de críticas e abordagens teóricas no que diz respeito ao assunto, além da complexidade do tema. Nesse caso, será mais interessante, ao decorrer do debate, na continuação da análise, perceber através das próprias informações extraídas das atas como o debate em torno do assunto se delinea.

Contudo, em um livro organizado por Castells e Cardoso (2006), intitulado *A Sociedade em rede: Do Conhecimento à Acção Política* sobre a organização de apresentações de diversos pesquisadores envolvidos no debate a respeito da sociedade em rede realizadas em Lisboa, durante um seminário que contou com uma conferência de abertura proferida pelo presidente de Portugal no período, Jorge Sampaio (2006), que alerta sobre a importância de refletir sobre as mudanças ocorridas na sociedade em meio à era digital. Destaca-se aqui um aspecto interessante exposto pelo parceiro de pesquisa de Castells, Himanen:

A agenda da sociedade da informação não é o mesmo que uma rede de informações ou que um programa da Internet. O desenvolvimento da

tecnologia, apenas ajudará, quando combinado com mudanças nas estruturas subjacentes. Como a expressão «sociedade da informação», usualmente, nos faz lembrar assuntos técnicos (ao nível da superfície), eu gostaria de sublinhar que a abordagem usada neste artigo é baseada na necessidade de modificar as estruturas profundas. (HIMANEN, 2005, p. 348).

Essa colocação configura-se como um alerta complementar a complexidade do debate em torno da ideia de Sociedade da Informação além de servir como um subsídio adicional as reflexões vindouras a esse respeito. Himanen (2005) alerta para um debate muito pertinente a respeito das tecnologias dentro dos processos da Sociedade da informação. Demonstrando que as tecnologias fazem parte desse processo como um instrumento que, apesar de sua importância para a realização de importantes funções, não se configuram como um fim, mas sim como o meio pelo qual a essência fundamental dessa ideia poderá se perpetuar de maneira efetiva.

A respeito da relevância desse programa para o CONARQ e os arquivos analisa-se o relato a seguir:

O Presidente esclareceu, ainda, que as sugestões da Comissão Especial antes de serem remetidas ao Ministério da Ciência e Tecnologia, serão submetidas ao Plenário do CONARQ para alterações, se for o caso, e aprovação. Uma vez aprovadas pela Comissão, poderão ser colocadas na home-page do CONARQ para receber sugestões. Solicitou, também, que os Conselheiros examinem o Livro Verde e remetam à Comissão Especial, em fase de criação, as sugestões e observações que julgarem importantes constar do Livro Branco. Lembrou que o Programa Sociedade da Informação envolve muito dinheiro. Assim, alertar o Governo para o papel estratégico dos arquivos pode resultar na destinação de recursos significativos para o desenvolvimento do Censo dos Arquivos Brasileiros, dos "sites" de instituições arquivísticas e outros programas e projetos importantes para os arquivos como, por exemplo, a capacitação profissional. (CONARQ, 2000 p. 5).

No que tange o Censo de Arquivos Brasileiros foi encontrado no site do CONARQ apenas o documento presente no ANEXO 1 deste trabalho. O documento intitulado como *Base de dados censo de arquivos brasileiros: públicos e privados* não está datado. Nele são registradas as experiências embrionárias realizadas nos anos de 1980 e 1990 em vários pontos do país com o cadastramento de diversas instituições arquivísticas e seus acervos. O documento indica também que a realização do censo é fruto de uma recomendação feita na Iª Mesa Redonda Nacional de Arquivos realizada em julho de 1999 com o objetivo de reunir informações dos arquivos brasileiros. Por fim, o documento consta de uma metodologia para a realização do projeto e de agradecimentos.

Retomando à discussão sobre os relatos envolvendo o programa SocInfo, anteriormente a explanação a respeito das questões referentes ao mesmo, um dos conselheiros proferiu uma

palestra explicando algumas particularidades pertinentes ao processo de maneira geral e tirando algumas dúvidas sobre assuntos que pareciam estar confusos.

Antes de iniciar sua palestra, a Sr^a Conselheiro F esclareceu, para evitar confusão, que o FUST não é do Programa Sociedade da Informação; é do Ministério das Comunicações. Como na Portaria que dispõe sobre o fundo, as bibliotecas foram incluídas como suas beneficiárias e, considerando que o Ministério das Comunicações não entende nada de biblioteca, delegou ao Ministério da Ciência e Tecnologia a atribuição de cuidar da matéria. Este, por sua vez, delegou ao Programa Sociedade da Informação – SOCINFO e ao Ministério da Cultura a incumbência de distribuir os 10 mil pontos de acesso previstos. (CONARQ, 2001 p. 3).

Para um melhor esclarecimento, o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST) foi criado no ano 2000 com o objetivo de cumprir obrigações referentes à universalização dos serviços de telecomunicações. Cabendo ao ministério das comunicações a formulação das políticas e diretrizes gerais que orientam sua aplicação. Continuando:

A palestrante esclareceu que, na sua opinião, há espaço para os arquivos entrarem no programa, vez que foram incluídos, mesmo que seja um contrassenso conceitual, entre as instituições de difusão cultural. Nesse sentido, sugere que seja feito contato com o Sr. Conselheiro G, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para examinar as possibilidades de aplicação de recursos do FUST na área dos Arquivos. Quanto à inclusão no Programa SOCINFO, os arquivos poderiam se associar às bibliotecas, considerando a afinidade de sua missão, vez que também são responsáveis pela guarda, tratamento e difusão de acervos documentais. (CONARQ, 2001 p. 4).

O argumento causa a impressão da inexistência de uma política clara para os arquivos no sentido de seus recursos e sua localização na estrutura governamental. Deveria existir uma proposta que abarcasse questões que genuinamente fazem parte da preocupação nacional, parte de um projeto maior ao qual a instituição deveria servir de maneira orgânica e central, direcionada por uma política nacional de arquivos integrada.

É interessante lembrar que os equipamentos a serem fornecidos pelo programa não se destinam ao processamento técnico de documentos, e sim a sua utilização pela comunidade, com o objetivo de, através dos pontos de acesso instalados nas instituições, disponibilizar suas informações que, algumas vezes podem ter pouco valor histórico, mas tem enorme valor para o Programa, na medida em que coloca um candidato a cidadão em contato com a tecnologia, com a rede e com o que ela possibilita. (CONARQ, 2001 p. 4).

Se os equipamentos não estão destinados ao processamento técnico de documentos, quais equipamentos estariam? O projeto é intitulado Sociedade da Informação, porém desconsidera completamente os arquivos em sua perspectiva. Uma Sociedade da Informação sem arquivos pode ser vista como uma verdadeira sociedade de ruptura paradigmática, uma ruptura total com a memória, para uma ligação plena com o esquecimento e a alienação.

Não parece necessário afirmar que as informações têm pouco valor histórico, já que aparentemente não esteja em debate o conteúdo das informações que os cidadãos poderão acessar nesses computadores. Pelo menos no discurso do conselheiro parece estar claro o que deve ser acessado pelo cidadão: Nada. O acesso à tecnologia por ela mesma parece ser o objetivo do programa. Não está sendo descartada de maneira leviana a importância de colocar as pessoas em contato com a tecnologia, o que certamente pode fazer com que elas aprendam a utilizar uma ferramenta que contribui para o exercício da cidadania, mas, é no mínimo questionável que este seja o “enorme valor para o Programa” que pretende estabelecer uma sociedade da informação. O debate continua com uma indagação.

[...] se, na sua opinião, existe uma brecha para a inclusão dos arquivos e, caso ela existia, como o CONARQ poderia atuar como agente provocador dessa questão, a conferencista respondeu que valeria a pena um contato do Conselho com o Ministério da Ciência e Tecnologia, em Brasília, para que todas as questões levantadas pela comunidade arquivística sejam encaminhadas para estudo daquele Ministério e examinada a sua inclusão no Programa. (CONARQ, 2001 p. 4).

Nesse ponto identifica-se a busca por um caminho para a inclusão dos arquivos no projeto a partir de uma provocação do conselho. Aparentemente não existia um pensamento sobre arquivo antes ou depois da realização do programa. Os arquivos parecem não configuram uma preocupação legítima, a ponto de estarem presentes em um projeto do Governo. Em sua função, não apenas para solicitar recursos materiais para os arquivos, o CONARQ precisa solicitar conhecimento de sua existência junto ao Governo. O Conselho deveria ser convidado a participar da elaboração do Livro Verde, podendo assim pautar suas questões desde a origem do projeto.

A palavra é passada aos conselheiros responsáveis pela comissão que teve a incumbência de analisar o Livro Verde.

Continuando, solicitou ao Prof. Conselheiro D ou a Sr^a Conselheiro H, que estiveram envolvidos no trabalho para fazerem um resumo do mesmo, já que todos receberam o texto com antecedência para habilitar os Conselheiros a

apresentarem suas sugestões não só sobre seu conteúdo como também sobre sua forma, para que, definido o texto, e se aprovado, possamos encaminhá-lo imediatamente à Secretária Adjunta da Secretaria Executiva do Ministério da Ciência e Tecnologia, com cópia para o Ministro Parente. (CONARQ, 2001 p. 5).

O relato então segue,

Iniciando, Conselheiro D informou que a idéia básica que norteou a elaboração do documento decorreu das lacunas encontradas no Livro Verde e que a equipe deveria fazer uma aproximação conceitual e justificar a inclusão do universo de informação arquivística dentro da lógica do Livro Verde. Portanto, a introdução do documento procurou caracterizar essa questão, chamando a atenção para o fato de que a maioria de Programas da Sociedade da Informação em diversos países privilegia quatro formas de inserção dos arquivos no conjunto de suas ações: 1- a democratização da informação arquivística como estratégia para ampliação da transparência do Estado e seu controle pela sociedade; 2- democratização do acesso à Internet através dos arquivos públicos; 3- a digitalização dos acervos arquivísticos de forma a ampliar seu uso social através de redes de informação; 4- preservação de documentos eletrônicos, considerando a memória coletiva na sociedade da informação. (CONARQ, 2001 p. 5).

Os pontos elencados pelo conselheiro D são de importância basilar para a construção de uma Sociedade da Informação e assim como o mesmo indicou, já era objeto de análise na sociedade da informação de outros países. No ponto "1" demonstra a importância que o projeto poderia ter na transparência do Estado, a partir do momento em que a sociedade possa tomar controle e acompanhar as informações no tempo mais real possível, tendo acesso a determinadas informações provenientes de documentos oficiais em um tempo mais próximo ao de sua produção. O ponto "2", é possível trazer o exemplo do Livro Verde de Portugal onde dentro do grande ponto intitulado "1. A DEMOCRATICIDADE DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO" Existe outro ponto intitulado "Medida" e uma de suas especificações é "Equipar as Bibliotecas e Arquivos Públicos com Computadores Multimédia", descrito da seguinte maneira:

Lançar um programa para dotar as bibliotecas e os arquivos públicos de computadores multimédia, ligados às redes electrónicas digitais, nomeadamente através da Rede Ciência Tecnologia e Sociedade. Apoiar iniciativas conducentes ao desenvolvimento de mediatecas com aplicações multimédia, dando-se especial prioridade a produtos em língua portuguesa. (PORTUGAL; Ministério da Ciência e da Tecnologia, 1997, p. 16).

O ponto “3” por sua vez coloca resposta ao impasse oriundo da discussão anteriormente feita a respeito da utilização dos recursos tecnológicos durante o projeto. Nesse caso era fundamental para o projeto que existisse uma preocupação com os arquivos que promovesse seu desenvolvimento e acompanhamento nos diferentes níveis da esfera governamental, tornando-se acessíveis. Por fim, o ponto “4” representa um salto em relação a compreensão da relação entre arquivos e tecnologia, colocando como necessário que os documentos produzidos em ambiente eletrônico fossem vistos como parte da história, como patrimônio cultural da sociedade.

A relatoria continua,

Aqui no Brasil, os arquivos ou passam ao largo ou se apresentam de forma diluída. Temos procurado espaço na diluição. Por outro lado, no Livro Verde, uma das críticas que se levanta diz respeito a um certo reconhecimento dos arquivos como patrimônio cultural, enquanto - no **Capítulo 6 - dedicado ao Governo, onde a questão da informação é fundamental, eles são completamente negligenciados.** Assim, tentamos mostrar isso no documento, apresentando algumas proposições como compatibilização da legislação, ações estruturais, incluindo, em anexo, informações sobre o Arquivo Nacional, o Sistema Nacional de Arquivos e o Conselho Nacional de Arquivos, bem como informações sobre o Censo Nacional de Arquivos Brasileiros, públicos e privados. (CONARQ, 2001 p. 5, grifo nosso).

Esse relato sobre os arquivos serem reconhecidos apenas como parte do patrimônio cultural demonstra um grave problema a respeito das múltiplas dimensões que um arquivo comporta como parte integrante de uma sociedade. Segue tratando da urgência do assunto a partir do que o relato nesse documento representa,

Resumindo, a idéia do documento é basicamente torná-lo uma manifestação do CONARQ junto aos formuladores das políticas relacionadas com a SOCINFO. O assunto requer urgência e temos que ser mais agressivos. Trata-se de um documento despretensioso de um lado e pretensioso de outro, na medida em que se pleiteia a inserção dos arquivos no Programa da Sociedade da Informação. A expectativa é de que o documento seja aprovado pelo Plenário do CONARQ, e encaminhado imediatamente a quem de direito para que possa produzir resultados em curto espaço de tempo. (CONARQ, 2001 p. 5-6).

E continua esclarecendo a dúvida de um conselheiro.

A Conselheira I solicitou maiores esclarecimentos sobre a proposição apresentada em relação ao Quadro Jurídico. Conselheiro D explicou que a inclusão dessa proposta tem por objetivo evitar que a discussão da dimensão legal do documento eletrônico ocorra de forma não compatível com o que o

país já tem de legislação arquivística. O Livro Verde, quando fala em Governo, cita elementos relativos à certificação e autenticação nas transações Governamentais, como um dos objetos do programa, mas passa ao largo das questões arquivísticas. A idéia foi destacar a necessidade, do ponto de vista jurídico, que esses dispositivos jurídicos que estão saindo agora para sustentar a questão da informação em meio eletrônico, levasse em conta a legislação arquivística em vigor. (CONARQ, 2001 p. 6).

O presidente do Conselho então adiciona informações à discussão.

A propósito, o Presidente informou que, nos contatos com a Subchefia para Assuntos Jurídicos da Presidência da República, sente que eles não têm identidade com a Lei de Arquivos, e que a partir da mesma podem ser definidas ações relativas ao mundo da informação. Parece que não entendem que documento eletrônico é documento arquivístico. Ilustrando essa afirmativa, passou a enumerar várias ocasiões em que tal postura ficou evidenciada. Assim, julga da maior importância a inclusão no trabalho do item referente a Quadro Jurídico para que seja um alerta efetivo para o grupo que vai discutir segurança da informação, chave pública, etc. (CONARQ, 2001 p. 6).

É perceptível a falta de entendimento a respeito dos arquivos proveniente de representantes do Governo. É difícil conceber que o presidente do Arquivo Nacional converse com a Subchefia para Assuntos Jurídicos da Presidência da República sem que esta tenha conhecimento do que se trata o trabalho de seu requerente, ou seja, sem que tenha a noção da importância do Conselho e do AN no tocante a assuntos estratégicos no que diz respeito ao gerenciamento das informações do Governo. Assim, O Prof. Conselheiro D, um dos responsáveis pela comissão encarregada da análise do Livro Verde sugere “que, tão logo haja possibilidade, este texto seja disponibilizado no site do CONARQ, o qual será de grande importância para os arquivos e outras instituições de documentação.” (CONARQ, 2001 p. 7-8, 22^a).

Ao final, a Conselheira F tenta amenizar de alguma forma a tensão do debate com o relato que segue.

A Sr^a Conselheira F pediu a palavra para dar uma informação que julga de maior importância. O Programa Sociedade da Informação tem um programa de cidades digitais e esse projeto exigiu a ida aos arquivos. Numa dessas idas, (nome do coordenador do projeto²), que é o coordenador do projeto, foi ao Arquivo Estadual de São Paulo, onde encontrou manuais de arquivo, mostrando-os ao Tadao, e, então o programa está em articulação com o Arquivo Estadual de São Paulo para aproveitamento desses materiais em CDs.

² Este nome não é de um conselheiro do CONARQ, mas sim do coordenador do projeto. Por esse motivo não seguiu os critérios adotados para a supressão dos nomes dos conselheiros.

Julga que alguns desses documentos foram feitos pelo Arquivo Nacional ou em co-autoria. O Presidente solicitou que nos fosse indicado quais são esses materiais pois é importante que eles sejam analisados para verificar se estão atualizados. A Conselheira F informou que, no momento o assunto ainda está em fase de negociação dos títulos que poderão ser atualizados nos programas de treinamento. Tão logo tenha informações mais precisas nos dará conhecimento. Isto só atesta o interesse do Programa SOCINFO pela questão arquivística que, embora não contemplada no Livro Verde pelas razões que o Conselheiro D tão bem expõe, com certeza faz parte do desdobramento das linhas específicas de ação que estão sendo seguidas agora. Finalizando, o Presidente agradeceu mais uma vez a presença de todos, dando por encerrada a sessão, e nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata que vai por mim assinada e pelo Presidente. (CONARQ, 2001 p. 7-8).

Parece não estar no campo de compreensão do Governo, que eles também devem ser considerados como parte estratégica da sua tomada de decisão. Uma evidência disso é o fato de que no Livro Branco da Defesa Nacional do Brasil (2012), outro Livro Branco, também não consta a palavra arquivo. Desconsiderar a hierarquia da estrutura composta pelo Arquivo Nacional, o Sistema Nacional de Arquivos e o Conselho Nacional de Arquivos como relatado pelo conselheiro, indo direto ao Arquivo Estadual de São Paulo reforça o desconhecimento e, mais do que isso, desconsidera a ideia de hierarquia que precede a formulação de um projeto dessa estatura.

Esta reflexão finaliza-se com o argumento de Himanen a respeito da Sociedade da Informação, indicando que,

O sucesso da sociedade da informação e a existência de oportunidades iguais na sociedade do bem-estar são, eventualmente, baseadas num sistema de formação e educação inclusiva e de elevada qualidade. Na sociedade da informação, onde a aprendizagem ocorre durante o período de vida, as escolas não deveriam apenas distribuir informação, mas também criar uma autoconfiança e competências sociais, bem como ajudar os alunos a auto-realizarem-se identificando os seus talentos e paixões criativas. Além disto, o desafio associado à aprendizagem vitalícia na sociedade da informação, requer que as pessoas aprendam a aprender — e que se tornem capazes de identificar problemas, gerar ideias, ser autocríticos, resolver problemas e trabalhar com outras pessoas. (HIMANEN, 2005, p. 362).

Na medida em que as tecnologias avançam, nem todos conseguem acompanhar a velocidade de processamento das informações. A sociedade da informação é um projeto que visa, de maneira geral fazer com que a sociedade seja mais igualitária. Contribuindo para que os avanços tecnológicos oriundos da modernidade criem o menor dano possível no tecido social, ou seja, para que as pessoas que não tem condições para acompanhar a velocidade desse processo de avanço tenham possam atuar de maneira digna. As diferentes gerações não

acompanham os avanços tecnológicos no mesmo ritmo por diversos motivos, mas, certamente fatores econômicos e a privação do direito à educação contribuem significativamente para a acentuação dessas desigualdades.

Passando agora para o ano de 2016. Outro ponto a ser tratado, seria a falta de atenção política pela qual passa o CONARQ e conseqüentemente o AN em tempos mais recentes. Isso pode ser demonstrado nas discussões ocorridas referentes ao projeto lei (PL) que buscou revisar a lei nº 8.159/1991 que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados.

Durante a 75ª Reunião Plenária foi aprovada a versão final do projeto de lei, encaminhado ao Ministro da Justiça, por meio do Ofício CONAR N° 21 de 31 de março de 2014. A proposta construída e aprovada pelo Plenário do CONARQ, em sua 75ª Reunião, realizada no dia 5 de dezembro de 2013 buscou responder às reivindicações da I CNARQ, bem como, as contribuições advindas da consulta pública, optando pela não revogação da Lei vigente, promoção das alterações necessária com a manutenção da estrutura atual, sendo incorporadas no texto do PL. (CONARQ, 2016, p. 4).

O debate se inicia com a busca de informações a respeito do PL, que foi aberto para consulta pública no intuito de incorporar às demandas da sociedade civil de maneira geral, das universidades, e dos arquivos ao projeto. Estas vinham também de reivindicações da I Conferência Nacional de Arquivos (CNARQ).

A Conselheira J ressalta que a Coordenação solicitou várias vezes informações sobre o andamento do PL junto ao Ministério do Planejamento. Informa que, à época o CONARQ teve 02 conselheiros representando o Executivo Federal, os quais eram vinculados ao Ministério do Planejamento. Esses conselheiros também não trouxeram maiores informações sobre o andamento. Eles diziam simplesmente que existiam impasses, mas não explicitaram claramente quais eram os ditos impasses. Informa que a Coordenação do CONARQ encaminhou cerca de 4 ofícios solicitando esclarecimentos sobre quais eram esses impasses. Nestes Ofícios o CONARQ se colocava à disposição para colaborar com o esclarecimento de dúvidas, mas, no entanto, o CONARQ não obteve nenhuma resposta formal até o presente momento. (CONARQ 2016, p. 4).

Em sequência,

A Conselheira K relata que em certa ocasião o STF precisava de uma informação rápida, e que já haviam enviado ofício para vários órgãos, e estes nunca forneciam as informações. Então, ela, como cidadã entrou na Ouvidoria do site, com base na lei de acesso à informação, e, obtiveram os dados que o órgão há tanto solicitava. (CONARQ 2016, p. 5).

A partir da Lei nº 12.527/2011, de 18 de novembro de 2011, conhecida como Lei de acesso a informação, qualquer cidadão pode solicitar informações governamentais, dentro dos critérios estabelecidos pela legislação. Um pedido de solicitação de informação via lei de acesso, poderia ser facilmente solucionado de outra maneira, com uma simples resposta que poderia evitar um desgaste em busca da informação, além de fazer com que o processo democrático flua de maneira mais tranquila, ou seja, em determinados momentos uma solicitação mais simples pode ser atendida, principalmente se for proveniente de uma pessoa que tem relação com o próprio Governo. As informações deveriam estar disponíveis no momento de sua consulta, sem excitação, sem dificuldades. Contudo, o que poderia ser simples acaba gerando um mal-estar maior que cresce na medida em que a dificuldade fica cada vez, mas perceptível.

Sobre a fala da conselheira L falou sobre a existência de dois PL sobre a revisão da Lei nº 8.159 tramitando em paralelo, J registra que desconhece o tal PL paralelo. Julga que o PL que está tramitando é o que CONARQ encaminhou. Sobre a fala da conselheira K sobre a necessidade de abrir SIC para acesso às informações públicas, a conselheira J que se sente tão **constrangida** em ter abrir um SIC para que o Ministério do Planejamento responda o que é obrigação de responder. É lei de processo administrativo, a parte interessada no processo pode pedir vistas ao processo. Ressalta que a Coordenação do CONARQ encaminhou um ofício, 02 ofícios, 03 ofícios assinados por 02 presidentes, o anterior e o atual. O atual assinou 03 ofícios solicitando vistas ao processo, solicitando que se prestassem os devidos esclarecimentos sobre quais são os impasses e, no entanto, o Ministério do Planejamento não respondeu até o presente momento. (CONARQ 2016, p. 5-6, grifo nosso).

Parece haver algo nebuloso aqui, e isso lembra a pergunta a respeito de “quem - ou o quê - educa os educadores e por quê?”. Nesse caso, por trás das decisões que deveriam ser tomadas de maneira transparente, ampla e democrática. Não apenas questões como essas ficam longe do cotidiano das pessoas, mas também é isso que afeta suas vidas diretamente sem que elas percebam. A transparência é um dever das instituições e dos fóruns de debates responsáveis pela construção das políticas públicas sejam elas quais forem. Contudo, aqui parece haver um fantasma que paira sobre a democracia e causa constrangimento.

As discussões aqui expostas podem caminhar para uma série de reflexões envolvendo democracia, direito ligado aos arquivos, políticas públicas, etc. O fundamental aqui é perceber como o contexto se constrói a partir das tentativas de interlocução com os órgãos representativos. Nessa linha, podemos constatar que o CONARQ se encontra em uma posição desfavorável em relação ao rumo da política nacional de arquivos, quando deveria ser um fórum privilegiado não apenas de debates, mas também de participação nas decisões que venham a

interferir significativamente no processo de construção das políticas nacionais voltadas aos arquivos.

Nesse momento propõem-se um exercício final de digressão, onde analisar-se-á aspectos de um período histórico distinto, na busca de compreender mais profundamente algumas das raízes que de alguma maneira contribuíram para a configuração do cenário aqui apresentado.

Essa situação pode encontrar uma segunda dimensão, mais profunda ao direcionar olhares para uma visita ao AN realizada pelo historiador e vice-diretor dos Arquivos Nacionais dos Estados Unidos da América, Theodor Roosevelt Schellenberg durante os anos de 1960, mais especificamente em 25 de março de 1960, no Rio de Janeiro, durante a gestão do também historiador José Honório Rodrigues.

Essa visita gerou um relatório feito pelo Schellenberg intitulado “Problemas arquivísticos do governo brasileiro” publicado na revista do AN em 2015. Durante o texto o historiador demonstra desde o início a importância do registro de informações provenientes das atividades governamentais para qualquer nação. Em determinado momento do texto, ao tratar da situação presente (o AN em 1960), ele passa a falar mais especificamente das situações problemáticas. Demonstrando a ausência de Autoridade Arquivística do AN, indica que “Presentemente, a autoridade dos Arquivos Nacionais, com relação aos documentos públicos, não é inteiramente reconhecida, e suas funções não são de modo geral compreendidas.” (SCHELLENBERG, 2015, p. 292).

A ausência de autoridade é um fator que demonstra o quanto as atividades ligadas à documentação (e pode parecer redundante) historicamente não estão ligadas ao valor histórico atribuído aos documentos de arquivo desde sua gênese em nosso país. Isso pode explicar, por exemplo, a quantidade e qualidade das informações históricas que outros países têm a respeito do Brasil em detrimento da situação de permanente descaso com o tratamento de grande parte dos arquivos em território nacional.

É importante identificar que essa ideia de autoridade está ligada a uma visão democrática, na qual, o poder é exercido a partir de uma perspectiva representativa, ou seja, a autoria arquivística da qual o AN não pode usufruir deveria ser uma prerrogativa da qual parte significativa da sociedade tem conhecimento, no sentido do arquivo compor campo de registro das ações dos próprios representantes escolhidos.

Na sequência é feita uma reflexão conceitual, por Schellenberg (2015) a respeito das instituições arquivísticas existentes no Brasil:

Existem, no governo federal do Brasil, três tipos de instituições arquivísticas: a) o Arquivo Nacional, propriamente dito; b) os arquivos ministeriais, como os dos Ministérios da Guerra e das Relações Exteriores; e c) depósitos em outras repartições governamentais, chamados de “arquivos”, mas que, na realidade, são meros registros ou salas centrais de arquivamento. (SCHELLENBERG, 2015, p. 292).

Aqui Schellenberg passa a refletir a respeito dos tipos de instituições existentes em nosso país. Claramente existe uma fragmentação na estrutura arquivística nacional, e em nenhum momento parece haver uma maneira de fazer com que as documentações produzidas por essas instituições encontrem um caminho de convergência. A seguir ele passa a explicar o que deve ser o arquivo nacional em sua essência, indicando que essa concepção está sendo negada em nosso país. Para ele,

O Arquivo Nacional é uma verdadeira instituição arquivística, no sentido americano e europeu da expressão. É uma instituição incumbida da preservação e consulta (tanto pelos estudiosos como pelo governo) dos documentos valiosos de todas as repartições governamentais. A meu ver, seu importante papel no funcionamento do governo e na vida cultural da nação não é adequadamente reconhecido. (SCHELLENBERG, 2015, p. 292).

No Brasil, o AN não parece ser uma verdadeira instituição arquivística no sentido tradicional, mas sim uma instituição à parte dos processos governamentais. Não é comum ver um político defendendo ideias relacionadas aos arquivos, justamente pelo fato deles não se configurarem como um campo de interesse público e disputa dentro para a sociedade. Antes de compreender a disputa gerada pela construção dos fatos é necessário que os fatos existam através dos registros e que esses registros façam parte do imaginário nacional. Ou seja, para um reconhecimento do arquivo como aparelho social, é fundamental que ele esteja reconhecido dentro da estrutura da qual faz parte.

Schellenberg avança e demonstra como o AN é visto através de sua posição na estrutura, logo,

Estando o Arquivo Nacional sob a jurisdição do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, é considerado pelo pessoal dos outros ministérios simplesmente como a instituição arquivística daquele ministério. Trata-se de uma concepção errônea da posição do Arquivo Nacional na estrutura governamental. Ele se destinou a ser instituição arquivística central do governo do Brasil, de modo a prestar serviço a todos os ministérios e não apenas ao da Justiça e Negócios Interiores. (SCHELLENBERG, 2015, p. 292).

Nesse momento da reflexão é possível perceber o quão prejudicial é para os arquivos, de modo geral, a posição do AN e, conseqüentemente, do CONARQ dentro da estrutura governamental brasileira. A herança documental brasileira foi herdada, de maneira geral, a partir de países europeus como Portugal (desde a colonização), onde o respeito à devida centralização e autoridade é fundamental na construção das atividades do presente (gênese documental) e a posterior e concomitante construção histórica (recolhimento ao arquivo permanente). Contudo, nesse contexto, parece haver uma desqualificação de autoridade que pode ser expressa através do descaso associado à grande parte dos arquivos em nível Estadual e Municipal. Nesse sentido, em uma perspectiva representativa, a situação dos arquivos em diferentes esferas nada mais é do que o reflexo das escolhas políticas que tiram autoridade do AN.

A autoridade passa a ser diluída dentro do Governo, dentre as instituições de arquivo e os próprios setores que deveriam ser responsáveis. Como se as instituições arquivísticas em diversos níveis fossem ilhas que funcionam de maneira independente mantendo o menor grau de comunicação possível entre si. Nesse contexto, de fato o patrimônio documental não é compreendido como uma construção que parte do momento atual através dum caminho de construção histórica, caso fizesse, um volume tão grande de evidências contrárias a isso não seria encontrado nas atas do Conselho. A gênese dos problemas de arquivo do Brasil remonta períodos anteriores aos abordados nesta pesquisa. Parte-se agora para algumas reflexões a partir dos resultados, onde se dá à tentativa de síntese sobre os elementos aqui encontrados.

7 REFLEXÕES A PARTIR DOS RESULTADOS

Os trabalhos realizados pela CTDE e do plenário do Conselho são fundamentais para os avanços da Arquivologia brasileira e conseqüentemente a ampliação dos debates referentes às políticas públicas arquivísticas. O Conselho conta com o trabalho de diversos representantes que tem conhecimento sobre os arquivos e as dificuldades que estão relacionadas ao seu contexto. As análises realizadas nas atas do CONARQ e da CTDE demonstraram a existência de diversas abordagens possíveis para adentrar o processo de compreensão.

A seguir, colocam-se algumas constatações desta pesquisa a partir das análises, ressaltando que, os pontos destacados nas letras abaixo apresentam uma complexa relação que será disposta no texto que os seguem.

De maneira resumida, a pesquisa constatou que,

a) a busca por uma literatura internacional na compreensão dos fenômenos pesquisados pela Arquivologia (seja o documento eletrônico, digital, etc.) cumpre um papel histórico na evolução dos debates nacionais, mas, no que diz respeito à ruptura paradigmática apontada por parte da literatura arquivística a partir da isenção das novas tecnologias em arquivos precisa ser superada por interpretações que valorizem as realidades arquivísticas nacionais e sua temporalidade;

b) no Brasil, diferente de outros países aos quais parte da literatura da Arquivologia faz referência, a tecnologia não é fator que determinante para gerar essa suposta ruptura paradigmática apontada pela literatura e conseqüentemente a ação política. Nesse caso específico, a própria política é um dos fatores determinantes para os avanços institucionais e tecnológicos;

c) o CONARQ e o Arquivo Nacional não são devidamente reconhecidos e conhecidos por setores estratégicos do Governo, o que faz com que a comunicação entre os setores seja prejudicada.

Os debates a respeito das tecnologias de arquivo atravessam as atas do CONARQ como um todo, no sentido de serem discussões progressivas que, ao longo do tempo, caminha a partir das necessidades discursivas e das possibilidades reais de sua aplicação. A preocupação com as tecnologias é recorrente e apresenta-se em diferentes momentos a partir das particularidades de cada contexto. A proposta aqui foi um olhar cuidado para aspectos específicos da discussão que apontam posturas assumidas pelos conselheiros no enfrentamento dos problemas.

Esse contexto possibilita o entendimento de que as rupturas históricas das quais os estudos fazem menção, não necessariamente refletem as realidades das quais fazem referência.

As teorias buscam contextos mais gerais para fortalecer seus sistemas, sendo que, os arquivos encontram-se sempre em ambientes extremamente específicos. Nessa linha, a ruptura proposta a partir das novas tecnologias pode ser compreendida a partir de uma lógica, a da continuidade. Assim, as alterações podem ser consideradas, mas não precisam compor cisões epistêmicas que não contemplem cisões estruturais. Ou seja, é necessário observar o cenário nacional com mais cuidado e com lentes mais ampliadas as especificidades, antes de importar uma teoria.

As preocupações apresentadas pela literatura da Arquivologia, no que diz respeito às tecnologias, parecem estar deslocadas temporalmente em relação às discussões oriundas do CONARQ. Os debates parecem não se encontrar, e isso pode ocorrer pelo fato do CONARQ não estar inserido em um contexto governamental estratégico, preocupado com uma demanda tecnológica significativa nos arquivos e, ao mesmo tempo, a emergência de um novo paradigma tecnológico ser tão marcante para literatura. Isso dá sinais de que os estudos estão pouco colocados no que diz respeito às realidades de arquivo de maneira geral. É como se essa falta de sintonia fizesse com que o conhecimento não tivesse sua devida penetrabilidade nas realidades.

A discussão a respeito das novas tecnologias arquivísticas colocada por parte literatura é uma discussão essencialmente antiga e deve ser considerado como ultrapassado em alguns aspectos. Em detrimento da ideia de ruptura apontada por ela, pode-se colocar a ideia de transformações contínuas que vão ocorrendo ao longo do tempo, isso pode facilitar a compreensão do contexto nacional e a construção de sua história de maneira mais específica. Existe um desnível temporal discussões e abordagens, provavelmente causado pela demasiada utilização de teóricos advindos de outros contextos e outros períodos históricos, exemplo de Dollar, que trata das tecnologias em seu contexto, apesar da pretensão de universalização carregada em seu discurso.

Apesar da relação direta que o Conarq mantém com o INTERPARES e conseqüentemente com Luciana Duranti, através da CTDE e do próprio plenário, a perspectiva informacional dos arquivos tem maior predomínio no decorrer das discussões, mesmo que não seja feita menção a teóricos que trabalham em uma linha de pensamento mais próxima dessas perspectivas. É como se as duas perspectivas se apresentassem como parte de um mesmo contexto, e variasse de acordo com a necessidade do discurso.

A mudança terminológica apresentada na análise da CTDE não necessariamente é refratada de maneira mais radical nos desdobramentos das ações do CONARQ que envolvem outros órgãos, justamente pelo fato de não existir um reconhecimento de sua relevância. A ausência do CONARQ nas discussões referentes à elaboração do Livro Verde da Sociedade da

Informação (diferente do Livro Verde de Portugal, onde os arquivos são colocados) contribui para embasar este argumento. Sendo assim, o Conselho não é visto pelos órgãos que o cercam como tendo relevância política.

Observando as questões políticas, é possível notar uma falta de comunicação existente entre o CONARQ e os próprios setores relacionados ao Governo, isso implica um contexto de instabilidade e falta de entrosamento na execução das ações. Além disso, literatura Brasileira da área apresenta uma forte influência dos contextos de outros países em seu delineamento histórico. Isso faz com que a área perca o foco na produção de teorias voltadas para a nossa realidade e passe a discutir muitas vezes questões de períodos e contextos históricos distintos. Contribuído para o desenvolvimento de nichos de pesquisa dentro das comunidades acadêmicas que discutam temáticas relacionadas tecnologias, sem que necessariamente os conhecimentos sejam contextualizados.

Sendo assim, as tecnologias não se configuram como a variável determinante no processo de estabelecimento de um novo cenário. Até o momento, o que parece estar exposto é o contrário disso, ou seja, os novos cenários acabam por se estabelecerem a partir de construções anteriores, de interesse ou não na implementação da tecnologia para a modernização dos arquivos.

A política configura um campo interessante de esclarecimento para alguns aspectos das construções teóricas e da representatividade. A escolha a respeito dos fatos que as pessoas vão lembrar ou esquecer, ou melhor, de quais fatos elas devem se recordar e a partir daí, construir suas perspectivas de mundo, mantêm uma ligação íntima com a política de arquivos eleita para o projeto da nação e conseqüentemente seus desdobramentos na sociedade.

O Conselho parece estar alienado em relação ao Governo, como uma espécie de corpo estranho que não gera interferência nas atividades, não apresentando influência significativa em projetos como o da Sociedade da Informação. Não foram encontrados registros de discussões a respeito do Livro Verde, tampouco do projeto SOCINFO no âmbito da CTDE.

O Conselho não esteve em posição de protagonismo em diversos momentos da história, não por ter deixado de aproveitar as oportunidades para seu destaque, mas sim pelo fato da oportunidade nunca ter aparecido de maneira clara e organizada. Não houve uma proposta necessariamente voltada aos interesses do projeto SOCINFO que considerasse o conselho e os arquivos como parte estratégica fundamental deste processo, por exemplo. O conselho permanece em uma espécie de zona nebulosa, onde é extremamente difícil perceber como as coisas estão acontecendo.

O contexto gera uma estagnação política e faz com que o movimento de solução seja inviabilizado de alguma maneira. Os campos de atenção são diversos e a informação não consegue circular de uma maneira efetiva dentre os órgãos, deixando lacunas das quais sempre se busca gerar uma justificativa para essa estagnação. Uma maneira de trabalho, que contribui para que as coisas sempre se mantenham no mesmo lugar apesar de toda a produção, pois, o fundamental acaba nunca sendo atingindo de maneira pública, dentro do processo democrático.

Por fim, identificam-se as dificuldades referentes não apenas às novas tecnologias voltadas para arquivos em âmbito nacional, mas, antes disso, foram identificados problemas políticos que acarretam esses outros problemas institucionais. A falta de comunicação do CONARQ com os próprios órgãos do governo demonstra o contexto de instabilidade no qual o Conselho encontra-se inserido. Sendo que ele deveria ser visto pelas hierarquias mais altas como parte fundamental e estratégica, dentro de um projeto de nação, ou melhor, deveria ser parte orgânica dessas hierarquias. É possível perceber que uma escolha política pode desencadear uma série de ações e posturas que direta ou indiretamente podem acabar por transformar possíveis avanços em retrocessos.

8 CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

A pesquisa configurou-se como um amplo campo de discussão, onde a temática proposta pôde ser abordada em diferentes dimensões, na literatura e nas atas do CONARQ e da CTDE. Foram identificados pontos de reflexão que se relacionam com as novas tecnologias voltadas aos arquivos, a literatura da Arquivologia e, de maneira mais ampla, relações políticas e sociais que atravessam os arquivos brasileiros. Ao longo das análises, antes mesmo dos resultados e da presente conclusão, algumas considerações e reflexões já foram feitas. Logo, esta pesquisa configurou-se como um ambiente onde a crítica e a reflexão estão totalmente presentes.

Buscou-se trazer, através da epistemologia, uma contribuição com a área da Arquivologia e da Ciência da Informação (tendo as duas áreas como relacionadas) na formulação de um olhar cuidadoso e sensível, para que tenha em si, a percepção de que é fundamental promover uma articulação profunda e contínua com a sociedade. Assim será possível produzir embasamento necessário para compreender o arquivo como um equipamento social e cultural complexo inserida no campo social como parte integradora, superando a ideia de enxergá-lo unicamente como um serviço ao cidadão.

A discussão a respeito dos paradigmas é uma discussão fundamentalmente antiga e ela mantém uma relação direta com as discussões ligadas aos avanços das tecnologias que envolvem os arquivos, contudo, ao utilizar a teoria paradigmática como maneira de revisitar a história da Arquivologia, é possível que descuidos, possam contribuir para a produção de anacronismos. É como se o pensamento e a produção de conhecimento fossem alterados de maneira drástica, a partir do momento em que novas estruturas externas são colocadas no ambiente de produção aos quais a pesquisa está direcionada. Contudo, a existência uma cisão epistêmica, não necessariamente indica uma cisão das práticas relacionadas a um determinado contexto de arquivo.

A política pode ser uma via de interlocução entre a epistemologia e os ambientes pragmáticos. Os contextos devem ser convergentes no sentido de proporcionar um processo rico onde grande parte do conhecimento produzido possa de fato penetrar mais amplamente os meios de discussão e conseqüentemente serem aplicados nas políticas públicas arquivísticas. Assim fazendo com que as teorias sejam construídas a partir das realidades e passem a caminhar no sentido de contribuir para a sua construção.

Nesta pesquisa, foi apresentado um contraponto a partir do qual se torna necessário insistir na ideia de que, de um lado, observando pontos específicos, tendo o Brasil como

referência, a tecnologia não se configura como um imperativo responsável pelo desencadeamento de uma série de transformações políticas destinadas a resolver problemas localizados. A política sim, esta é o local no qual as escolhas são feitas ou nada é efetivamente escolhido, o que já configuraria uma escolha. O fato do Ministério da Ciência e Tecnologia não ter convidado representantes dos arquivos para discutir o Livro Verde durante sua produção é um exemplo emblemático de como o AN é visto pelo Governo, ou melhor, como ele é ignorado.

Utilizando uma imagem para ilustrar o pensamento anterior, é como se existisse uma sala de controle, onde pessoas apertam botões para que tarefas sejam executadas do lado de fora, e existisse uma segunda sala, acima, onde outras pessoas apertam botões que controlam a escolha dos botões feita pelas pessoas na primeira sala sem que elas saibam. Isso implica dizer que as decisões apenas parecem estar vindo do seu local de origem, ou seja, pensar políticas para um arquivo só pode funcionar se políticas sociais forem pensadas para os arquivos. Políticas que não apenas garantam a salvaguarda dos acervos, mas sim, que tenham esse interesse como parte fundamental do processo de construção social. Para isso, é necessário pensar em um projeto de nação que abarque essas estruturas, respeitando o direito de informação do cidadão, contribuindo para alterar estágios da vida humana na sociedade.

Em um país onde a educação configura espaço de privilégio, fica cada vez mais difícil compreender que uma Sociedade da informação não pode ser construída de cima para baixo, ignorando as especificidades de cada local. Dos arquivos dos Estados e dos Municípios, relacionando as dificuldades que as pessoas em situação de vulnerabilidade social lida com as novas tecnologias ou terem as mínimas condições para compreender porque um arquivo é fundamental ao exercício de uma democracia saudável.

Colocar computadores para que a população tenha acesso é apenas parte de um processo onde a ideia fundamental é fazer com o que o cidadão seja parte interessada no processo de construção da nação. Contudo, um conjunto de necessidades fundamentais precisam ser supridas até que seja possível atingir esse objetivo, a construção da nação requer um pensamento prévio, executado na sala principal, com a anuência dos que estejam fora da sala, esperando pela melhoria.

As atas do CONARQ configuram um material extremamente fecundo para a pesquisa em áreas que tenha interesse em explorar temáticas ligadas aos arquivos. Para a Arquivologia, diversos recortes de pesquisa podem ser feitos para temáticas diversas fornecendo um grande potencial de investigação. Podendo gerar muitos frutos para a área como combustível para a reflexão para a ação. É possível também conversar com os próprios conselheiros no intuito de

compreender através dos seus discursos deslocados do tempo/espço das reuniões do plenário, assim também, como outras câmaras técnicas podem ser objeto de diversas investigações.

Dito isso, pensando nos desdobramentos e nas projeções possíveis para a continuidade de investigações que busquem compreender (no Brasil) os processos de transformação ocorridos nos arquivos, é fundamental pensar em uma Arquivologia nacional que esteja preocupada em contemplar as complexidades dos arquivos brasileiros, por mais difícil que pareça. E para isso é necessário enfrentar problemas reais que datam de muito tempo, que foram enraizados e continuam interferindo na atualidade. Não é possível pensar os arquivos sem pensar na estrutura social que o reflete (vice-versa), e se ele, o arquivo não está em boas condições, esse certamente é um indicativo de que a sociedade ao qual ele reflete também não está, ou não o reconhece.

Por fim, recomenda-se mais uma vez³ a necessidade de realizar pesquisas de campo que possam produzir informações sobre as realidades de arquivo de maneira mais específica e localizada. Possibilitando assim, um contraponto à ideia de uma Arquivologia que aparentemente está na porta da frente, apresentando-se como uma ciência construída, contudo, mais do que nunca, neste cenário, é preciso compreender a necessidade de adentrar continuamente pela porta de trás, pela porta de uma Ciência em vias construção.

³ Dentre os apontamentos conclusivos do Trabalho de conclusão de curso de Graduação em Arquivologia defendido em 2016 pelo autor foi indicada a necessidade de realizar pesquisas de campo no intuito de acompanhar realidades de arquivo em relação as teorias novo-paradigmáticas.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232p.; 30cm. – Publicações Técnicas; nº 51.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2010.

BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. Sociedade da informação no Brasil: **Livro Verde**. Organizado por Tadao Takahashi. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000.

_____. Ministério da Ciência e Tecnologia. **Livro branco: ciência, tecnologia e inovação**. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2002.

_____. Ministério da Defesa. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília: Ministério da Defesa, 2012.

_____. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Diário Oficial da União [da] República Federativa do Brasil. Brasília, v. 130, n. 91, p.6030, maio 1992. Seção I. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19610.htm> Acesso em: 29 de fevereiro de 2017.

_____. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 5.433, de 8 de maio de 1968**. Regula a microfilmagem de documentos oficiais e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5433.htm> Acesso em: 30 de novembro de 2017.

_____. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. - Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm> Acesso em: 30 de novembro de 2017.

_____. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 4.073, de 3 de janeiro de 2002**. - Regulamenta a Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4073.htm> Acesso em: 30 de novembro de 2017.

CALDERON, Wilmara Rodrigues. **O arquivo e a informação arquivística**: da literatura científica à prática pedagógica no Brasil. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.

CÂMARA TÉCNICA DE DOCUMENTOS ELETRONICOS, CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil), Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Ata da Reunião em 21 de maio de 2003**. Disponível em: <<http://conarq.arquivonacional.gov.br/documentos-eletronicos-ctde/atas-das-reunioes.html>> Acesso em: 20 de março de 2018.

_____, Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Ata da Reunião em 30 de junho de 2003**. Disponível em: <<http://conarq.arquivonacional.gov.br/documentos-eletronicos-ctde/atas-das-reunioes.html>> Acesso em: 20 de março de 2018.

_____, Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Ata da Reunião em 15 de agosto de 2003**. Disponível em: <<http://conarq.arquivonacional.gov.br/documentos-eletronicos-ctde/atas-das-reunioes.html>> Acesso em: 20 de março de 2018.

_____, Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Ata da Reunião em 24 e 25 de setembro de 2003**. Disponível em: <<http://conarq.arquivonacional.gov.br/documentos-eletronicos-ctde/atas-das-reunioes.html>> Acesso em: 20 de março de 2018.

_____, Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Ata da Reunião em 17 e 18 de novembro de 2003**. Disponível em: <<http://conarq.arquivonacional.gov.br/documentos-eletronicos-ctde/atas-das-reunioes.html>> Acesso em: 20 de março de 2018.

_____, Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Ata da Reunião em 11, 12 e 13 de fevereiro de 2004**. Disponível em: <<http://conarq.arquivonacional.gov.br/documentos-eletronicos-ctde/atas-das-reunioes.html>> Acesso em: 20 de março de 2018.

_____, Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Ata da Reunião em 17 de março de 2004**. Disponível em: <<http://conarq.arquivonacional.gov.br/documentos-eletronicos-ctde/atas-das-reunioes.html>> Acesso em: 20 de março de 2018.

_____, Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Ata da Reunião em 26 de abril de 2004**. Disponível em: <<http://conarq.arquivonacional.gov.br/documentos-eletronicos-ctde/atas-das-reunioes.html>> Acesso em: 20 de março de 2018.

_____, Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Ata da Reunião em 24 e 25 de maio de 2004**. Disponível em: <<http://conarq.arquivonacional.gov.br/documentos-eletronicos-ctde/atas-das-reunioes.html>> Acesso em: 20 de março de 2018.

_____, Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Ata da Reunião em 13 de julho de 2004**. Disponível em: <<http://conarq.arquivonacional.gov.br/documentos-eletronicos-ctde/atas-das-reunioes.html>> Acesso em: 20 de março de 2018.

_____, Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Ata da Reunião em 29 de setembro de 2004**. Disponível em: <<http://conarq.arquivonacional.gov.br/documentos-eletronicos-ctde/atas-das-reunioes.html>> Acesso em: 20 de março de 2018.

_____, Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Ata da Reunião em 04 e 05 de novembro de 2004**. Disponível em: <<http://conarq.arquivonacional.gov.br/documentos-eletronicos-ctde/atas-das-reunioes.html>> Acesso em: 20 de março de 2018.

_____, Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Ata da Reunião em 23 de março de 2005**. Disponível em: <<http://conarq.arquivonacional.gov.br/documentos-eletronicos-ctde/atas-das-reunioes.html>> Acesso em: 20 de março de 2018.

_____, Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Ata da Reunião em 31 de maio e 01 de junho de 2005**. Disponível em: <<http://conarq.arquivonacional.gov.br/documentos-eletronicos-ctde/atas-das-reunioes.html>> Acesso em: 20 de março de 2018.

_____, Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Ata da Reunião em 12 e 13 de julho de 2005**. Disponível em: <<http://conarq.arquivonacional.gov.br/documentos-eletronicos-ctde/atas-das-reunioes.html>> Acesso em: 20 de março de 2018.

_____, Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Ata da Reunião em 29 e 30 de setembro de 2005**. Disponível em: <<http://conarq.arquivonacional.gov.br/documentos-eletronicos-ctde/atas-das-reunioes.html>> Acesso em: 20 de março de 2018.

_____, Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Ata da Reunião em 30 de novembro, 01 e 02 de dezembro de 2005**. Disponível em: <<http://conarq.arquivonacional.gov.br/documentos-eletronicos-ctde/atas-das-reunioes.html>> Acesso em: 20 de março de 2018.

_____, Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Ata da Reunião em 12 e 13 de abril de 2006**. Disponível em: <<http://conarq.arquivonacional.gov.br/documentos-eletronicos-ctde/atas-das-reunioes.html>> Acesso em: 20 de março de 2018.

_____, Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Ata da Reunião em 21, 22 e 23 de junho de 2006**. Disponível em: <<http://conarq.arquivonacional.gov.br/documentos-eletronicos-ctde/atas-das-reunioes.html>> Acesso em: 20 de março de 2018.

_____, Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Ata da Reunião em 24 e 25 de agosto de 2006**. Disponível em: <<http://conarq.arquivonacional.gov.br/documentos-eletronicos-ctde/atas-das-reunioes.html>> Acesso em: 20 de março de 2018.

_____, Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Ata da Reunião em 29 e 30 de novembro de 2006**. Disponível em: <<http://conarq.arquivonacional.gov.br/documentos-eletronicos-ctde/atas-das-reunioes.html>> Acesso em: 20 de março de 2018.

_____, Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Ata da Reunião em 02 e 03 de abril de 2007**. Disponível em: <<http://conarq.arquivonacional.gov.br/documentos-eletronicos-ctde/atas-das-reunioes.html>> Acesso em: 20 de março de 2018.

_____, Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Ata da Reunião em 28 e 29 de junho de 2007**. Disponível em: <<http://conarq.arquivonacional.gov.br/documentos-eletronicos-ctde/atas-das-reunioes.html>> Acesso em: 20 de março de 2018.

_____, Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Ata da Reunião em 05 e 06 de setembro de 2007**. Disponível em: <<http://conarq.arquivonacional.gov.br/documentos-eletronicos-ctde/atas-das-reunioes.html>> Acesso em: 20 de março de 2018.

_____, Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Ata da Reunião em 22 e 23 de novembro de 2007**. Disponível em: <<http://conarq.arquivonacional.gov.br/documentos-eletronicos-ctde/atas-das-reunioes.html>> Acesso em: 20 de março de 2018.

_____, Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Ata da Reunião em 05 e 06 de março de 2008**. Disponível em: <<http://conarq.arquivonacional.gov.br/documentos-eletronicos-ctde/atas-das-reunioes.html>> Acesso em: 20 de março de 2018.

_____, Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Ata da Reunião em 19 e 20 de junho de 2008**. Disponível em: <<http://conarq.arquivonacional.gov.br/documentos-eletronicos-ctde/atas-das-reunioes.html>> Acesso em: 20 de março de 2018.

_____, Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Ata da Reunião em 11 e 12 de setembro de 2008**. Disponível em: <<http://conarq.arquivonacional.gov.br/documentos-eletronicos-ctde/atas-das-reunioes.html>> Acesso em: 20 de março de 2018.

_____, Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Ata da Reunião em 30 e 31 de outubro de 2008**. Disponível em: <<http://conarq.arquivonacional.gov.br/documentos-eletronicos-ctde/atas-das-reunioes.html>> Acesso em: 20 de março de 2018.

_____, Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Ata da Reunião em 12 e 13 de março de 2009**. Disponível em: <<http://conarq.arquivonacional.gov.br/documentos-eletronicos-ctde/atas-das-reunioes.html>> Acesso em: 20 de março de 2018.

_____, Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Ata da Reunião em 29 e 30 de junho de 2009**. Disponível em: <<http://conarq.arquivonacional.gov.br/documentos-eletronicos-ctde/atas-das-reunioes.html>> Acesso em: 20 de março de 2018.

_____, Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Ata da Reunião em 31 de agosto e 01 de setembro de 2009**. Disponível em: <<http://conarq.arquivonacional.gov.br/documentos-eletronicos-ctde/atas-das-reunioes.html>> Acesso em: 20 de março de 2018.

_____, Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Ata da Reunião em 01 e 02 de março de 2010**. Disponível em: <<http://conarq.arquivonacional.gov.br/documentos-eletronicos-ctde/atas-das-reunioes.html>> Acesso em: 20 de março de 2018.

_____, Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Ata da Reunião em 17 e 18 de junho de 2010**. Disponível em: <<http://conarq.arquivonacional.gov.br/documentos-eletronicos-ctde/atas-das-reunioes.html>> Acesso em: 20 de março de 2018.

_____, Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Ata da Reunião em 18 e 19 de novembro de 2010**. Disponível em: <<http://conarq.arquivonacional.gov.br/documentos-eletronicos-ctde/atas-das-reunioes.html>> Acesso em: 20 de março de 2018.

_____, Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Ata da Reunião em 01 de abril de 2011**. Disponível em: <<http://conarq.arquivonacional.gov.br/documentos-eletronicos-ctde/atas-das-reunioes.html>> Acesso em: 20 de março de 2018.

_____, Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Ata da Reunião em 09 e 10 de junho de 2011**. Disponível em: <<http://conarq.arquivonacional.gov.br/documentos-eletronicos-ctde/atas-das-reunioes.html>> Acesso em: 20 de março de 2018.

CÂMARA TÉCNICA DE DOCUMENTOS ELETRONICOS, CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil), Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Ata da Reunião em 15 e 16 de setembro de 2011**. Disponível em: <<http://conarq.arquivonacional.gov.br/documentos-eletronicos-ctde/atas-das-reunioes.html>> Acesso em: 20 de março de 2018.

_____, Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Ata da Reunião em 1 e 2 de dezembro de 2011**. Disponível em: <<http://conarq.arquivonacional.gov.br/documentos-eletronicos-ctde/atas-das-reunioes.html>> Acesso em: 20 de março de 2018.

_____, Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Ata da Reunião em 19, 20 e 21 de março de 2012.** Disponível em: <<http://conarq.arquivonacional.gov.br/documentos-eletronicos-ctde/atas-das-reunioes.html>> Acesso em: 20 de março de 2018.

_____, Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Ata da Reunião em 02, 03 e 04 de julho de 2012.** Disponível em: <<http://conarq.arquivonacional.gov.br/documentos-eletronicos-ctde/atas-das-reunioes.html>> Acesso em: 20 de março de 2018.

_____, Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Ata da Reunião em 26, 27 e 28 de novembro de 2012.** Disponível em: <<http://conarq.arquivonacional.gov.br/documentos-eletronicos-ctde/atas-das-reunioes.html>> Acesso em: 20 de março de 2018.

_____, Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Ata da Reunião em 08 e 09 de abril de 2013.** Disponível em: <<http://conarq.arquivonacional.gov.br/documentos-eletronicos-ctde/atas-das-reunioes.html>> Acesso em: 20 de março de 2018.

_____, Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Ata da Reunião em 17 e 18 de junho de 2013.** Disponível em: <<http://conarq.arquivonacional.gov.br/documentos-eletronicos-ctde/atas-das-reunioes.html>> Acesso em: 20 de março de 2018.

_____, Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Ata da Reunião em 11, 12 e 13 de setembro de 2013.** Disponível em: <<http://conarq.arquivonacional.gov.br/documentos-eletronicos-ctde/atas-das-reunioes.html>> Acesso em: 20 de março de 2018.

_____, Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Ata da Reunião em 25 e 26 de novembro de 2013.** Disponível em: <<http://conarq.arquivonacional.gov.br/documentos-eletronicos-ctde/atas-das-reunioes.html>> Acesso em: 20 de março de 2018.

_____, Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Ata da Reunião em 10 e 11 de abril de 2014.** Disponível em: <<http://conarq.arquivonacional.gov.br/documentos-eletronicos-ctde/atas-das-reunioes.html>> Acesso em: 20 de março de 2018.

_____, Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Ata da Reunião em 25 e 26 de setembro de 2014.** Disponível em: <<http://conarq.arquivonacional.gov.br/documentos-eletronicos-ctde/atas-das-reunioes.html>> Acesso em: 20 de março de 2018.

_____, Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Ata da Reunião em 1º de dezembro de 2014.** Disponível em: <<http://conarq.arquivonacional.gov.br/documentos-eletronicos-ctde/atas-das-reunioes.html>> Acesso em: 20 de março de 2018.

_____, Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Ata da Reunião em 12 e 13 de março de 2015**. Disponível em: <<http://conarq.arquivonacional.gov.br/documentos-eletronicos-ctde/atas-das-reunioes.html>> Acesso em: 20 de março de 2018.

_____, Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Ata da Reunião em 11 e 12 de junho de 2015**. Disponível em: <<http://conarq.arquivonacional.gov.br/documentos-eletronicos-ctde/atas-das-reunioes.html>> Acesso em: 20 de março de 2018.

_____, Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Ata da Reunião em 28 e 29 de setembro de 2015**. Disponível em: <<http://conarq.arquivonacional.gov.br/documentos-eletronicos-ctde/atas-das-reunioes.html>> Acesso em: 20 de março de 2018.

_____, Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Ata da Reunião em 25 de novembro de 2015**. Disponível em: <<http://conarq.arquivonacional.gov.br/documentos-eletronicos-ctde/atas-das-reunioes.html>> Acesso em: 20 de março de 2018.

_____, Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Ata da Reunião em 12 e 13 de maio de 2016**. Disponível em: <<http://conarq.arquivonacional.gov.br/documentos-eletronicos-ctde/atas-das-reunioes.html>> Acesso em: 20 de março de 2018.

_____, Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Ata da Reunião em 26 e 27 de setembro de 2016**. Disponível em: <<http://conarq.arquivonacional.gov.br/documentos-eletronicos-ctde/atas-das-reunioes.html>> Acesso em: 20 de março de 2018.

_____, Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Ata da Reunião em 29 e 30 de novembro de 2016**. Disponível em: <<http://conarq.arquivonacional.gov.br/documentos-eletronicos-ctde/atas-das-reunioes.html>> Acesso em: 20 de março de 2018.

_____, Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Ata da Reunião em 27 e 28 de março de 2017**. Disponível em: <<http://conarq.arquivonacional.gov.br/documentos-eletronicos-ctde/atas-das-reunioes.html>> Acesso em: 20 de março de 2018.

_____, Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Ata da Reunião em 28 e 29 de junho de 2017**. Disponível em: <<http://conarq.arquivonacional.gov.br/documentos-eletronicos-ctde/atas-das-reunioes.html>> Acesso em: 20 de março de 2018

_____, Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Ata da Reunião em 05 e 06 de outubro de 2017**. Disponível em: <<http://conarq.arquivonacional.gov.br/documentos-eletronicos-ctde/atas-das-reunioes.html>> Acesso em: 20 de março de 2018.

_____, Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Ata da Reunião em 21 e 22 de novembro de 2017**. Disponível em: <<http://conarq.arquivonacional.gov.br/documentos-eletronicos-ctde/atas-das-reunioes.html>> Acesso em: 20 de março de 2018.

CAPURRO, Rafael. Epistemologia e ciência da informação. In: V ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003. Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação da UFMG, 2003.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

HIMANEN, Pekka. Desafios Globais da Sociedade de Informação. In: CASTELLS, Manuel; CARDOSO, Gustavo (Orgs.). **A Sociedade em Rede: do conhecimento à ação política** - Conferência promovida pelo Presidente da República. Conferência Centro Cultural de Belém. Portugal: Imprensa Nacional: Casa da Moeda 2006

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil), Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Ata da 1ª reunião Plenária Ordinária do Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ**. Realizada em 15 de dezembro de 1994. Disponível em: <<http://conarq.arquivonacional.gov.br/reunioes-plenarias.html>> Acesso em: 20 de março de 2018.

_____, Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Ata da 2ª reunião Plenária Ordinária do Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ**. Realizada em 05 de maio de 1995. Disponível em: <<http://conarq.arquivonacional.gov.br/reunioes-plenarias.html>> Acesso em: 20 de março de 2018.

_____, Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Ata da 3ª reunião Plenária Ordinária do Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ**. Realizada em 27 de setembro de 1995. Disponível em: <<http://conarq.arquivonacional.gov.br/reunioes-plenarias.html>> Acesso em: 20 de março de 2018.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil), Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Ata da 4ª reunião Plenária Ordinária do Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ**. Realizada em 14 de dezembro de 1995. Disponível em: <<http://conarq.arquivonacional.gov.br/reunioes-plenarias.html>> Acesso em: 20 de março de 2018.

_____, Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Ata da 5ª reunião Plenária Ordinária do Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ**. Realizada em 21 de maio de 1996. Disponível em: <<http://conarq.arquivonacional.gov.br/reunioes-plenarias.html>> Acesso em: 20 de março de 2018.

_____, Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Ata da 6ª reunião Plenária Ordinária do Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ**. Realizada em 22 de agosto de 1996. Disponível em: <<http://conarq.arquivonacional.gov.br/reunioes-plenarias.html>> Acesso em: 20 de março de 2018.

_____, Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Ata da 7ª reunião Plenária Ordinária do Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ**. Realizada em 28 de novembro de 1996. Disponível em: <<http://conarq.arquivonacional.gov.br/reunioes-plenarias.html>> Acesso em: 20 de março de 2018.

_____, Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Ata da 19ª reunião Plenária Ordinária do Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ**. Realizada em 18 de dezembro de 2000. Disponível em: <<http://conarq.arquivonacional.gov.br/reunioes-plenarias.html>> Acesso em: 20 de março de 2018.

_____, Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Ata da 20ª reunião Plenária Ordinária do Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ**. Realizada em 19 de dezembro de 2000. Disponível em: <<http://conarq.arquivonacional.gov.br/reunioes-plenarias.html>> Acesso em: 20 de março de 2018.

_____, Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Ata da 17ª reunião Plenária Ordinária do Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ**. Realizada em 10 de outubro de 2000. Disponível em: <<http://conarq.arquivonacional.gov.br/reunioes-plenarias.html>> Acesso em: 20 de março de 2018.

_____, Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Ata da 18ª reunião Plenária Ordinária do Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ**. Realizada em 11 de outubro de 2000. Disponível em: <<http://conarq.arquivonacional.gov.br/reunioes-plenarias.html>> Acesso em: 20 de março de 2018.

_____, Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Ata da 19ª reunião Plenária Ordinária do Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ**. Realizada em 18 de dezembro de 2000. Disponível em: <<http://conarq.arquivonacional.gov.br/reunioes-plenarias.html>> Acesso em: 20 de março de 2018.

_____, Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Ata da 20ª reunião Plenária Ordinária do Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ**. Realizada em 19 de dezembro de 2000. Disponível em: <<http://conarq.arquivonacional.gov.br/reunioes-plenarias.html>> Acesso em: 20 de março de 2018.

_____, Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Ata da 21ª reunião Plenária Ordinária do Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ**. Realizada em 11 de junho

de2001. Disponível em: <<http://conarq.arquivonacional.gov.br/reunioes-plenarias.html>>
Acesso em: 20 de março de 2018.

_____, Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Ata da 22ª reunião Plenária Ordinária do Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ**. Realizada em 12 de junho de2001. Disponível em: <<http://conarq.arquivonacional.gov.br/reunioes-plenarias.html>>
Acesso em: 20 de março de 2018.

_____, Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Ata da 23ª reunião Plenária Ordinária do Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ**. Realizada em 10 de dezembro de2001. Disponível em: <<http://conarq.arquivonacional.gov.br/reunioes-plenarias.html>>
Acesso em: 20 de março de 2018.

_____, Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Ata da 24ª reunião Plenária Ordinária do Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ**. Realizada em 11 de dezembro de2001. Disponível em: <<http://conarq.arquivonacional.gov.br/reunioes-plenarias.html>>
Acesso em: 20 de março de 2018.

_____, Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Ata da 83ª reunião Plenária Ordinária do Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ**. Realizada em 08 de março de2016. Disponível em: <<http://conarq.arquivonacional.gov.br/reunioes-plenarias.html>>
Acesso em: 20 de março de 2018.

_____, Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Ata da 84ª reunião Plenária Ordinária do Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ**. Realizada em 09 de março de2016. Disponível em: <<http://conarq.arquivonacional.gov.br/reunioes-plenarias.html>>
Acesso em: 20 de março de 2018.

_____, Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Ata da 85ª reunião Plenária Ordinária do Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ**. Realizada em 30 de novembro de 2016. Disponível em: <<http://conarq.arquivonacional.gov.br/reunioes-plenarias.html>>
Acesso em: 20 de março de 2018.

_____, Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Ata da 86ª reunião Plenária Ordinária do Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ**. Realizada em 01 de dezembro de 2016. Disponível em: <<http://conarq.arquivonacional.gov.br/reunioes-plenarias.html>>
Acesso em: 20 de março de 2018.

_____, Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Ata da 87ª reunião Plenária Ordinária do Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ**. Realizada em 19 de setembro de 2017. Disponível em: <<http://conarq.arquivonacional.gov.br/reunioes-plenarias.html>>
Acesso em: 20 de março de 2018.

_____, Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Ata da 88ª reunião Plenária Ordinária do Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ**. Realizada em 20 de setembro de 2017. Disponível em: <<http://conarq.arquivonacional.gov.br/reunioes-plenarias.html>> Acesso em: 20 de março de 2018.

_____, Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Ata da 89ª reunião Plenária Ordinária do Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ**. Realizada em 12 de dezembro de 2017. Disponível em: <<http://conarq.arquivonacional.gov.br/reunioes-plenarias.html>> Acesso em: 20 de março de 2018.

_____, Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Ata da 90ª reunião Plenária Ordinária do Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ**. Realizada em 13 de dezembro de 2017. Disponível em: <<http://conarq.arquivonacional.gov.br/reunioes-plenarias.html>> Acesso em: 20 de março de 2018.

_____, Ministério da Justiça. **Portaria nº 2.588, de 24 de novembro de 2011**. Aprova o Regimento Interno do Conselho Nacional de Arquivos. Disponível em: <<http://conarq.gov.br/portarias-federais/145-portaria-n-2-588,-de-24-de-novembro-de-2011.html>> Acesso em: 30 de novembro de 2017.

COOK, Terry. **Arquivologia e Pós-modernismo**: novas formulações para velhos conceitos. *Informação Arquivística*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 123-148, jul./dez. 2012. Disponível em: <<http://www.aaerj.org.br/ojs/index.php/informacaoarquivistica/article/view/9>>. Acesso em: 2 fev. 2017.

COOK, Terry. **Electronic Records, Paper Minds**: The Revolution in Information Management and Archives in the Post-Custodial and Post-Modernist Era. *Archives & Social Studies*: A Journal of Interdisciplinary Research V. 1, March. 2007.

COOK, Terry. What is past is prologue: a history of archival ideas since 1898, and the future paradigm shift. *Archivaria*, Montreal, n. 43, p. 17-63, Spring 1997. Disponível em: <<http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/article/view/12175/13184>>. Acesso em: 9 mar. 2017.

CUNHA, Olivia. M. Gomes da. **Tempo imperfeito**: Uma etnografia do arquivo. *Mana*, Rio de Janeiro, v.10 n.2, out. 2004.

DELMAS, Bruno. **Arquivo & Administração**. Publicação oficial da associação dos arquivistas brasileiros. V. 12, Ed. Especial, 2012. Natalis de Wailly, os arquivos e erudição. Tradução de Natália Bolfarini Tognoli.

DESCARTES, René. **Discurso do método**. Porto Alegre: L&PM Editores, 2012.

DOLLAR, Charles. O impacto das tecnologias de informação sobre princípios e práticas de arquivos: algumas considerações. **Revista Acervo**, Rio de Janeiro, v. 7, n 1-2, p. 3-38, jan./dez. 1994.

DURANTI, Luciana. **Archives as a Place**. *Archives & Social Studies: A Journal of Interdisciplinary Research*. Vol. 1, no. 0 (March 2007) 2007.

FONSECA, Maria Odila. **Arquivologia e Ciência da Informação**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.

GONSALVES, Elisa Pereira. **Iniciação à pesquisa científica**. Campinas: Alínea, 2001.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

JENKINSON, Hilary. **A manual os archive administration**. London: Percy lund, Humphries & CO LTD. 1922. Disponível em:<<https://archive.org/details/manualofarchivea00iljenk/page/n>> Acesso em: 04 de março de 2018.

JARDIM, José Maria. **A implantação da lei de acesso à informação pública e a gestão da informação arquivística governamental**. Liinc em Revista, Rio de Janeiro, v.9, n.2, p. 383-405, novembro 2013.

JARDIM, José Maria. **Diversidade arquivística e políticas de arquivos**. PontodeAcesso, Salvador, v. 3, n. 1, p. 46-59, abr. 2009.

JARDIM, José Maria. A Pesquisa em Arquivologia: um Cenário em Construção. Capítulo 7. p. 135-152. In: VALENTIM, Marta Lígia Pomim (org.). *Estudos avançados em Arquivologia*. Marília, Oficina Universitária, São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. 318 p.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. 11. Ed. Tradução Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. São Paulo: Perspectiva, 2011.

LATOUR, Bruno. **Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora**. São Paulo: Ed. UNESP, 2011.

LATOUR, Bruno. **Reagregando o Social**. São Paulo: EDUSC, 2012.

LOPES, Luis Carlos. **A quadratura do círculo: a informação e algumas questões arquivísticas brasileiras**. Ci. Inf., Brasília, v. 23, n. 3, p. 359-362, set/dez. 1994.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. Verbete SocInfo (Programa Sociedade da Informação). **Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil**. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<https://www.educabrazil.com.br/socinfo-programa-sociedade-da-informacao-2/>>. Acesso em: 18 de out. 2018.

PORTUGAL. Ministério da Ciência e da Tecnologia. Missão para a Sociedade da Informação. **Livro verde para a Sociedade da Informação em Portugal** / Missão para a Sociedade da Informação. - Dados textuais. - Lisboa: M.S.I., D.L. 1997.

RIBEIRO, Fernanda. A Arquivística como disciplina aplicada no campo da Ciência da Informação. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 1, n. 1, p. 59-73, jan./jun. 2011.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho da; ECKERT, Cornelia. Etnografia: Saberes e Práticas. **Illuminuras**, Porto Alegre, v. 9, n. 21, 2008.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SCHELLENBERG, Theodor Roosevelt. Problemas arquivísticos do governo brasileiro. **Acervo**, rio de janeiro, v. 28, n. 2, p. 287-300, jul./dez. 2015 – p. 291.

SCHELLENBERG, T.R. **Arquivos modernos: Princípios e técnicas**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

SCHMIDT, Clarissa Moreira dos Santos. Entre o documento de arquivo e a informação arquivística: reflexões acerca do objeto científico da Arquivologia. XIV Encontro nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XIV ENANCIB, Santa Catarina - UFSC, **Anais...**, 2013.

SCHMIDT, Clarissa Moreira dos Santos; SMIT, Johanna W. De marcos teóricos fundamentais à abordagens contemporâneas da Arquivística: Algumas considerações. In: XV Encontro nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XV ENANCIB, Belo Horizonte – ECI/UFMG, **Anais...**, 2014.

SCHMIDT, Clarissa Moreira dos Santos. **Arquivologia e a construção do seu objeto científico: concepções, trajetórias, contextualização**. 2012. 320f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Orientadora: Profa. Dra. Johanna W. Smit.

SILVA, Eliezer Pires da. O conceito de informação arquivística. XI Encontro nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XI ENANCIB, Rio de Janeiro, **Anais...**, 2010.

SLOTERDIJK, Peter, **Regras para o parque humano: uma resposta à carta de Heidegger sobre o humanismo**. São Paulo: Estação Liberdade, 2000

Outras obras consultadas:

FARIA, Wadson Silva. **A normalização dos instrumentos de gestão arquivística no Brasil: um estudo da influência das Resoluções do Conarq na organização dos arquivos da Justiça Eleitoral Brasileira**. 2006. 146 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)- Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

Sites consultados:

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Disponível em: <<http://conarq.arquivonacional.gov.br/>>. Acesso em: 20 de março de 2018.

INTERPARES. Disponível em: <<http://www.interpares.org/>>. Acesso em: 18 de maio de 2018.

INTERPARESTRUST. Disponível em: <<https://interparestrust.org/>>. Acesso em: 18 de maio de 2018.

ANEXO – Censo de arquivos brasileiros: públicos e privados

BASE DE DADOS CENSO DE ARQUIVOS BRASILEIROS: PÚBLICOS E PRIVADOS

ANTECEDENTES

O Arquivo Nacional sempre cogitou a realização e a difusão de um recenseamento dos arquivos brasileiros públicos e privados. As iniciativas neste sentido foram muitas, sem contudo, alcançarem plenamente este objetivo. Dentre essas iniciativas destacam-se, na década de 1970, as ações do Exército Brasileiro e o Projeto Rondon na promoção de levantamentos da situação dos arquivos do país.

As décadas de 1980 e 1990 foram marcadas por diversas experiências, em vários pontos do país, de trabalhos de cadastramento de instituições e seus acervos. São exemplos: o Guia Preliminar de Arquivos Estaduais e o Diagnóstico da Situação dos Arquivos do Governo Estado de São Paulo (Arquivo do Estado de São Paulo, 1987), o Guia de Fundos Documentais do Setor de Energia Elétrica (Centro de Memória da Eletricidade no Brasil, 1987), o Guia Brasileiro de Fontes para a História da África, da Escravidão Negra e do Negro na Sociedade Atual (Arquivo Nacional, 1988), o Cadastro Nacional de Arquivos Federais (Arquivo Nacional, 1990), o Guia de Fontes Arquivísticas para a História da Mineração no Brasil - 1889/1990 (Companhia Vale do Rio Doce, 1993), entre outros.

Cabe, entretanto, frisar que essas foram iniciativas limitadas, envolvendo levantamentos locais e regionais, de uma dada esfera governamental, de uma temática específica e abrangendo arquivos de gestão (correntes/intermediários) ou arquivos permanentes. Em 1989, o Arquivo Nacional pretendeu realizar o Guia de Arquivos Brasileiros, projeto não concretizado em razão das transformações ocorridas na sociedade brasileira na década de 1990.

A realização do *Censo de Arquivos Brasileiros: públicos e privados* é uma das ações recomendadas na Iª Mesa Redonda Nacional de Arquivos, evento promovido em julho de 1999 pelo Conselho Nacional de Arquivos-CONARQ, pelo Banco Mundial e pela Organização dos Estados Americanos-OEA, que teve por objetivo a definição de um plano diretor para a modernização das instituições arquivísticas brasileiras, e o estímulo às agências de fomento nacionais e internacionais no patrocínio de projetos na área arquivística.

Seu objetivo é a reunião de informações quantitativas e qualitativas sobre a situação dos arquivos e seus acervos permitindo a formulação de políticas de organização, preservação, avaliação, acesso, capacitação de profissionais, bem como sugerindo investimentos operacionais mínimos que viabilizem a implementação dessas políticas.

Estão sendo recenseadas, prioritariamente, as instituições arquivísticas públicas e privadas, os arquivos da administração direta e indireta do Poder Executivo e, também, os arquivos dos Poderes Legislativo e Judiciário, nas esferas federal, estadual, do Distrito Federal e municipal, e os arquivos da igreja católica em nível de diocese. Esses últimos estão sendo privilegiados em razão de sua antiguidade e de seu histórico de vinculação ao Estado.

O recenseamento dos arquivos privados das empresas, instituições culturais, entidades de classe, cartórios, instituições religiosas ou arquivos pessoais é desejável, desde que seja possível, o acesso por pesquisadores a esses acervos.

Os dados coletados referem-se, basicamente, às características dos produtores/acumuladores, tais como natureza jurídico-administrativa, infra-estrutura e histórico de constituição. Também estão sendo levantadas informações sobre os procedimentos de gestão de documentos e sobre o acervo de valor permanente.

AGRADECIMENTOS

A concretização da primeira fase do projeto *Censo de Arquivos Brasileiros: públicos e privados* deve-se a um trabalho coletivo em que pessoas e instituições colaboraram de formas diferentes, mas deixaram a marca de sua importante participação.

Jaime Antunes da Silva, Diretor-Geral do Arquivo Nacional, divulgou e conscientizou os participantes da Mesa Redonda Internacional de Arquivos da importância deste Projeto.

Conselho Nacional de Arquivos elaborou a primeira minuta do Projeto.

Ministério da Educação, Cultura e Desporto da Espanha acreditou na importância do Projeto e vem fornecendo os recursos financeiros necessários ao desenvolvimento do Projeto Piloto, na cidade do Rio de Janeiro.

Associação Cultural do Arquivo Nacional responsável pela administração dos recursos financeiros.

Instituições recenseadas e seus técnicos receberam a equipe do Projeto e responderam aos questionários, colocando-se à disposição para complementar informações e esclarecer dúvidas.

Equipe do Projeto atuou com profissionalismo e dedicação.

Técnicos da Coordenação-Geral de Gestão de Documentos assumiram com empenho e eficiência mais uma tarefa.

Vitor Manoel Marques da Fonseca, pela permanente disposição de participar das discussões técnicas .

Sílvia Ninita de Moura Estevão, Beatriz Moreira Monteiro, Nilda Sampaio Barbosa e Vitor Manoel Marques da Fonseca pela decisiva contribuição na idealização e elaboração do projeto de Descrição Multinível Integrada.

Aos demais técnicos do Arquivo Nacional que participaram do projeto de Descrição Multinível Integrada.

A todos os nossos sinceros agradecimentos.

BASE DE DADOS CENSO DE ARQUIVOS BRASILEIROS: PÚBLICOS E PRIVADOS

METODOLOGIA

A Comissão Especial instituída pela Portaria nº 38, de 11 de novembro de 1999, do Presidente do Conselho Nacional de Arquivos-CONARQ, para elaborar o projeto *Censo de Arquivos Brasileiros: públicos e privados*, foi responsável pela elaboração dos instrumentos utilizados na coleta de dados e dos respectivos manuais de preenchimento. Coube também, à referida Comissão a tarefa de definir as vinte instituições a serem cadastradas no projeto piloto.

Tal definição teve como parâmetro a coleta de informações instituições arquivísticas na cidade do Rio de Janeiro, em razão da cidade concentrar um grande número de unidades a serem cadastradas. Um dos objetivos estabelecidos foi, também cumprir a meta de cadastrar mil fundos/coleções conforme estabelecido no Acordo de Cooperação Científica firmado entre o Arquivo Nacional e o Ministério da Educação, Cultura e Desporto da Espanha, responsável pelo fornecimento dos recursos financeiros utilizados na realização do Censo.

O projeto piloto em referência teve início em junho de 2001, com uma equipe formada por arquivistas, historiadores e cientistas sociais, e resultou no cadastramento de 1.350 fundos/coleções, pertencentes a 30 instituições.

Para a supervisão geral do trabalho foi designada a Coordenação-Geral de Gestão de Documentos do Arquivo Nacional.

Visando a ampliação da área de abrangência do Projeto, os arquivos estaduais, ou outra instituição arquivística de importância no âmbito estadual, foram convidados para coordenar tecnicamente o projeto em sua área de atuação, recebendo treinamento específico, tornando-se agentes multiplicadores da metodologia e empenhando—se para censurar instituições públicas e privadas sediadas na capital da respectiva unidade da federação

No decorrer das atividades de cadastramento das instituições e respectivos acervos documentais, os questionários originais sofreram modificações, acréscimos e cortes, visando adequá-los melhor aos seus objetivos.

O instrumento utilizado na coleta de dados possui cinco módulos:

- **MÓDULO I - IDENTIFICAÇÃO:** preenchido uma única vez para identificar a entidade recenseada, sendo adequado para a instituição arquivística, instituição não arquivística e pessoa física, uma vez que contempla os seguintes elementos: denominação; marca fantasia; sigla; subordinação e/ou vinculação administrativa (quando for o caso); endereço; nome, cargo e data de nomeação do responsável; natureza e indicação das características das pessoas físicas ou jurídicas; área de atuação; histórico, nomes e vigências, atos legais e competências.

- **MÓDULO II – INSTALAÇÕES E RECURSOS TÉCNICOS:** preenchido uma única vez, aborda as questões referentes às instalações físicas e recursos existentes e/ou disponibilizados (laboratórios, microfilmagem, informática), bem como os dados quantitativos sobre os serviços prestados

- **MÓDULO III GESTÃO DE DOCUMENTOS:** preenchido uma única vez, aborda as questões referentes às atividades desenvolvidas pela área de protocolo e arquivo (quando for o caso) principalmente com relação às práticas arquivísticas de classificação e avaliação.

- **MÓDULO IV - RESPONSÁVEL PELA CUSTÓDIA:** são preenchidos tantos formulários relativos a esse Módulo IV quantos forem os responsáveis pela guarda dos conjuntos documentais, uma vez que se entende por responsável juridicamente pela guarda e proteção de arquivos, independente de vínculo de propriedade; nesse módulo constam informações referentes a denominação, sigla; subordinação e /ou vinculação administrativa, endereço, nome e cargo do

responsável, condições gerais de guarda e de divulgação do acervo, bem como aquelas referentes ao atendimento ao usuário

- **MÓDULO V - ACERVO:** são preenchidos tantos formulários relativos a esse Modulo V quanto forem os conjuntos documentais (fundos/coleções) custodiados pelo(s) responsável(es) identificados no módulo anterior, pois cada responsável pela custódia poderá estar relacionado a 1 (um) ou mais fundo(s)/coleção(ões). A descrição dos fundos/coleções obedece a Norma Brasileira de Descrição Arquivística – NOBRADE, elaborada de acordo com as regras contidas na Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística/ISAD(G), contemplando os elementos de descrição estabelecidos, ou seja, as áreas de identificação, contextualização, conteúdo e estrutura, condições de acesso e uso, fontes relacionadas, notas, controle da descrição.

BASE DE DADOS CENSO DE ARQUIVOS BRASILEIROS: PÚBLICOS E PRIVADOS

COMISSÃO ESPECIAL RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PROJETO

A Comissão Especial foi instituída pela Portaria nº 38, de 11 de novembro de 1999, do Presidente do Conselho Nacional de Arquivos, para elaborar o projeto *Censo de Arquivos Brasileiros*: públicos e privados, se constituindo com os seguintes membros:

Maria Izabel de Oliveira, do Arquivo Nacional e Presidente da Comissão Especial
 Ana Celeste Indolfo, do Arquivo Nacional
 Célia dos Reis Camargo, do Centro de Memória da Universidade Estadual Paulista (até novembro de 1999)
 Ingrid Beck, (até janeiro de 2000)
 Júnia Guimarães e Silva, do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro
 Luciana Quillet Heymann, do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil/FGV
 Margareth da Silva, do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (até dezembro de 1999)
 Maria Odila Kahl Fonseca, da Universidade Federal Fluminense (até novembro de 1999)
 Marilza Elizardo Brito, do Centro de Memória da Eletricidade no Brasil
 Simone Frieiro da Silva, do Arquivo Nacional (até setembro de 2000)
 Vitor Manuel Marques da Fonseca, do Arquivo Nacional
 Viviane Tessitore, do Centro de Documentação e Informação Científica - PUC/SP

BASE DE DADOS CENSO DE ARQUIVOS BRASILEIROS: PÚBLICOS E PRIVADOS

EQUIPE DO PROJETO PILOTO

Renato Feliciano Dias (até 4 de outubro de 2001), Coordenação do Projeto Piloto
 Abdala Farah Netto
 Alex Gomes da Silva Brito
 Cyntia Mendes Aguiar
 Eduardo Vieira de Souza
 Evanderson Feliciano do Espírito Santo da Silva (até 15 de setembro de 2001)
 Fabrício Jesus Teixeira Neves
 Luiz Bruno Dantas
 Márcia Beatriz do Couto Netto e Lemos (até maio de 2001), apoio Administrativo
 Roberta Campos Pinto
 Simone Costa da Silva